



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

PATRIC OBERDAN DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO NO CAMPO E LUTA DE CLASSES: UM ESTUDO SOBRE
A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GEPEC NO PERÍODO DE 2010 A
2020 E SUA ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
PROFESSORES**

**SÃO CARLOS/SP
2022**

PATRIC OBERDAN DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO NO CAMPO E LUTA DE CLASSES: UM ESTUDO SOBRE
A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO GEPEC NO PERÍODO DE 2010 A
2020 E SUA ATUAÇÃO NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
PROFESSORES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto.

Linha de Pesquisa: Estado, Política
Formação Humana

SÃO CARLOS/SP

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Patric Oberdan dos Santos, realizada em 26/07/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto (UFSCar)

Profa. Dra. Jaqueline Daniela Basso (UEMS)

Prof. Dr. Flavio Reis dos Santos (UEG)

Prof. Dr. João Virgilio Tagliavini (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação à toda a classe trabalhadora, e todos que lutam por um mundo mais justo e igualitário.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro oferecido que foi de fundamental importância para a conclusão da pesquisa.

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto, agradeço por ser sempre paciente e compreensivo.

Ao meu irmão, José Neto, por sempre me encorajar a e dar excelentes conselhos.

À professora Jaqueline Basso, ao professor Manoel Nelito, ao professor João Virgílio Tagliavini e ao professor Flavio Reis dos Santos pela disponibilidade e contribuições dadas a este trabalho.

Também agradeço a convivência muito produtiva com os colegas do curso de Aperfeiçoamento Escola da Terra, Alessandra, Carol, Flávia, Michele, e em especial a professora Maria Cristina dos Santos.

Gostaria de oferecer os resultados obtidos dessa pesquisa a pessoas especiais em minha vida, que contribuíram de alguma forma na sua realização.

Em primeiro lugar a minha mãe Tereza, que sempre me indicou os caminhos certos a seguir.

À minha companheira, Pamela e família que sempre me apoiaram.

Aos meus primos, Fabinho, Ângela, José.

Aos meus grandes amigos do ensino médio, Marcelo, Braz e Ítalo.

À minha amiga e professora Maria Cristina dos Santos.

Aos meus amigos de faculdade, Neres, Glau, Wanessa e Caueny, Vinicius e Paulinho.

A todos os membros do Grupo de Estudos Pesquisas sobre Educação no Campo, que foram, muito receptivos e dispostos a oferecer ajuda.

“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível”.

Racionais MCs

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo,
então somos companheiros.

Che Guevara

RESUMO

SANTOS, Patric Oberdan dos. **Educação no campo e luta de classes: um estudo sobre a produção acadêmica do GEPEC no período de 2010 a 2020 e sua atuação na formação inicial e continuada de professores.** 2022. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2022.

Historicamente a educação destinada à classe trabalhadora não consubstanciou prioridade no Brasil. A ampliação da oferta do Ensino Fundamental, somente passou a receber alguma atenção da classe política nacional a partir da década de 1930, devido a necessidade da formação de mão de obra para impulsionar o projeto de desenvolvimento econômico estabelecido pelo governo de Getúlio Vargas, orientado pelo binômio “urbanização-industrialização”. A universalização da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) ainda é desafio a ser efetivamente enfrentado. O Ensino Superior, por sua vez, tem se constituído em privilégio quase que exclusivo da classe dominante, sistematicamente negado à classe trabalhadora, principalmente, para os camponeses. Na perspectiva de empreender a pesquisa definimos como objetivo primeiro verificar a importância da produção científica e a contribuição do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/UFSCar) para o desenvolvimento e melhoria da educação pública, em especial, a do campo; e como objetivo específico analisar a relação entre fundamentação teórica marxiana/marxista sobre a educação para as populações do campo e a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). A metodologia escolhida para o desenvolvimento da investigação teve duas frentes. A primeira consistiu numa abordagem bibliográfica, onde buscamos as produções desenvolvidas pelo GEPEC. A segunda metodologia contemplou uma pesquisa documental procuramos localizar documentos oficiais que permitissem entender o contexto histórico da criação Grupo. Concluímos que o GEPEC constitui importante espaço para a discussão sobre as realidades que caracterizam a vida e o trabalho no campo por meio das análises, interpretações e reflexões sobre a educação para as populações do campo, bem como para o conhecimento e reconhecimento da importância da ação e atuação dos movimentos sociais na luta e em defesa da reforma agrária e da educação.

Palavras-chave: Educação no Campo. GEPEC/UFSCar. Seminários GEPEC.

ABSTRACT

SANTOS, Patric Oberdan dos. **Education in the countryside and class struggle: a study on the academic production of GEPEC from 2010 to 2020 and its role in the initial and continuing education of teachers.** 2022. 123f. Dissertation (Master in Education) – Federal University of São Carlos, São Carlos/SP, 2022.

Historically education aimed at the working class has not been a priority in Brazil. The expansion of the offer of Elementary Education only began to receive some attention from the national political class from the 1930s onwards, due to the need to train a workforce to boost the economic development project established by the government of Getúlio Vargas, guided by the binomial “urbanization-industrialization”. The universalization of Basic Education (Child Education, Elementary School and High School) is still a challenge to be effectively faced. Higher Education, in turn, has become an almost exclusive privilege of the ruling class, systematically denied to the working class, especially to peasants. In the perspective of undertaking the research, we defined as a first objective to verify the importance of scientific production and the contribution of the Group of Studies and Research in Education in the Field of the Federal University of São Carlos (GEPEC/UFSCar) for the development and improvement of public education, in especially that of the countryside; and as a specific objective to analyze the relationship between Marxian/Marxist theoretical foundations on education for rural populations and Historical-Critical Pedagogy (PHC). The methodology chosen for the development of the investigation had two fronts. The first consisted of a bibliographic approach, where we searched for the productions developed by GEPEC. The second methodology included a documental research, we sought to locate official documents that allowed us to understand the historical context of the creation of the Group. We conclude that GEPEC constitutes an important space for discussion about the realities that characterize life and work in the countryside through analyses, interpretations and reflections on education for rural populations, as well as for the knowledge and recognition of the importance of action and the role of social movements in the struggle and defense of agrarian reform and education.

Keywords: Education in the Field. GEPEC/UFSCar. GEPEC Seminars.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECH: Centro de Educação e Ciências Humanas
CEPOPES: Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DGP: Diretório dos Grupos de Pesquisa
EJA: Educação de Jovens e Adultos
ELOA: Grupo de Estudos em Ensino, Letramento, Oralidade e Alfabetização
FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GEADAS: Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização, Discurso e Aprendizagens
GEEDI: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil
GEPEC: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo
GEPES: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior
GEPHEM: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Marxismo
GRIDD: Grupo de Investigação Docente e Diversidades
HISTEDBR: Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil
IF: Instituto Federal
IFAC: Instituto Federal do Acre
IFPA: Instituto Federal do Pará
LUDIPPE: Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional
MEC: Ministério da Educação
OCAP: Oficina de Capacitação Pedagógica
PDF: Portable Document Format
PE: Pernambuco
PEA: Programa Escola Ativa
PEN: Programa Escuela Nueva
PHC: Pedagogia Histórico Crítica
PRONACAMPO: Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA: Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária.
PT: Partido dos Trabalhadores
PUC: Pontifícia Universidade Católica
RJ: Rio de Janeiro

TC: Tempo Comunidade

TE: Tempo Escola

UESB: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFAC: Universidade Federal do Acre

UFPA: Universidade Federal do Pará

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS: Universidade Federal de Sergipe

UFSCAR: Universidade Federal de São Carlos

UFT: Universidade Federal de Tocantins

UNESP: Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

UPE: Universidade de Pernambuco

URCA: Universidade Regional do Cariri

USP Universidade de São Paulo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Regiões do Brasil e Quantidade de Grupos de Pesquisa.....	49
Gráfico 2: Porcentagem das Publicações.....	92
Gráfico 3: Porcentagem das Publicações.....	93
Gráfico 4: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2011	101
Gráfico 5: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2013	104
Gráfico 6: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2015	107
Gráfico 7: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2017	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Nível de Ensino e Porcentagem de Concluintes em 2019	32
Tabela 2: Ano de Criação das Universidades	33
Tabela 3: Histórico da Pesquisa em Educação e Pós-Graduação	35
Tabela 4: Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo/Educação Rural	44
Tabela 5: Quantidade de Pesquisadores e Estudantes	57
Tabela 6: Pesquisas de Mestrado e Doutorado Concluídas com Auxílio do GEPEC	68
Tabela 7: Defesas 2010.....	69
Tabela 8: Defesas 2011.....	70
Tabela 9: Defesas 2012.....	71
Tabela 10: Defesas 2013.....	73
Tabela 11: Defesas 2014.....	76
Tabela 12: Defesas 2015.....	78
Tabela 13: Defesas 2016.....	80
Tabela 14: Defesas 2017.....	82
Tabela 15: Defesas 2018.....	83
Tabela 16: Defesas 2019.....	85
Tabela 17: Defesas 2020.....	86
Tabela 18: Categorias das Pesquisas Apresentadas.....	87
Tabela 19: Qualis Periódicos	90
Tabela 20: Publicações de 2010 a 2015	91
Tabela 21: Publicações de 2016 a 2020	92
Tabela 22: Livros Produzidos pelo GEPEC	94
Tabela 23: Seminários e Simpósios do GEPEC	98
Tabela 24: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2011	101
Tabela 25: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2013	103
Tabela 26: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2015	106
Tabela 27: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2017	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	26
2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, A CONSTITUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E OS GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS.....	29
2.1 O Acesso à Educação Escolar no Brasil: Algumas Considerações	29
2.2 A Pesquisa em Educação e a Pós-Graduação no Brasil.....	35
2.3 Os Grupos de Pesquisa em Educação Rural no/do Campo no Brasil	42
3.2.1 O Programa Escola Ativa	59
3.2.2 O Curso Especial de Licenciatura Pedagogia da Terra.....	61
3.2.3 Escola da Terra – Aperfeiçoamento.....	64
3.2.4 Especialização em Educação do Campo.....	66
4 GEPEC: PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2020	68
4.2.1 Artigos Publicados em Periódicos Indexados	90
4.2.2 Livros Organizados e Publicados por Membros do Grupo.....	94
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
6 REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

A educação escolar sozinha não é ferramenta de equalização social, mas proporciona à população a capacidade de construir um pensamento crítico-reflexivo sobre a realidade concreta e pensada onde o sujeito está inserido. É importante ter em mente que mesmo a educação escolar adotando um caráter dual devido ao sistema capitalista em que está inserida, é na escola que boa parte da classe trabalhadora tem acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados.

Esse é um dos motivos pelo qual a educação escolar sofre tantos ataques por parte da classe dominante, que ocorrem de diversas formas, como o esvaziamento de conteúdo e sucateamento da escola pública, bem como a implementação de teorias pedagógicas importadas de outros países, sem considerar a realidade local que caracteriza a diversidade brasileira. Além disso, há outras formas de ataque como os baixos salários, as deficientes condições de trabalho, o fechamento de escolas, sobretudo, aquelas que atendem as pessoas que vivem e trabalham no campo.

O poder público servindo ao capital, argumenta ser mais viável economicamente fechar as escolas do campo e nuclear os alunos em escolas das cidades ou de outras áreas no meio rural reduz os gastos com educação. Nesse sentido, procura justificar que a implementação do transporte escolar para os alunos do campo estudar em escolas da cidade é a melhor opção. Tal fato, em nosso entendimento constitui uma verdadeira falácia, visto que as reais condições da maior parte da frota de veículos destinados ao transporte escolar do campo para a cidade, não apresenta boa conservação, bem como consomem boa parte do tempo diário dessas crianças e adolescentes em longos e cansativos trajetos das localidades em residem para chegar às escolas na cidade.

O fechamento de escolas no campo subtrai parte da identidade das pessoas ao deixarem o campo para estudar ou viver na cidade. Quando isso acontece, o sujeito se vê alheio à nova realidade, sendo muitas vezes ridicularizado devido a sua origem. Quando se precariza ou fecha uma escola da classe trabalhadora, se condena todos os alunos daquela localidade a terem uma formação educacional defasada.

Tal contexto nos instigou a empreender esta pesquisa, que tem como propósito verificar a produção acadêmico-científica para a construção e divulgação do conhecimento pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/UFSCar), bem como as pesquisas desenvolvidas por seus integrantes no

período 2010-2020, que denunciam o fechamento de escolas e expulsão do homem que vive e trabalha no meio rural/campo. O GEPEC defende um modelo de educação escolar que seja de qualidade e acessível a todos, indiferente do local – urbano ou rural.

Buscamos entender como as políticas públicas de inclusão e permanência na educação podem contribuir para a formação inicial de professores e pesquisadores advindos da classe trabalhadora. Esclarecemos que o GEPEC, em articulação com universidades e movimentos sociais, vem proporcionando a formação de professores, sobretudo, aqueles que vivem e trabalham no campo.

Durante a graduação em Pedagogia da Terra, tivemos a oportunidade de desenvolver a nossa primeira pesquisa científica. Pesquisamos como se dava o acesso à educação escolar pelos moradores do Assentamento Guarani. A Pesquisa de Iniciação Científica (IC) evoluiu para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Durante as reuniões de orientação e reuniões gerais do GEPEC, nos aproximamos da compreensão que caracteriza a dinâmica de organização da educação para as populações do campo, bem como participamos e contribuimos na organização e execução de alguns eventos acadêmico-científicos que serão descritos no decorrer do presente texto.

A luta entre educação de qualidade para a classe trabalhadora e o capital, produziu a emergência de grupos, instituições, organizações e movimentos sociais na luta em defesa da educação pública, gratuita e boa qualidade para todos e não apenas para a classe dominante. Nesse sentido, definimos como objetivo geral da pesquisa verificar a importância da produção científica e a contribuição do GEPEC para o desenvolvimento e melhoria da educação pública, em especial, a do campo. Estabelecemos como objetivo específico analisar a relação entre fundamentação teórica marxiana/marxista sobre a educação para as populações do campo e a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

A abordagem metodológica utilizada foi a quanti-qualitativa, pois, constitui uma importante ferramenta/instrumento para entender o contexto social e, conforme Severino (2007), possibilita ao pesquisador mergulhar no espaço micro com uma lente de aumento. Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica, tendo em vista definir um referencial teórico para aclarar a relevância dos grupos de estudos científicos; e a pesquisa documental na perspectiva de possibilitar a análise de documentos que revelam fatos fundamentais sobre a criação do GEPEC. A coleta de dados foi realizada por meio da consulta em bancos de dados digitais e no site do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo.

A presente dissertação, além desta seção introdutória está dividida em três (3) seções, a saber: Seção 2 (Capítulo 1) intitulada “O Acesso ao Ensino Superior, a Constituição dos Programas de Pós-Graduação e os Grupos de Estudos e Pesquisas”; Seção 3 (Capítulo 2) intitulada “GEPEC: Histórico, Produção e Divulgação Científica entre os Anos de 2010 a 2020”; Seção 4 (Capítulo 3) intitulada “GEPEC e Luta pela Inserção da Classe Trabalhadora no Ensino Superior: a Práxis nos Cursos de Formação Docente Inicial e Continuada”. Por fim, na Seção 5 apresentamos as nossas considerações finais.

2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, A CONSTITUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E OS GRUPOS DE ESTUDOS E PESQUISAS

Apresentamos neste capítulo como os grupos de estudos e pesquisas são formados no Brasil e destacamos a importância de se compreender como a educação de nível superior é acessada pela classe trabalhadora brasileira, visto que esse nível de ensino é um fator de destaque quando falamos em grupos de estudo de pesquisas. Optamos por realizar uma breve contextualização de como o Ensino Fundamental foi ampliado no Brasil, para depois adentrarmos no nosso objeto de pesquisa.

Outro aspecto importante deste capítulo é a reflexão sobre a constituição do campo da pesquisa em educação ao longo da história da pós-graduação no território nacional. Nesse contexto, evidenciamos a participação e ação dos grupos de estudos e pesquisas na realização de atividades acadêmicas e na formação de professores. Ao entrarmos no tema supracitado, afunilamos para os grupos de pesquisa existentes no Brasil que tratam da mesma temática.

Realizamos uma apresentação geral de como se constituem os grupos de pesquisas, bem como apresentamos a importância de se fazer parte de um destes grupos para o desenvolvimento de pesquisas na pós-graduação, onde, por norma, a pesquisa ocorre a partir da formação de coletivos. A troca das experiências com pessoas que exercem as mesmas atividades, contribui muito para enriquecer a formação acadêmica e pessoal do participante.

2.1 O Acesso à Educação Escolar no Brasil: Algumas Considerações

Para iniciar a discussão que retrata a História da Educação no Brasil, importa ressaltar que em mais de 520 anos o acesso à educação tem sido marcado por um processo de lutas e resistências, dado que o saber historicamente construído vem sendo negado às populações pobres de nosso país. O acesso à escola como direito individual, universal e inalienável só foi garantido após o ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal conhecida como Constituição Cidadã (Artigo 205).

Conforme a legislação, o Estado tem a obrigação de subvencionar a Educação Básica gratuita para toda a população. Do referido artigo, destacamos que embora garantido como direito para todos e considerado um avanço para os direitos sociais, tem como cunho a qualificação para o trabalho conforme consta: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 123).

Foi com a promulgação da denominada “Constituição Cidadã” no ano de 1988, que a educação escolar provida pelo Estado foi ofertada a todos os cidadãos como direito, ainda que alguns setores da sociedade a defendesse com um certo viés mercadológico, visando à preparação do sujeito para o mercado de trabalho. Efetuamos essa contextualização do acesso da classe trabalhadora à escola, pois, é com o acesso ao Ensino Fundamental que se pode chegar no Ensino Superior. No que tange a este nível de ensino, a Constituição assegura que as Universidades públicas brasileiras serão pautadas em três ações ou pilares principais sendo eles: ensino, pesquisa e extensão:

- 1) Ensino Superior, onde há as faculdades com os cursos de graduação e aperfeiçoamento, que têm a finalidade de formar novos profissionais em suas áreas de atuação, o exemplo mais prático desse pilar é a aula;
- 2) Pesquisa Universitária, esse pilar tem como principal meta o desenvolvimento de novos conhecimentos, é também uma atividade que os grupos de estudos e pesquisas contribuem, um exemplo desse pilar é a formação de novos pesquisadores, mestres e doutores.
- 3) Extensão Universitária, esse pilar tem como principal objetivo socializar o conhecimento produzido dentro da universidade, divulgando resultados de pesquisas e estudos. Essa divulgação é normalmente feita em seminários e exposições, que são organizados por grupos de estudos e pesquisas.

Apesar de serem apresentados separadamente, a tríade universitária existe e funciona em conjunto. Um elemento que aparece nos três pilares da universidade são os grupos de estudos e pesquisas, que serão discutidos posteriormente. Vale destacar que neste momento histórico o país havia recém-saído de um período ditatorial que durou mais de 20 anos. Além disso, caminhava para um desenvolvimento social e tecnológico que demandava, para a época, uma qualificação mínima que capacitasse a população à leitura e escrita básica devido a intensificação da maquinaria e da tecnologia.

Observamos que neste período (década de 1980), a taxa de alfabetização de pessoas com quinze (15) anos ou mais, era de apenas 75% da população. O que pode parecer muito se comparado com as décadas anteriores, que era de 60% nos anos 1960, muito longe de alcançar a totalidade das crianças em idade escolar. Neste período, o índice de desemprego era cerca de 5,3% (COSTA; CUNHA, 2010). Consoante com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) a população residia principalmente em centros urbanos na década de

1980, nas cidades havia 82.013.375 pessoas, enquanto nas áreas rurais 39.137.198. Destaca-se no período em que vigou a ditadura civil-militar (1964-1985), a questão da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que teve diversas iniciativas.

Entre estas, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo era alfabetizar as pessoas sem escolaridade. O Programa assumiu esse papel após o regime militar proibir os movimentos sociais de realizarem esse trabalho (HADDAD; DI PIERRO, 2000). O MOBRAL foi uma maneira de fazer com que as pessoas adultas tivessem acesso à educação elementar. Empregamos o termo "educação elementar" para destacar os diferentes níveis de ensino como obrigação do Estado, sendo: o fundamental, primeiro grau à época; médio ou segundo grau; e Educação de Jovens e Adultos. O Ensino Superior, apesar de existir na forma gratuita e privada, não é assegurado a todos como um dever do Estado.

A exclusão da classe trabalhadora dos níveis mais elevados de ensino, faz com que o ensino universitário seja visto como um privilégio destinado a poucos, quando deveria ser um direito garantido como as demais etapas. Essa negação do direito à educação se torna ainda mais grave quando se refere ao meio rural. Questões como locomoção, infraestrutura, corpo docente com menor qualificação, são fatores que contribuem para a não garantia desse direito que, como consequência da ausência ou negligência do poder público, torna a situação ainda mais agravante. Lima (2005, p. 24) ao se referir às políticas públicas voltadas para a educação aponta: "no Brasil, as políticas públicas sempre conduziram a uma exclusão escolar de níveis tão altos, que o que temos, na verdade, ao longo dos séculos, é mais uma história da falta da educação".

Acerca do meio rural, Santos e Bezerra Neto (2019) informam que o acesso à educação escolar está se tornando cada vez mais difícil, dado que as escolas do campo sofrem com a política de fechamento para atender ao agronegócio. Com isso entra em cena a nucleação das escolas, que consiste em realizar o transporte dos estudantes até as escolas nas cidades ou no próprio campo, entretanto, as condições desse transporte nem sempre são satisfatórias ou seguras para os passageiros. Outro fator que pode ajudar a evidenciar o quanto a educação tem sido um direito negado à classe trabalhadora está a oferta do Ensino Superior. Segundo o IBGE (2019), 17,4% da população brasileira com 25 anos ou mais possuía o ensino superior completo.

Tabela 1: Nível de Ensino e Porcentagem de Concluintes em 2019

Nível de ensino	Porcentagem de Pessoas com 25 anos ou mais
Ensino Fundamental	46,6%
Ensino Médio	27,4%
Ensino Superior	17,4%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Para entender os motivos das dificuldades de acesso ao Ensino Superior por parte da classe trabalhadora, temos que atentar à história do ensino superior nacional. Desde a invasão portuguesa, em 1500, foi proibida tanto aos povos desta terra, quanto aos portugueses que para cá vieram. O território foi transformado em uma colônia de exploração, não era previsto investimento em infraestrutura nas novas terras. Entendendo isso, é possível dialogar para entender o porquê a educação pública está tão defasada desde a famigerada “descoberta” (SAVIANI, 2000).

A história do ensino superior nacional é relativamente recente, seu marco inicial se dá apenas depois da independência do país em 1822, pois a coroa portuguesa não tinha pretensões de criar universidades no “além-mar”, mesmo com propostas para a criação de universidades nacionais na época. Estes planos só foram consolidados após o golpe de Estado materializado em 1930 com a implementação da Reforma Francisco de Campos (1931) que institui um regime universitário no país, pensado principalmente no ensino superior (SAVIANI, 2000).

De acordo com Sampaio (1991), o Brasil foi um dos últimos países do continente a incorporar um sistema universitário, em contraste com os países da América Espanhola. Nas palavras da autora:

O Ensino Superior no Brasil só veio a adquirir cunho universitário nos anos 30, em contraste com alguns países da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como o México e Peru¹, ou no pós-independência, como o Chile. Por mais de um século, de 1808 – quando foram criadas as primeiras escolas superiores – até 1934, o modelo de ensino superior foi o da formação para profissões liberais tradicionais, como direito e medicina, ou para as engenharias (SAMPAIO, 1991, p. 1).

A falta de investimentos em educação escolar, por parte do Estado, causou atraso na educação superior em relação aos países do continente americano. Apenas no século XX o Brasil teve sua primeira universidade devidamente implementada. Gomes (2002) nos apresenta a ordem cronológica da criação das primeiras universidades fora da Europa, começando pelo continente americano, vejamos a Tabela 2.

Tabela 2: Ano de Criação das Universidades

País	Ano
República Dominicana	1538
Peru	1551
México	1553
Colômbia (Bogotá)	1662
Peru (Cuzco)	1692
Cuba (Havana)	1728
EUA (Harvard)	1636
EUA (Yale)	1701
EUA (Filadélfia)	1755

Fonte: Gomes (2002)

De acordo com Gomes (2002, p. 7), a Universidade de São Domingos, criada em 1538, foi a primeira universidade das Américas. “Depois vieram as de San Marcos, no Peru (1551), México (1553), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738). As primeiras universidades norte-americanas, Harvard, Yale e Filadélfia, surgiram respectivamente em 1636, 1701 e 1755”.

Quanto ao Brasil, observamos que “embora já contasse com escolas superiores isoladas desde 1808, somente no século XX passou a ter universidades congruentes, integradoras e capazes de traduzir a unidade na universalidade” (GOMES, 2002, p. 7). Mesmo existindo os institutos de nível superior, eles eram isolados, ou seja, o país não tinha uma universidade com pluralidade em cursos, pois, de acordo com Gomes (2002, p. 7), “a ideia de ter uma universidade no meio do mato era inaceitável”. Além disso, era acessível apenas para uma pequena parcela da sociedade, ou seja, as camadas médias e trabalhadoras estavam fora da universidade.

Como o governo central não se preocupava em criar e manter universidades, e para as províncias não era interessante arcar com as despesas decorrentes de sua manutenção, a saída foi a criação de alguns cursos. Lima (2005) aponta que:

Cursos Jurídicos (1827) em São Paulo e Olinda (transformados em Faculdades de Direito, em 1854), Curso Jurídico no Rio de Janeiro (1835) e em Pelotas - RS (1883). Em 1874, a Escola Central (criada em 1854) da Academia Militar passa a se chamar

Politécnica e torna-se civil. Em 1875, cria-se a Faculdade de Agricultura em Cruz das Almas/BA (LIMA, 2005, p. 24).

Os cursos eram destinados exclusivamente para as elites política e econômica nacionais. Para cursá-los era necessário ter o domínio básico das diferentes áreas do conhecimento, acessíveis apenas a uma pequena parcela da sociedade. A Educação Básica, que prepara o aluno para o ingresso ao Ensino Superior não estava disponível à classe trabalhadora, o que limitava, ou até impedia o acesso inclusive à escolarização mais elementar, fazendo com que o ensino não fosse uma realidade para todas as classes sociais.

As formações ao nível superior eram idealizadas pela população, todavia, grande parte da classe trabalhadora não era ao menos alfabetizada. Devido a alfabetização da população não ser uma realidade, existia uma grande lacuna entre a ideia do acesso a cursos de níveis superiores e a realidade do trabalho para sobrevivência, o que contribuía para ampliar as diferenças sociais, tornando a continuação dos estudos ainda mais distante.

Quando a população em geral começou a ter acesso à Educação Básica, após séculos de luta por educação escolar, o desejo de acesso ao Ensino Superior se tornou mais evidente, mas as dificuldades eram enormes e as camadas dominantes da época se tornaram responsáveis por boa parte desse atraso educacional (LIMA, 2005). Ainda é possível notar reflexos desse atraso do ensino superior no país, pois os cursos mais concorridos e considerados de “prestígio” são ocupados, em sua maioria, por membros de uma elite econômica e política. A elite política, quando não faz parte da elite econômica, funciona como preposto desta. Com isso, as universidades estatais, em grande medida, ao selecionar seus alunos, a realizam com critérios que nem sempre atendem à classe trabalhadora. No decorrer do texto será apresentado o motivo de usar estatal e não pública para as universidades custeadas com dinheiro que deveria servir a todo o público.

Podemos observar que durante cinco séculos de história o acesso à educação destinada aos trabalhadores ficou em segundo plano, sobretudo, a educação de nível superior, porta de entrada para a pós-graduação, além de proporcionar alguma ascensão social. A pós-graduação é mais recente no Brasil, surgiu durante os anos de 1960. Exceto na área de humanidades, as pós-graduações têm se destinado à camada que, historicamente, esteve reservado o ensino superior, ou seja, à pequena elite intelectual que domina as formações mais prestigiadas (SAVIANI, 2000).

2.2 A Pesquisa em Educação e a Pós-Graduação no Brasil

Apresentamos nesta subseção alguns aspectos históricos de como surgiu a pesquisa em educação no Brasil e como se interliga com a pós-graduação. No ano de 2005 a pós-graduação completou quatro décadas. De acordo com dados coletados no Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (GEOCAPES), nesse ano foram distribuídas 16.226 bolsas de mestrado, 11.191 bolsas de doutorado e outras 479 de pós-doutorado e um número significativo de pesquisadores que estudavam nesses três níveis e trabalhavam sem o auxílio das bolsas. Nesse mesmo período, segundo o IBGE (2004), a população era de 182.060.108, correspondendo 8,5% da população participando da pós-graduação com bolsas de estudos.

Quando se pensa em pesquisa em Educação é comum associá-la à pós-graduação, entretanto, a pesquisa em educação não nasce junto com a pós-graduação. Segundo Bittar (2009, p. 4), “ela nasceu bem antes e só depois de décadas de seu início é que foi transferida para o âmbito universitário inaugurando um caminho sem volta e repleto de desafios”. A percepção de Bittar é corroborada por Nosella (2010), que afirma que:

A produção da pesquisa em educação anterior à criação dos programas de pós-graduação desenvolvia-se em reduzidas dimensões em algumas instituições universitárias, como na antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) e em outras instituições criadas exclusivamente para essa finalidade. Em 1955, essa produção recebera grande impulso com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos cinco centros regionais de pesquisa criados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na gestão de Anísio Teixeira (NOSELLA, 2010, p. 177).

Bittar (2009) e Nosella (2010) concordam com os marcos apresentados e ressaltam a importância da pesquisa em educação no Brasil. De acordo com Bittar (2009), antes da pesquisa em educação ser incorporada no âmbito das universidades, ela existiu por aproximadamente vinte e sete (27) anos e no ano de 2005 completou quarenta anos (40) anos. Durante esse tempo a pesquisa em educação passou por quatro períodos marcantes.

Tabela 3: Histórico da Pesquisa em Educação e Pós-Graduação

Início (ano)	Marco
1938	Criação do INEP
1956	Fundação do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional
1965	Criação da Pós-Graduação no Brasil
2005	40 anos da Pós-Graduação

Fonte: Elaboração do Autor (2022) apud Bittar (2009)

O primeiro período aqui elencado corresponde àquele que se iniciou em 1938 com a instalação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O instituto foi criado em 13 de janeiro de 1937, o seu primeiro nome foi Instituto Nacional de Pedagogia e tinha como objetivo estudar e realizar pesquisas sobre os problemas de ensino no Brasil (SAVIANI, 2012). Foi o principal responsável pela divulgação de pesquisas, por meio da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), inaugurada pelo ex-ministro da educação Gustavo Capanema (BITTAR, 2009).

O Instituto mudou oficialmente de nome no ano de 1972 para Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Entretanto, a sigla INEP foi mantida, a mudança do termo pedagógico para pesquisas educacionais se deu principalmente pelo contexto da época, pois foi nesse período que começou a surgir os Programas de Pós-Graduação. Também, entendeu-se que a palavra educacional teria maior abrangência do que pedagógico (SAVIANI, 2012).

Além de realizar estudos e pesquisas sobre a educação nacional, o Instituto organiza e aplica o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Atualmente (2022), o Instituto tem 85 anos, passou por vários governos, inclusive pelos anos sombrios da ditadura civil-militar. Recentemente, no governo de Jair Bolsonaro, vem perdendo autonomia, além de sofrer com os cortes financeiros, mais o desmonte da educação pública nacional. Funcionários relatam que representantes do governo vem cerceando o direito à livre expressão dos funcionários, principalmente quando o Instituto aborda temas que desagradam o governo. Por isso, os chefes não aprovam ou preferem abordá-los de maneira mentirosa e desleal.

Na década de 1950 foram criadas duas agências de fomento à pesquisa que possuem papel fundamental na formação de pesquisadores no Brasil. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundando oficialmente no dia 15 de janeiro de 1951, com o objetivo de promover e estimular a pesquisa no país (FERREIRA; ARAUJO, 2019). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), foi criada oficialmente no dia 11 de julho de 1951, visando proporcionar o aperfeiçoamento dos profissionais de nível superior, e assim formar pessoal qualificado para suprir necessidades dos setores público e privados, (CAPES, s/d).

Ambas as agências desempenham papel fundamental na manutenção da pós-graduação nacional, sobretudo no que se refere ao seu financiamento. Há ações em todos os estados do país, a concessão de bolsas de pesquisa, além de um incentivo, é em alguns casos, o único modo de o pesquisador se manter na universidade e realizar suas pesquisas. O segundo momento aqui

apresentado corresponde à Fundação do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional por meio do Decreto nº 38.460, de dezembro de 1955. De acordo com o artigo 2º, o centro teria a função de:

- I - Pesquisa das condições culturais e escolares e das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo, para o efeito de elaboração gradual de uma política educacional para o país;
- II - Elaboração de planos, recomendações e sugestões para a revisão e a reconstrução educacional do país - em cada região - nos níveis primário, médio e superior e no setor de educação de adulto;
- III - Elaboração de livros de fontes e de textos, de material de ensino e estudos especiais, sobre administração escolar, construção de currículos, psicologia educacional, filosofia da educação, medidas escolares, preparo de mestres, etc., a fim de propiciar o aperfeiçoamento do magistério nacional;
- IV - Treinamento e aperfeiçoamento de administradores escolares, orientadores educacionais, especialistas em educação professores de escolas normais e professores primários (BRASIL, 1955, n/p).

O Centro, vinculado ao INEP, foi criado para realizar o desenvolvimento de pesquisas na área da educação em diversas partes do Brasil. Foram construídas sedes no Rio de Janeiro, a primeira; em seguida, Recife, depois Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, respectivamente. O decreto de criação previa a criação de demais centros onde fosse necessário (BRASIL, 1955). O terceiro momento aqui apresentado é o surgimento da pós-graduação, em 1960, com a implementação do primeiro programa de Mestrado em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Saviani (2000) aponta que:

O Parecer 977/65, do Conselho Federal de Educação, de autoria de Newton Sucupira, teve como objeto a conceituação da pós-graduação. Data também desse ano o início do primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação no Brasil em nível de mestrado que foi o da Pontifícia universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1969 o mesmo conselheiro foi o relator do parecer 77/69, aprovado em 11 de fevereiro de 1969, que regulamentou a implantação da pós-graduação no Brasil e, também nesse ano, é instituído o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SAVIANI, 2000, p. 4-5).

Foi durante a década de 1960 que surgiu a pós-graduação no país. Esta foi também a década que deu início ao tenebroso período da ditadura. Com o golpe aplicado pelos militares, apoiados por civis e pela grande mídia, o país passou por 21 anos de censura, repressões, perseguições e assassinatos de trabalhadores, estudantes e líderes sindicais. Esse período foi definido como “período heroico”, devido à falta de incentivo à pesquisa, o que trazia dificuldades na implementação dos cursos de pós-graduação (BITTAR, 2009). Foi nesse contexto que a pós-graduação nasceu e passou por seus primeiros anos, Nosella (2010) aponta que:

A criação da pós-graduação nas universidades brasileiras da forma institucionalizada como hoje a conhecemos, priorizando as atividades de pesquisa, deve ser atribuída à modernização autoritária e conservadora dos governos militares. Por uma das

frequentes ironias da história, o feitiço voltou-se contra o feiticeiro, isto é, a ditadura criou uma estrutura escolar que produziu consequências políticas e culturais em boa parte contrárias aos objetivos dos criadores (NOSELLA, 2010, p. 178).

Mesmo sendo gerida em seus primeiros anos em um regime autoritário, a pós-graduação conseguiu avanços relacionados ao pensamento crítico e reflexivo acerca da realidade da época e a institucionalização escolar, aspectos importantes que contam com pontos positivos e negativos, considerando o regime em que sua criação ocorreu. Nosella (2010, p. 178) aponta como um ponto positivo que a “escolarização da pós-graduação se manifesta no fato de que a produção do conhecimento (pesquisa) se associou às atividades de ensino”, ou seja, nesse período que a pós-graduação se consolida como uma atividade de ensino. Como ponto negativo, Nosella (2010, p. 178) aponta o “burocratismo acadêmico que nivela, pelos títulos e diplomas, pesquisas de qualidade com outras menos significativas”. Nesse ponto a crítica se faz ao sistema burocrático da pós-graduação, onde o pesquisador acaba se prendendo à edificação do currículo.

Ainda durante o período da ditadura civil-militar, foi criado um dos programas de pós-graduação em educação, mais antigos do Brasil, o PPGE da Universidade Federal de São Carlos, fundado com a participação de Dermeval Saviani, que se tornou seu primeiro coordenador ainda em 1975. O curso foi criado em convênio com a Fundação Carlos Chagas e teve sua primeira turma já no ano de 1976 (BITTAR, 2009). O quarto período apresentado por Bittar (2009) se desenvolveu quando se completa 40 anos de pós-graduação no Brasil. Durante esse período, um acontecimento que se destaca é o fim da ditadura civil-militar em 1985, a redemocratização do país e a elaboração e promulgação da Constituição Federal no ano de 1988.

Ao olhar para a História da Educação do país desde a invasão portuguesa até os dias de hoje, podemos verificar o quão recente é o acesso à educação pública superior por parte dos segmentos mais pobres da população e até mesmo das camadas intermediárias. É possível notar que apenas durante um curto período, a educação pública foi vista como prioridade por alguns governantes. Podemos dizer que foi com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo – que representa setores significativos da classe trabalhadora – que foram disponibilizadas maiores oportunidades de acesso e permanência ao Ensino Superior, bem como a ampliação de alguns programas sociais.

Todavia, vale destacar que com o golpe jurídico-midiático de 2016 que depôs a presidente legitimamente eleita Dilma Vana Rousseff, um dos primeiros setores a sofrer com os cortes de gastos foi a Educação, com o argumento de que o PT havia quebrado o país, por

isso deveria ser feito cortes orçamentários na Educação. Mesmo com baixo investimento e pouco reconhecimento por parte de alguns governos, e com pouco tempo de existência, as universidades brasileiras têm reconhecimento nacional e internacional, como demonstram Azevedo e Santos (2009):

Como sabemos, o sistema de pós-graduação no Brasil possui reconhecimento por parte da comunidade científica, nacional e internacional. Tal reconhecimento se deve ao formato e à seriedade que as políticas públicas para a pós-graduação tomaram em termos de definições e das ações voltadas para esse setor, o que se expressou, entre outros modos, em sua expansão contínua, com qualidade, nos últimos 40 anos (AZEVEDO; SANTOS, 2009, p. 534-535).

Parte desse reconhecimento se deve à divulgação científica realizada pelas universidades, bem como por eventos que envolvem diversos estudantes e pesquisadores reunidos para possibilitar discussões sobre temáticas relevantes para a ciência. Nesse sentido, Severino (2006) afirma que a pós-graduação se tornou uma sementeira de pesquisadores, fazendo alusão à propagação de divulgação do conhecimento científico elaborado por professores e estudantes. Via de regra, a divulgação de conhecimento é efetuada por meio de grupos de estudos e pesquisas, formados por “um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente, no qual o fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico e tecnológico” (AYASHI; FERREIRA JUNIOR, 2010, p. 169).

Todas as pesquisas e os conhecimentos produzidos pelo grupo precisam ser divulgadas para a sociedade. Por isso, uma das características dos grupos de estudo é a realização de seminários, simpósios, feiras, exposições e outros meios de divulgação. Conforme apontamos anteriormente, as universidades públicas têm como princípio o tripé: pesquisa, ensino e extensão. Os grupos de pesquisa podem fazer parte desse tripé, oferecendo retorno direto para a população, bem como tornando o conhecimento mais acessível para que as pessoas externas à universidade possam conhecer o que se produz para e na sociedade.

Apesar de os dados sobre a pós-graduação no Brasil apontarem que ela surgiu na década de 1960, as informações sobre os grupos de estudos e pesquisas começaram a ser divulgados a partir de 1993 no site do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, ancorados no CNPq. Anteriormente à criação do Diretório, os grupos de pesquisas existiam nas universidades, mas sem uma coordenação geral desse processo por parte das agências de fomento ou de coordenação das pós-graduações.

No âmbito do desenvolvimento do gênero humano a existência dos grupos sociais é algo essencial visto que o “humano” não é qualidade que nasce com os homens, mas sim algo

adquirido com a convivência nos grupos sociais. No que tange ao trabalho de grupos de estudos e pesquisas em educação, Rossit et al. (2018) apontam que:

Na perspectiva de “grupos”, entende-se que o trabalho coletivo deriva da união, em um mesmo espaço físico ou virtual, de diferentes pessoas com interesses comuns. A oportunidade da convivência, de estar junto, aprender junto e de fazer junto, da aprendizagem compartilhada, do conhecimento de uns com os outros, das interações e das intenções de cada integrante do grupo, quando liderada com princípios norteadores e ancorada em conhecimento científico sólido, tem o potencial de se transformar em um espaço de desenvolvimento pessoal e profissional (ROSSIT et.al., 2018, p. 1512).

É possível notar que o trabalho, quando realizado em grupos constitui um espaço rico de ensino e aprendizagem, sendo assim, a existência dos grupos de estudos e pesquisas nas universidades se mostra como uma valorosa ferramenta que contribui para que a instituição mantenha o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Os grupos de estudos e pesquisas são formados por professores, pesquisadores, alunos etc., e têm a finalidade de produzir conhecimento científico. É importante ressaltar que a atividade em grupo surte um resultado consideravelmente melhor do que as atividades individuais, pois há a troca de experiências entre os integrantes do grupo, e quanto mais heterogêneo e diversificado o grupo for, melhores serão as vivências compartilhadas.

De acordo com Lichtnow (2001) e Sánchez Gamboa (2011), algumas das atividades mais comuns atribuídas aos grupos de estudos e pesquisas são: produção de conhecimento científico; divulgação de resultados das pesquisas; organização de eventos; palestras; conferências; organização de cursos de formação; proporcionar um espaço de convívio e interação entre pesquisadores e; formação de novos pesquisadores (Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado), nesse caso os professores vinculados ao grupo orientam os alunos ingressantes.

Aclaramos que a nossa coleta de dados se concentrou inicialmente na consulta ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, o termo utilizado na busca foi “Educação”, apareceram 10.172 itens. Ao acrescentar campo e pesquisar “Educação no Campo” apareceram 113 grupos cadastrados e que tem esse termo como palavra-chave. Em seguida foi efetuado o levantamento bibliográfico sobre grupos de estudos, sendo encontradas referências de diversas áreas, e algumas delas foram essenciais para demonstrar a relevância dos grupos de pesquisa em diferentes áreas de formação. O levantamento bibliográfico foi concretizado pelos portais: Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital da USP, Biblioteca Digital da UFSCar, Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações.

Ao discutir a metodologia científica, Severino (2007) nos fornece uma direção para seguir no decorrer da pesquisa, na medida em que apresenta como se desenvolve uma pesquisa acadêmica e quais pontos necessitam de mais atenção do pesquisador. Ao se referir à pesquisa em grupos e em grupos de estudos e pesquisas, nos disponibiliza uma contribuição importante acerca da produção acadêmica em grupos de estudos:

Essa tendência de se criar grupos de pesquisa decorre da ideia, cada vez mais consistente na comunidade científica, de que a produção de conhecimento deve ser um trabalho coletivo, realizado em equipes. Portanto, a filiação de pesquisadores da pós-graduação, docentes e dissidentes, a esses grupos é de fundamental importância (SEVERINO, 2007, p. 247).

Gimenes (2006) ao estudar a importância do grupo de estudo na formação continuada de professores da disciplina de matemática, constata que em grupo os resultados obtidos com os alunos foram bem mais promissores do que quando os professores não se reuniam para discutir pontos em comum. A partir de seus estudos ela propõe alguns questionamentos:

Mas o que fazer? Que condições podem ser criadas para o professor desenvolver-se profissionalmente? Que ambiente é esse? Onde ele pode refletir sobre sua prática pedagógica e ampliar seu conhecimento? Onde ele pode ajustar ou mudar seu modo de ensinar? Onde ele pode estudar novas tendências de ensino e assim se atualizar? (GIMENES, 2006, p. 11).

Os questionamentos apontados por Gimenes (2006, p. 11) ao serem respondidos, elucidam a relevância da pesquisa em questão, na medida em que “há várias maneiras de se organizarem ações que contemplem isso e grupo de estudos é uma que vem sendo altamente recomendada pela literatura”. Etcheverria (2008), ao pesquisar o grupo de estudos como um espaço de formação de professores do ensino fundamental, demonstra como é rico para a formação dos membros que dele participam, bem como para as pessoas que terão contato com ele.

Na pesquisa em questão é retratado que o grupo trabalha visando uma melhor formação para os alunos, visto que “o trabalho no grupo se embasa numa proposta que valoriza a reflexão da ação docente e as experiências pessoais e pedagógicas dos envolvidos, dando-lhes novos significados e constitui um espaço coletivo de aprendizagens pessoais e profissionais” (ETCHEVERRIA, 2008, p. 22). Para a autora, o grupo de estudo é um espaço de repensar a prática pedagógica e um espaço que possibilita o debate e a reflexão.

O espaço do grupo de estudos e pesquisas é valorizado em todas as áreas do conhecimento, não apenas relacionado à Educação. Siqueira (2016) nos traz como o grupo de estudos na área da saúde contribuiu para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável. Krug et al. (2008), também da área da saúde, demonstram a importância da atuação

do grupo de estudos na transformação do conhecimento popular sobre saúde em um conhecimento com base científica. Relata atividades realizadas durante a existência do grupo, conduzindo o registro da sua história. Na mesma direção, Costa, Borrestein e Padilha (2013), demonstram a relevância de pesquisadores atuarem em grupos.

Felix (2011, p. 31), ao pesquisar um grupo sobre cibernética pedagógica, ressalta que: “estudar coletivamente é uma forma de fazer cultura. Enquanto as trocas são feitas por meio de cartilhas, dos trabalhos, atividades comuns onde todos aprendem e ensinam, há mais que uma troca de palavras, há também uma troca cultural”. Sánchez Gamboa (2011), ao realizar um estudo sobre o grupo PAIDEIA da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), destaca os desafios enfrentados para a realização da pesquisa em Educação no Brasil, também aponta o caráter qualitativo da pesquisa em educação e divulgação dos resultados para a sociedade, feita por meio das ações do grupo de estudos:

Essas atividades de pesquisa e divulgação tornam-se mais ricas e complexas quando integradas com o ensino e a extensão e contam com a participação das comunidades, escolas, coletivos, militâncias, instituições, ou movimentos sociais que asseguram o senso de concretude das problemáticas abordadas pelos grupos de pesquisa (SÁNCHEZ GAMBOA, 2011, p. 280).

A literatura apresentada elucida o caráter positivo de se realizar um trabalho coletivo, independente da área de atuação. Posto isso, a necessidade de se trabalhar em grupo se torna inerente para a realização de uma pesquisa de qualidade, ou para aprimorar sua prática profissional, no caso desta pesquisa, a prática docente. Em suma, o homem é resultado de interação histórica e social, e para a sua formação deve estar em contato com a sociedade, ou seja, em conjunto; assim como a sociedade desenvolvida em conjunto, o conhecimento historicamente produzido e sistematizado também deve ser construído em grupos.

2.3 Os Grupos de Pesquisa em Educação Rural no/do Campo no Brasil

A pesquisa acadêmica com rigorosidade científica é o meio mais seguro e reconhecido de produzir conhecimento. Além da produção deve existir a sua socialização, o que é um grande desafio em uma sociedade capitalista, pois, o conhecimento é visto como produto de indivíduos. Nesse cenário, os grupos de estudos e pesquisas ganham destaque, visto que uma das atividades que realiza envolve a apresentação e socialização de conhecimentos – conforme já afirmamos. Os grupos de estudos e de pesquisas têm papel de considerável relevância na formação acadêmica e humana, pois são espaços de crescimento coletivo, com compartilhamentos de vivências, dúvidas, críticas e apontamentos para melhorias.

Ao investigar mais sobre os grupos de estudos, realizamos buscas no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, com a finalidade de levantar informações de outros grupos que têm objetos de pesquisa semelhantes aos do GEPEC. Durante o desenvolvimento da pesquisa constatamos a existência de grupos anteriores à criação do Diretório, sendo o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) da UNICAMP, um dos mais antigos e ainda em plena atividade.

O HISTEDBR é um dos grupos de estudos e pesquisas de maior relevância no campo da História da Educação, sendo construído e materializado no seio da Faculdade de Educação da UNICAMP, foi originalmente criado por professores e alunos da pós-graduação. Hoje conta com uma das revistas mais acessadas na área de Educação e com um boletim onde são disponibilizados diversos debates sobre a temática. Têm vários subgrupos ligados ao HISTEDBR como a Editora Navegando, que divulga as pesquisas dos grupos e está presente com um canal no *YouTube*.

O canal no *YouTube* transmite ao vivo as aulas, além de *podcasts* e conteúdos gravados produzidos por seus pesquisadores, mormente as aulas que tratam sobre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), a principal referência do grupo. Os registros apontam que o HISTEDBR foi criado pelo menos sete anos antes da implantação do Diretório, ainda na década de 80 do século XX, como aponta Lima Jardimino e Bauer (2007):

Por outro lado, podemos indicar que, posteriormente, tal postura historiográfica foi, sobremaneira, beneficiada pela criação, em 1986, no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (LIMA JARDILINO; BAUER, 2007, p. 252).

O HISTEDBR é um coletivo de pesquisadores em âmbito nacional, que investiga sobre História da Educação em mais de vinte e quatro (24) grupos de trabalho divididos e espalhados por treze estados da federação. Como condição de sobrevivência e divulgação dos seus trabalhos, o grupo organizou o primeiro seminário no ano de 1991. É importante falar sobre o HISTEDBR, pois é o núcleo centralizador de outros grupos de estudos e pesquisas espalhados pelo país, assim como o GEPEC da UFSCar.

Ao realizarmos a consulta/busca no Diretório ativamos os seguintes filtros: nome dos grupos; nome das linhas de pesquisas; palavras-chave das linhas de pesquisas; situação certificado e busca exata. O termo procurado foi “Educação no Campo”, foram encontrados vinte e seis (26) resultados, destes, onze (11) eram de outras áreas que não a Educação, sendo assim, restaram quinze (15) relacionados a esta área.

Realizamos a seguir uma exposição dos grupos relacionados à grande área da Educação, com nome do grupo, instituição e um breve resumo dos objetivos. Em seguida apresentaremos em forma de gráfico a quantidade de grupos por áreas encontradas e as regiões do país em que estes grupos se encontram. Além do termo “Educação no Campo”, também foi efetuada uma pesquisa aplicando os mesmos filtros com os temas “Educação do Campo”, sendo encontrados dezenove (19) grupos de estudos e pesquisas ativos, quando utilizado “Educação Rural”, foram encontrados duzentos e oitenta e três (283) grupos.

Tabela 4: Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo/Educação Rural

Grupo	Ano de Formação	Instituição	Área	Linhas de Pesquisa	Membros com Graduação	Membros com Mestrado	Membros com Mestrado Profissional	Membros com Doutorado
CEPOPES	2014	UFRGS	Educação	2	6	4	0	6
Educação e Desenvolvimento Humano	2012	IFAC	Educação	9	3	6	4	3
GEADAS	2009	UFS	Educação	3	1	4	3	3
GEPEDES	1996	UFPA	Educação	10	3	8	0	15
GPEACS	2019	UFPR	Educação	6	7	7	3	9
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo	2017	UESB	Educação	6	1	4	1	7
GEPEC/UFT	2015	UFT	Educação	5	2	6	1	7
GEEDI	2011	URCA	Educação	5	3	0	1	2
GEPHEM	2013	UFT	Educação	4	3	1	0	4
ELOA	2017	UPE	Educação	7	2	0	2	8
Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências	2011	IF-Sertão PE	Educação	0	1	10	4	9
LUDIPPE-UESB	2015	UESB	Educação	5	1	5	0	5
GRIDD	2018	UFAC	Educação	5	3	10	0	3
Linguagem, Cultura e Educação na Amazônia	2018	IFPA	Educação	6	0	10	2	2

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Um grupo que conta com duas linhas de pesquisas descritas como “Educação Popular” e “Educação Social” é o Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social (CEPOPES), sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que de acordo com o que aparece na plataforma do CNPq:

[...] é um grupo de pesquisa que reúne pesquisadoras e pesquisadores com e sem vínculo acadêmico, estudantes de graduação e pós-graduação, educadoras e educadores sociais e demais profissionais interessadas e interessados em estudar os temas da Educação Social sob a perspectiva da Educação Popular e da Pedagogia Social (CNPQ, 2022).

O Grupo Educação e Desenvolvimento Humano (IFAC), cuja situação aparecia no momento da pesquisa como em preenchimento de dados, por isso não foi possível descrever seus objetivos. Contudo, nas linhas de pesquisa há uma voltada especificamente para a Educação no Campo. Tem por objetivo: proporcionar espaço de discussão dos estudos e pesquisas sobre a educação no campo, com pesquisas que analisem sua dialética com a educação escolar indígena, profissional e trabalho, mais os modos de vida das populações tradicionais, das florestas, do campo, das águas e da cidade.

Conta com as seguintes linhas: Atores, Políticas e Práticas Sociais em Saúde Coletiva; Bioética; Direito; Educação; Educação no Campo; Leitura e Identidade; Micropolítica do Trabalho e o Cuidado em Saúde e Educação; Psicologia; Saúde e Desenvolvimento. Além dos colaboradores apresentados na tabela, o grupo conta com onze (11) participantes com especialização e um (1) participante no Ensino Médio.

Outro grupo relevante para as nossas pesquisas é o Grupo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Discurso e Aprendizagens (GEADAS/UFS). O seu objetivo “é a promoção de reflexões que estimulem o avanço do trabalho pedagógico no âmbito das diferentes linguagens, considerando seus aspectos linguísticos e discursivos que contribuem para formulação de sentido dos textos na sala de aula” (CNPQ, 2022). Conta com as seguintes linhas: A Compreensão Leitora a partir do Dialogismo; Alfabetização em Diferentes Linguagens: Práticas e Teorias; Processos de Ensino-Aprendizagem de Leitura e de Produção de Texto. O grupo ainda conta com dois (2) participantes em nível de especialização.

Em nossas pesquisas encontramos também o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior da Universidade Federal do Pará (GEPES/UFPA). Na descrição aparece que:

[...] o objetivo principal do Grupo tem sido o de desenvolver estudos e pesquisas sobre educação superior na perspectiva das políticas e de práticas pedagógicas de diferentes áreas de conhecimento. Desde 1996, O GEPES/UFPA constitui-se num fórum permanente de estudos e pesquisas sobre a relação do Estado e Universidade e as políticas para a Educação Superior (CNPQ, 2022).

Conforme consta no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq, suas linhas de pesquisa são: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais; Educação Superior e Produção do Conhecimento; Financeirização da Educação Superior; Financiamento da Educação Básica;

Financiamento da Educação Superior; Internacionalização da Educação Superior; Política de Formação do Professor; Política Educacional e Trabalho Docente; Políticas Públicas Educacionais; Público e Privado na Educação Superior.

Verificamos a presença do Grupo de Pesquisa sobre Educação Ambiental e Cultura da Sustentabilidade da Universidade Federal do Pará (GEPEACS/UFPR). Sobre este grupo consta em seus objetivos que:

O grupo se integra no campo da Educação Ambiental e aborda temáticas como a cultura da sustentabilidade e a transição sócio-ecológica. As pesquisas tomam como campo empírico espaços escolares e não-escolares que desenvolvam ações de formação ou intervenção no âmbito da Educação Ambiental. O grupo atua na formação de estudantes de graduação e pós-graduação procurando subsidiá-los em suas pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e outros projetos acadêmicos. Atua no âmbito de projetos de pesquisa e extensão coordenados pelas líderes e membros do grupo, propiciando um momento de formação e contribuição para a atuação profissional do estudante como pesquisador comprometido com a sociedade (CNPQ, 2022).

Tem as seguintes linhas de pesquisa: Educação Ambiental e Educação no Campo; Educação Ambiental em Áreas Verdes Urbanas; Educação Ambiental, Cultura da Sustentabilidade e Processos de Transição Socioambiental em Contextos Escolares e não Escolares; Formação de Professores e Práticas Pedagógicas na Escola e no Ensino Superior; Percepção Ambiental; Ética, Estética e Política na Educação Ambiental.

O Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) (sem informações no Google e CNPq) conta com as seguintes linhas de pesquisas: As Tecnologias Digitais e a Educação no Campo; Educação do Campo e Metodologias do Ensino; Educação do Campo, Políticas Públicas e Produção do Conhecimento; Educação e Movimentos Sociais; Estado, Educação Popular e Movimentos Sociais; Formação de Professores de Ciências e Física e Trabalho Docente. O grupo é constituído por um (1) participante de nível de especialização e vinte e oito (28) categorizados como outros. Temos ainda o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins (GEPEC/UFT) que apresenta como objetivo:

[...] realizar estudos e pesquisas sobre as políticas públicas em educação do campo na sociedade contemporânea, a formação de professores em educação do campo, realizar um levantamento histórico e geográfico das escolas do campo e suas realidades socioculturais, as relações entre as políticas por reforma agrária e a educação do campo, pesquisas sobre metodologias e práticas de ensino em educação do campo, em especial com o uso das artes visuais e da música como instrumentos pedagógicos (CNPQ, 2022) .

Suas linhas de pesquisa são: Artes Visuais, Formação de Professores e Arte/Educação no Campo; Construção Cênica de Narrativas; Educação Musical, Etnomusicologia e Cultura

Popular; Práticas Pedagógicas em Educação do Campo; Questões Agrárias e Estética Camponesa. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil da Universidade Regional do Cariri (GEEDI/URCA) tem como objetivo:

Promoção da elaboração, do aprofundamento e da difusão de conhecimentos teórico-práticos acerca da infância e sua educação mediante o desenvolvimento de pesquisas, estudos e ações interdisciplinares envolvendo alunos do curso de Pedagogia, professores da URCA e de outras instituições, pesquisadores, profissionais da área e de campos de estudos afins (CNPQ, 2022).

Disponibiliza as seguintes linhas de pesquisa: Bebês em Creches: Educação e Cuidados; Currículo na Educação Infantil; Diversidade e Educação Infantil; História e Políticas da Educação Infantil; Teorias e Abordagens Educacionais na Educação Infantil. O grupo possui um participante com nível de especialização e um (1) categorizado como outros.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Marxismo da Universidade Federal do Tocantins (GEPHEM/HISTEDBR/UFT) (sem informações no Google e CNPq) disponibiliza as seguintes linhas de pesquisa: Educação no Campo, Desigualdade Social e Pobreza; Fundamentos Filosóficos da Educação; História e historiografia da Educação; Marxismo e Educação. O Grupo de Estudos em Ensino, Letramento, Oralidade e Alfabetização da Universidade de Pernambuco (ELOA/UPE):

[...] discute letramento, oralidade e alfabetização, e enfatiza os diferentes saberes produzidos pelos docentes e discentes da Educação Básica (Educação Infantil, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental e Ensino médio). Nesse processo, reflete também sobre a didatização dos conteúdos nos diferentes suportes didáticos que circulam dentro e fora do espaço escolar (CNPQ, 2022).

Tem como linhas de pesquisa: Ensino de Língua Materna da Educação de Jovens e Adultos; Ensino de Língua Materna na Educação no Campo; Ensino e Aprendizagem de Língua Materna; Gênero, Texto e Ensino; Identidade, Cultura e Ensino de Língua; Linguagem e Educação Infantil; Oralidade, Letramento e Ensino. O grupo conta com oito (8) participantes categorizados como outros. O Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências Instituto Federal de Salgueiro/PE visa:

Refletir cientificamente sobre Ensino de Ciências, propondo instrumentações contextualizadas para o ensino, analisar impactos de atitudes e eficácia de estratégias, compreender melhor a natureza das ciências o que implica em reconhecer o contínuo desafio em progredir nos avanços já conquistados rumo a perspectivas educacionais progressistas. Superar os estágios e desafios que compõe o paradigma atual do ensino de ciências. E entender como tudo isso repercute no âmbito da educação, da ciência, tecnologia e sociedade (CNPQ, 2022).

Educação Ambiental; Epistemologia e Filosofia da Ciência; Ensino de Ciências e Educação no Campo; Práticas Colaborativas de Aprendizagem a Análise do Discurso

constituem as suas linhas de pesquisa. Encontramos também o Grupo de Pesquisa em Ludicidade, Didática, Política e Práxis Educacional da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LUDIPPE/UESB), com o seguinte objetivo:

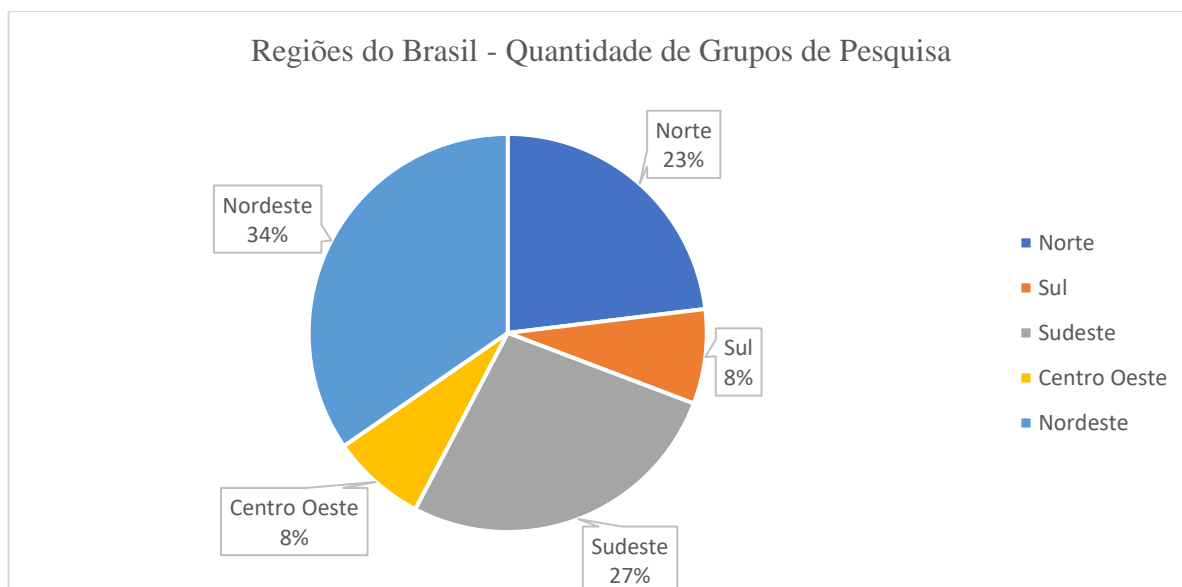
Estudos sobre prática e cultura lúdica, práticas pedagógicas em espaços escolares e não escolares, considerando seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Temas relacionados cultura lúdica, prática docente, interdisciplinaridade, formação e profissionalização, dentre outros. Interfaces entre ludicidade e educação, escola e comunidade (CNPQ, 2022).

Conta com as seguintes linhas de pesquisa: Infância e Letramento Lúdico; Infância, Cultura Lúdica e Diversidade Cultural; Política e Gestão Educacional; Políticas e Práticas Pedagógicas na Educação Básica; Práticas Pedagógicas em Espaços Escolares e Não Escolares. O grupo conta com dois (2) colaboradores classificados com especialização e sete (7) como outros. O grupo de Investigação Docente e Diversidades da Universidade Federal do Acre (GRIDD/UFAC) traz em seus objetivos o seguinte:

O grupo pretende estudar a formação docente no enfrentamento das questões postas nos contextos da escola pública contemporânea como a inclusão e o impacto das diversidades étnico-culturais e sociais e as formações de novas fronteiras a partir de movimentos migratórios na Amazônia e do diálogo com outras regionalidades. O uso de novas tecnologias capazes de nivelar a capacidade de construção de saberes e provocar novas práticas pedagógicas, também será contemplado pelos pesquisadores. Assim, o Gridd se propõe a receber propostas voltadas para conhecer os fenômenos educacionais nas escolas, em suas diferentes modalidades e níveis de ensino, estabelecendo um diálogo com as várias regiões do Brasil e favorecendo a transposição das fronteiras geográficas e culturais (CNPQ, 2022).

Suas linhas de pesquisa são: Aprendizagem Escolar e Ensino; Educação do/no Campo; Educação Especial com Caráter Inclusivo; Ensino, Humanidades, Processos Educativos e Culturas; Formação, Práticas Docentes e Diversidades. Tem participação de dois (2) colaboradores categorizados como especialistas e dez (10) outros.

O Grupo de Pesquisas, Linguagem, Cultura e Educação na Amazônia do Instituto Federal do Pará (IFPA) (sem informações no Google e CNPq), conta com as seguintes linhas de pesquisa: Cultura Corporal do Movimento, Educação Física e Sociedade; Aprendizagem e Desenvolvimento da Oralidade e Escrita; Educação no Campo, Trabalho e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia; Educação, Arte e Cultura; Educação, Relações Étnico-Raciais, Gênero e Ações Afirmativas; Estudos Linguísticos e Literários na Amazônia. Tem como membros seis (6) participantes em nível de especialização e um (1) categorizado como outros. Esses grupos estão distribuídos por todo o país em várias Instituições de Ensino Superior Públicas Federais e Estaduais. Vejamos agora as regiões do país onde há maior concentração de grupos de pesquisas.

Gráfico 1: Regiões do Brasil e Quantidade de Grupos de Pesquisa

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Como podemos observar, a região que mais contém grupos de pesquisas a respeito da temática é a Nordeste, seguida pela Norte. Em terceiro lugar, vem a região Sudeste e na sequência as regiões Centro-Oeste e Sul que empatam. Dentre os grupos apresentados acima, há a predominância do tema educação no/do campo. Esse termo se remete às pesquisas sobre o acesso à educação escolar para o homem do campo. Vale reiterar que essa temática/matéria historicamente não foi tratada como prioridade no que diz respeito a políticas públicas de inclusão e permanência na escola.

A educação no/do campo começou a ganhar atenção e visibilidade por parte da sociedade civil com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no ano de 1984. Caldart (2011) aponta os movimentos sociais de luta pela terra como protagonistas nesta conquista. O MST, em especial, é um movimento de luta pela terra com destaque para a Educação. No ano de 1997 o Movimento organizou o Primeiro Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA).

O encontro representou um espaço onde os integrantes do MST expuseram algumas experiências positivas relacionadas à Educação, mas, também foi um espaço que visava criar pautas de reivindicação de acesso à educação escolar. De acordo com Silva (2020), o Encontro rendeu frutos positivos no que se refere à institucionalização da Educação do Campo. Ainda segundo Silva (2020, p. 8) “a Resolução CNE/CEB nº 1 (2002), a Resolução CNE/CEB nº 2 (2008) que reorienta a resolução anterior e, por fim, o estabelecimento de uma política pública

de educação do campo e educação na reforma agrária como política de Estado pelo Decreto Presidencial nº 7.352 (2010).

Caldart (2011) ao expor a História da Educação no/do Campo, aponta que ela surgiu como uma crítica, não uma crítica direta à educação escolar, mas sim para explicitar como o ensino era realizado no meio rural. Dadas as condições objetivas de vida para o sujeito do campo, Caldart (2011, p. 40) aponta que: “a Educação do Campo não nasceu como uma crítica apenas de denúncia: já surgiu como contraponto de práticas, construção de alternativas, de políticas, ou seja, como crítica projetiva de transformações”. Ou seja, a Educação no/do Campo, surgiu apontando o que considerava uma falha na escolarização de toda a sociedade, especialmente na área rural e apresentava um caminho para solucionar o problema.

Cabe esclarecer, fazendo um breve retorno aos grupos de estudos e pesquisas que há grupos com a mesma sigla “GEPEC”, entretanto, há diferença. O “do” e o “no”, duas preposições que dão sentidos diferentes aos títulos, diferenças que na leitura e escrita podem parecer muito sutis, mas na essência, há um grande espaço entre elas. Santos e Bezerra Neto (2019) definem a educação no campo como:

A educação no campo leva em conta o ensino dos conteúdos, ou seja, tem o pressuposto de que a escola, independentemente de ser ou não na cidade e no campo, deve ser a mesma em todos os lugares, sem diferenciar os conteúdos aplicados em sala de aula de acordo com a localização geográfica da instituição escolar. Esse modelo de educação não visa segurar o homem no campo através da pedagogia, e sim dar a possibilidade de escolha do que é melhor para ele, sem deixar de lado a sua realidade (SANTOS; BEZERRA NETO, 2019, p. 118).

Nessa perspectiva, a educação escolar é entendida como única, não podendo haver distinção de conteúdos conforme a localidade onde são compartilhados, ou seja, a educação não pode ser um instrumento de segregação, mas sim, possibilitar que o indivíduo consiga entender como a sociedade funciona. Um dado significativo é que a Educação do Campo, tal como proposta pelos movimentos sociais pode dialogar com o ruralismo pedagógico, obviamente que respeitando os seus limites, pois a Educação pode contribuir para a permanência do homem no campo, mas não para a sua “fixação”.

Ao discutir sobre a Educação do Campo Santos e Bezerra Neto (2019, p. 118)) apontam que ela é “pensada pelos próprios sujeitos em parceria com movimentos sociais camponeses, é uma educação que visa a formação do sujeito para que ele possa permanecer no campo”. Sendo assim, a Educação no Campo, conforme defendida pelo GEPEC/UFSCar, defende uma educação escolar que seja única, que o conteúdo ensinado seja o mesmo do desenvolvido junto aos alunos das escolas das cidades. Caso o estudante que reside no meio

rural opte por permanecer e estudar neste espaço, lhe sejam disponibilizadas pelo Estado as condições para realize e finalize o seu processo de escolarização de forma satisfatória. Reafirmamos que o GEPEC adota como base de sustentação teórico-metodológica o marxismo e a Pedagogia Histórico-Crítica.

Nessa direção, entendemos ser pertinente realizar alguns apontamentos sobre tal opção e tomamos em empréstimo as palavras de Marsiglia (2015) em nossa defesa, ou seja, segundo a autora, o GEPEC é o único grupo de estudos e pesquisas em nosso país que realiza estudos sobre a Educação no/do Campo de orientação marxiana e marxista associada à Pedagogia Histórico-Crítica. A PHC é uma corrente pedagógica que se distancia das correntes hegemônicas e que entende a Educação como uma atividade mediadora no interior da prática social. Saviani (2016) aclara as diferenças entre as correntes hegemônicas em relação à PHC ao afirmar que a Pedagogia Histórico-Crítica:

Se diferencia por sua finalidade posicionando-se no sentido de que nenhum meio ou método, enquanto procedimento a ser adotado no desenvolvimento do trabalho pedagógico, será anatematizado ou consagrado a priori, seguindo sempre o princípio gramsciano segundo o qual se deve encontrar nos fins a atingir a fonte natural para elaborar os métodos e formas (SAVIANI, 2016, p. 36).

Assim sendo, o processo de construção de uma ou mais definições ainda se encontra em construção, visto que os fundamentos da PHC devem e/ou precisam considerar as realidades locais que caracterizam os espaços, as carências, as necessidades, as possibilidades e as potencialidades que as envolvem, adaptadas e/ou alinhadas aos seus elementos/aspectos orientadores¹, a saber: 1) Prática Social Inicial; 2) Problematização; 3) Instrumentalização; 4) Catarse; 5) Prática Social Final. Nesses trilhos, Saviani (1999) nos esclarece que a prática social inicial é imprescindível para a aquisição do conhecimento.

A problematização (segundo aspecto) consubstancia o momento em que professor e alunos apontam problemas reais que afetam a si mesmos e a comunidade, bem como as possibilidades para as suas resoluções. O terceiro aspecto, de acordo com as especificação e esclarecimentos de Saviani se afastam completamente do tecnicismo e da tecnocracia, se encaminham para a apropriação do proletariado aos meios que possibilitem a satisfação de suas reais necessidades educacionais. A catarse (quarto aspecto/elemento), orientada pela fundamentação teórica gramsciana, considera a transposição e/ou relação da estrutura e superestrutura em que o conhecimento é interiorizado e deixa de considerar (ou não) a sua realidade (SAVIANI, 1999).

¹ Consultar: SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica. 11 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

A Prática Social Final (último aspecto) se configura enquanto aquele momento em que a pessoa humana resgata o exercício da atividade social enquanto ser político, busca a orientação de uma sustentação teórica e empírica para lhe possibilitar a leitura e expressão. Para nos encaminharmos ao encerramento desta subseção, entendemos ser prudente dizer que a Pedagogia Histórico-Crítica entende que a educação escolar deve ser acessível para todas as pessoas, indiferente do lugar onde vivem.

Sendo assim, essa concepção adota uma proposta de transformação para o atendimento a todas demandas em busca da educação, independente do caráter revolucionário, pois hoje há muito que recuperar e há muito o que informar, e há muito o que formar e, nessa esteira, defendemos a oferta e prática de uma educação em defesa de uma educação/escola que contribua para a transformação das realidades da classe trabalhadora em direção a uma vida digna e não miserável. Retomamos as orientações teóricas sobre as bases de orientação que encaminham o GEPEC e recorreremos à Silva Nunes e Santos (2021) para esclarecer a PHC:

Somente uma pedagogia revolucionária terá como princípio a defesa da escola e do conhecimento científico para a formação omnilateral da classe trabalhadora do campo, sem perder de vista que a escola é uma instituição social temporal que, como tal, está envolvida na luta de classes. Isso não significa que tenhamos que nos abater e acomodar, mas, compreender a importância da escola nessa luta como mais uma ferramenta para a transformação social, para uma sociedade sem divisão de classes (SILVA NUNES; SANTOS, 2021, p. 755).

A escola também desempenha papel fundamental no desenvolvimento do gênero humano ao relacionar a PHC à Educação no Campo. Saviani (2016) destaca que:

Nesse processo unitário de problematização-instrumentalização criam-se as condições para emergir o momento catártico em que a estrutura do significado teórico e prático da adoção de sementes transgênicas é apropriada pelos alunos e incorporada da forma de superestrutura em sua consciência fazendo parte, portanto, de seu novo modo de ser e de se posicionar no interior de sua prática social não apenas como homens do campo, mas como integrantes do gênero humano (SAVIANI, 2016, p.38-39).

Fica evidente que nesta perspectiva pedagógica a escola tem um caráter muito mais amplo do que apenas formar o indivíduo para o mercado de trabalho, nesta vertente, é na escola que o indivíduo vai se apropriar dos conhecimentos historicamente sistematizados e desenvolver o gênero humano. A luta por uma educação escolar, gratuita e de qualidade se mostra cada vez mais necessária para a população. A elaboração dessa teoria pedagógica é um passo muito importante na luta pela educação escolar contra a dualidade existente nas escolas da classe trabalhadora, sobretudo nas escolas do campo. Com essa apresentação do modelo pedagógico defendido e adotado pelo GEPEC apresentaremos a seguir um breve histórico sobre a criação do GEPEC.

3 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO GEPEC E A PRÁXIS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA

Este capítulo apresenta os aspectos principais da criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/UFSCar), bem como as suas linhas de pesquisas e referencial teórico. Para compreender como se deu a formação oficial do Grupo é necessário apresentar o contexto político brasileiro da época e a sua atuação no processo de construção e divulgação do conhecimento científico materializado por meio da realização de cursos de formação inicial, continuada e especialização diretamente ligadas ao meio rural/campo.

3.1 Histórico de Criação do Grupo de Pesquisas e a Distribuição de suas Linhas de Pesquisa

A partir da chegada do Partido dos Trabalhadores no governo executivo federal – gestões de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) –, teve início a criação de políticas públicas para reverter a difícil situação educacional em que se encontrava o país. Essas ações constituíram um avanço para a ampla maioria da população brasileira, com a implementação de como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dentre outros com vistas a promover a democratização do acesso e permanência no Ensino Superior.

No início de seu mandato, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), decretou que seria obrigatório em todo o sistema de educação do país o ensino de história afro-brasileira, o que constituiu avanço no que se refere ao reconhecimento da história do país, visto que, durante a colonização foi utilizada mão de obra de pessoas negras trazidas da África para serem escravizadas, e quando houve a abolição, essas pessoas foram esquecidas e jogadas à própria sorte, sem nenhum tipo de auxílio ou assistência do Estado. A inserção desse conteúdo nas escolas foi uma forma de reconhecer, ou melhor, conhecer a história do país por uma visão anti-hegemônica, fato que reforça a evidência as raízes históricas das desigualdades sociais em nosso país.

Esclarecemos que o PROUNI foi criado em 2004 por meio de Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004 e implementado com a publicação da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. O Programa ofertava/disponibilizava bolsas de estudos integrais ou parciais

em universidades, centro universitários e faculdades privadas aos estudantes de baixa renda que não possuíssem um diploma de nível superior até o momento (HASS; SILVA PARDO, 2017).

O REUNI, por sua vez representou um programa que reaproveitou a parte física das universidades público-estatais já existentes, aumentando o número de vagas oferecidas nos cursos de licenciatura. O Programa foi instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo por objetivo ampliar as condições de acesso e permanência dos estudantes nas universidades públicas do país. De acordo com Fernandes e Oliveira (2019), mesmo com eventuais atrasos em liberação de verbas e paralisação de obras, o REUNI atingiu a maioria de suas metas.

A Lei de Cotas (2012) foi sancionada quando o GEPEC já contava com dois anos de existência e cadastro no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mesmo sendo publicada antes da formação oficial do GEPEC, é importante mencionar, que a Lei de Cotas, garantiu que cinquenta por cento das vagas em instituições de ensino públicas se destinariam para alunos oriundos de escolas públicas.

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo foi criado em 2010 por docentes dos departamentos de Educação e de Psicologia, e alunos (graduação e pós-graduação) da UFSCar. Contando, também com a participação de um docente da Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto), um docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/São José do Rio Preto), docentes da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), e docentes de várias universidades públicas do país.

Aclaramos que o GEPEC proporciona um espaço de discussão dos estudos e pesquisas sobre a educação no campo e suas relações com as práticas das camadas populares, os movimentos sociais e a luta pela terra. Um dos pontos principais que levou à fundação do grupo foi a necessidade de ampliar o debate sobre a educação no meio rural, pois seus membros consideravam a importância de uma educação bem fundamentada para a classe trabalhadora.

É importante frisar que o Grupo tem como foco a pesquisa sobre Educação no Campo e parte da perspectiva da defesa de uma educação única para toda a sociedade, ou seja, que a classe trabalhadora tenha acesso ao mesmo ensino disponibilizado para a burguesia, o que se aproxima da fundamentação teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). O GEPEC tem um grande leque de pesquisas relacionadas à educação em geral e à educação no campo em particular, assentado em cinco linhas de pesquisa, a saber:

1) Educação Especial no Campo: estuda e pesquisa a educação especial nos diferentes níveis e modalidades da educação do campo. Educação Especial no Campo até 2020 contava em seu quadro com alguns estudantes e uma pesquisadora, que se aposentou e encerrou as suas atividades profissionais e de pesquisa. Bezerra e Bezerra Neto, ao elaborarem o prefácio do livro Educação Especial no Campo, da professora Katia Caiado, constataam que:

A invisibilidade das deficiências está presente tanto na cidade quanto no campo, mas neste último a realidade é mais gritante, pois tanto as famílias, quanto o poder público/estatal ou a sociedade em geral fazem de conta que o problema não existe (BEZERRA; BEZERRA NETO, 2017, p. 2).

As dificuldades enfrentadas pelos alunos de áreas rurais com alguma deficiência são maiores que as dos que estudam nas escolas urbanas. Somadas a todas as dificuldades provenientes do local de estudo, há também o preconceito, não somente nos ambientes externos à sua moradia, mas também no seu seio familiar, geralmente por falta de informações sobre as deficiências e/ou como lidar com elas. Para evidenciar a importância de se estudar a Educação Especial no Campo Bezerra e Bezerra Neto (2017) afirmam:

[...] a importância do olhar próprio daqueles que trabalham com a educação especial, sobretudo nas áreas de assentamentos, onde o mais importante é buscar estabelecer um diálogo entre os assentados, as pessoas com deficiência e os educadores. (BEZERRA; BEZERRA NETO, 2017, p. 2).

Por ser uma área de pesquisa pouco discutida, o olhar do profissional que trabalha com a educação especial nas áreas rurais, deve ser preparado para entender que a educação escolar ali administrada não pode ser vista como uma obra de caridade. Nem mesmo como depósito de alunos e mobília velha vinda da cidade. A escola, tanto do campo quanto da cidade, deve ser um espaço onde os conhecimentos sistematizados são ensinados de maneira clara e objetiva, sendo, assim, uma educação que proporcione aos alunos a emancipação humana.

2) Fundamentos da Educação e suas relações com o campo: Estuda e pesquisa os fundamentos sociais, políticos e históricos da educação e suas relações com o campo. Esta linha contava em 2020, com onze estudantes e catorze pesquisadores. O objeto de estudo desta linha abrange os fundamentos sociais, políticos, históricos da educação e como eles se relacionam com o campo. Nessa linha as pesquisas trazem dados sobre as políticas públicas voltadas para o campo.

Sobre as políticas públicas destinadas ao campo, Moretti (2017) analisa a influência do Banco Mundial na educação do campo brasileiro. Apesar de alegarem que o investimento é para melhorar a vida dos camponeses e a economia nacional, conforme a pesquisadora, o que se faz é tentar implementar de maneira oculta uma agenda neoliberal que atenderá ao mercado.

3) Instituições escolares e práticas educativas no campo: Estuda as instituições escolares e faz levantamento das práticas educativas para a educação do campo nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Esta linha contava, em 2020, com oito estudantes e dois pesquisadores, realizava levantamentos sobre práticas educativas das diferentes modalidades de ensino no campo. As pesquisas realizadas nessa linha versam sobre como se dá o processo de ensino e aprendizagem nas escolas situadas no campo.

Então, temos pesquisas como a de Jesus (2018) e Flores (2015), que discutem sobre a criação de escolas no campo paulista desde o império, as chamadas escolas isoladas, e descrevem como o desenvolvimento das escolas foi acompanhando o desenvolvimento econômico da época, proveniente da agricultura.

4) Movimentos Sociais e Educação: Investiga as práticas educativas dos movimentos sociais e sua relação com o campo. A linha contava em 2020 com treze estudantes e oito pesquisadores. Essa linha pesquisa a relação dos Movimentos Sociais com a Educação. Os movimentos sociais lutam por diversas pautas, como terra que é uma luta que se faz presente desde a invasão portuguesa, moradia, igualdade e pela educação. A luta pela educação pode abranger um leque de reivindicações, “tanto de conteúdo escolar quanto de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, paz, direitos humanos, direitos culturais etc.” (GHON, 2016, p. 1). Essa abundância de pautas que os movimentos defendem, atrelados com a educação, por si só, demonstra a importância da linha. Com isso terminamos a apresentação das linhas de pesquisa que compõem o grupo.

5) Educação no Campo e Relações Étnico-raciais: investiga a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira e as relações com o campo. A quantidade total de estudantes e pesquisadores que o grupo dispõe é de trinta e sete pessoas com doutorado, sendo, vinte e três pesquisadores, treze estudantes e um colaborador estrangeiro. Na categoria de mestrado conta com um pesquisador e cinco estudantes. No mestrado profissional conta com um estudante, igualmente na graduação, como observaremos na tabela a seguir, as informações para a elaboração dele foram retiradas do site do CNPq:

Tabela 5: Quantidade de Pesquisadores e Estudantes

Tabela da Quantidade de Pesquisadores e Estudantes ²				
Formação Acadêmica	Pesquisadores	Estudantes	Colaborador Externo	Total
Doutorado	23	13	1	37
Mestrado	1	5	0	6
Mestrado Profissional	0	1	0	1
Graduação	0	1	0	1

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

O objetivo principal do Grupo é proporcionar um espaço de debates sobre a educação no campo, estabelecendo um diálogo entre a academia, os professores que atuam na área e os movimentos sociais de luta pela terra. O GEPEC adota o ponto de vista metodológico materialista histórico-dialético, e como ponto de vista pedagógico a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Desde a sua criação em 2010, organizou quatro seminários nacionais e um seminário internacional, atualmente está elaborando o segundo seminário internacional e o quinto seminário nacional sobre educação no campo. A apresentação mais esmiuçada dos eventos será apresentada mais adiante, na subseção “Seminários do Grupo”.

No ano de 2020 o GEPEC completou uma década de história, com uma produção acadêmica de destaque no que tange a educação escolar no campo. O grupo tem por objetivo investigar e discutir questões relacionadas a educação no campo e a luta pela terra, igualmente proporcionar um espaço de debates e discussões sobre a educação no campo, considerando os debates nacionais e internacionais sobre a temática.

3.2 Cursos de Formação Inicial e Continuada Coordenados pelo GEPEC

Quando o grupo foi criado, o primeiro curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra estava na sua segunda metade. Os pesquisadores e professores que acabavam de criar o GEPEC deram grande contribuição, tanto nas orientações dos estágios, quanto nas orientações dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Assim, a primeira turma acabou por se constituir na primeira experiência de formação acadêmica do Grupo.

² Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/32211#linhaPesquisa>.

Concomitante ao curso de Pedagogia da Terra foi apresentado o projeto do curso de aperfeiçoamento que seria implementado sobre o Programa Escola Ativa. Um curso para a formação de monitores que preparava os professores que trabalham com classes multisseriadas do Ensino Fundamental. Este curso atendeu às necessidades de formação de professores de Ilhabela, no Litoral Norte de São Paulo, de Guaratinguetá no Vale do Paraíba, de Bragança Paulista na região de Campinas e de São José do Rio Pardo.

Em seguida, teve início a sua segunda turma do Curso de Pedagogia da Terra, uma parceria entre a universidade e os movimentos sociais destinado aos beneficiários da Reforma Agrária, financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PRONERA/INCRA). Além destes, foram criados os cursos de aperfeiçoamento Escola da Terra e um curso de Especialização em Educação no Campo, que apresentaremos a seguir.

As camadas médias e altas do meio urbano, desde o início da industrialização e ampliação da urbanização, têm tentado impingir no imaginário popular, que o campo é lugar de atraso, quando comparado aos centros urbanos. Isso pode ser um dos motivos que faz com que não haja uma cobrança efetiva sobre as políticas públicas educacionais para o campo. Assim, a educação para o homem do campo tem acontecido como fruto de muitas lutas contra essa negação histórica.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ganhou destaque com sua organização de luta pela terra e por uma educação para o homem do campo. A mobilização em torno do I Encontro Nacional das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária garantiu ações efetivas na transformação da pauta em uma política pública. Além disso, as campanhas que o Movimento realizou e continua a conduzir, revisitaram várias denúncias sobre o fechamento de escolas no campo, criando articulações para se contrapor a esses fechamentos.

No contexto da criação do MST, na década de 1980, o Brasil passava por um período de redemocratização. A volta da escolha do presidente da república, governadores dos estados e prefeitos dos municípios por voto popular, a segurança de direitos fundamentais para a vida do ser humano, a promulgação da Constituição Federal em 1988, são fatos que merecem destaques na história recente do país. A década de 1980 foi um período de muitas lutas, tais como o retorno das eleições pelo movimento Diretas-Já, iniciado em 1983 e consolidado em 1984. A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e do Movimento Sem Terra, em 1984.

Com a volta da eleição presidencial pelo voto popular, o país teve o direito de escolher o representante de maneira direta. Após cinco presidentes – ou seus vices – terminarem os seus mandatos no executivo, em 2002, o país elegeu um presidente que tinha como pauta a melhoria de vida da população. Sendo assim, com o governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, algumas pautas sociais tiveram mais atenção, entre elas a educação.

No que tange à Educação Básica, as políticas públicas de superação do analfabetismo cresceram de maneira lenta e tímida (HADDAD; SIQUEIRA, 2015), com parte significativa da população ficando na condição de analfabetismo. O acesso ao Ensino Superior se tornou ainda mais difícil, pois, o número de universidades públicas no país ainda não atende as necessidades reais da população brasileira.

Para a classe trabalhadora, a história da educação superior pode ser contada como a da falta de educação (LIMA, 2005). No Brasil, existe a opção do ensino superior privado e público, entretanto, temos algumas ressalvas com a utilização do termo público, visto que, geralmente quem frequenta esse espaço não pertence à classe trabalhadora (BEZERRA NETO, 2013). Com a criação das políticas públicas de inclusão da classe trabalhadora no ensino superior, as universidades estatais se aproximaram mais do que são conhecidas popularmente como universidades públicas.

No contexto do aumento de estudantes advindos da classe trabalhadora, o GEPEC tem exercido papel importante, pois desde a sua fundação, contribui significativamente com a formação desta parcela da população com a oferta dos cursos de Pedagogia da Terra, dos cursos de aperfeiçoamento, de especialização ou da possibilidade de acesso ao mestrado e doutorado.

Além da produção acadêmica e dos eventos de divulgação científica, o GEPEC contribuiu na realização de outras ações que ajudaram a formar vários professores, possibilitando que pessoas da classe trabalhadora ingressassem no Ensino Superior em uma universidade estatal de qualidade. Tais ações podem ser evidenciadas em cursos de extensão, cursos de graduação e de aperfeiçoamento. O alinhamento de um referencial teórico revolucionário adotado pelo Grupo, faz com que haja uma prática revolucionária em suas ações, como veremos a seguir.

3.2.1 O Programa Escola Ativa

Embora o Brasil seja um país que se orgulhe do seu Produto Interno Bruto (PIB) com predominância do setor agropecuário, as pessoas que vivem no campo e do campo, mais o próprio campo em si, quando se trata de qualidade de vida são deixados em segundo plano.

Vale destacar que grande parte do investimento e valorização do campo é destinada aos latifundiários. Os pequenos produtores, acampados e assentados, ficam no esquecimento.

A partir do golpe de 2016 a situação do campo piorou. Antes, porém, a saúde, o transporte e a educação que já eram alguns exemplos de políticas públicas precarizadas ao longo dos anos, sofreram a intensificação da precarização. Ao tratarmos da educação escolar, apresentamos aqui o Programa Escola Ativa (PEA), que pretendia melhorar a qualidade do desempenho dos professores nas escolas que ofertam o ensino em classes multisseriadas ou em escolas unidocentes, que geralmente se encontravam nas áreas rurais do país, além de oferecer recursos pedagógicos que estimulavam os alunos a aprender.

Entretanto, a capacitação desses professores não era feita de maneira direta. Não eram os professores que iam até os cursos de formação, mas sim, um único professor que seria o representante do município. Esse representante frequentava as aulas e depois repassava aos colegas o que aprendera nos cursos de formação. Stefanini (2011, p. 17) destaca que: “em vez de formar diretamente os professores, [o curso] realiza encontros com representantes municipais que passam a ser os coordenadores municipais do Programa, responsáveis pela formação dos professores e acompanhamento das escolas”.

Este Programa foi inspirado no Programa Escuela Nueva da Colômbia (PEN), sendo considerado o principal programa destinado ao atendimento da população rural, no que se refere à educação escolar, principalmente à básica. No Brasil começou a ser implementado no ano de 1997, também destinado às escolas do campo (GONÇALVES, 2009). Cumpre dizer que sua implantação se deu nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, além de uma região do estado do Espírito Santo, ou seja, nas regiões onde havia maior incidência de conflitos no meio rural.

Durante o ano de 2004, ocorreu a criação da Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade (SECAD), subordinada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pelas políticas públicas destinadas às escolas no campo. Entre as ações realizadas adicionou-se o PEA enquanto metodologia para auxiliar na formação dos alunos de classes multisseriadas (STEFANINI, 2011, p. 14). No ano de 2009 se tornou a metodologia oficial para escolas com classes multisseriadas (GONÇALVES, 2009).

O Programa se iniciou ligado ao Projeto Nordeste/MEC, entre 1997 e 1999, vinculado diretamente ao Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), constituído principalmente por empréstimos oriundos de organismos internacionais como o Banco Mundial. Esse recurso tinha como objetivo declarado melhorar a Educação Básica no país

(GONÇALVES, 2009). Com apoio financeiro de organismos internacionais, o PEA começou a ter uma expansão substancial, conforme destaca Stefanini (2011):

[...] a partir de 1986 houve um significativo impulso para sua expansão por meio de um empréstimo do Banco Mundial – pretendia-se contemplar mais de dez mil escolas – e o programa passou a ser definido como a estratégia oficial para universalização da educação primária rural (STEFANINI, 2011, p. 13).

O Programa buscava ampliar o acesso à escola no meio rural brasileiro e, para tanto, fornecia metodologias de ensino bem como investimentos para a melhoria da infraestrutura física das escolas no campo. O Programa teve forte crescimento a partir de 1998 devido aos contratos firmados em parcerias com agências de financiamentos multilaterais (GONÇALVES, 2009). No Estado de São Paulo o curso foi ofertado pela UFSCar, que de acordo com Rosa (2013):

[...] ofereceu no total, uma carga horária de 240 horas, divididas nos seguintes módulos de 40 horas cada: 1- Metodologia do Programa Escola Ativa; 2- Introdução à Educação do Campo; 3- Alfabetização e Letramento; 4- Práticas Pedagógicas em Educação do Campo; 5- Gestão Educacional no Campo; 6- A Tecnologia na Educação do Campo (ROSA, 2013, p. 118).

Vemos que os módulos fazem uma apresentação da realidade rural, pois, muitas vezes, os professores designados para as escolas do campo não conhecem a realidade rural, e isso pode acabar impactando no processo de ensino e aprendizagem. Há professores que usam a mesma metodologia que se usaria em um espaço urbano, que resulta numa aprendizagem discente deficiente. Frisamos aqui que é importante ter uma metodologia voltada para o campo.

3.2.2 O Curso Especial de Licenciatura Pedagogia da Terra

O Pedagogia da Terra é um curso de nível superior destinado aos beneficiários da reforma agrária, assentados e filhos de assentados. No Brasil o primeiro curso ofertado no Rio Grande do Sul no ano de 1998. Essa primeira turma realizou as atividades acadêmicas no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ALMEIDA, 2019). A primeira turma do Brasil, assim como as que vieram depois, adotaram a metodologia da Pedagogia da Alternância, que remete as suas origens às Escolas Famílias Agrícolas da França na década de 30 do século XX, segundo Piatti (2014):

[...] criada em 1935, por um grupo de agricultores e auxílio de um Padre católico, com o objetivo de evitar que os jovens saíssem do campo para estudar na cidade, impedindo, assim, a permanência desses jovens nos centros urbanos para concretizar os estudos e buscar outras formas de trabalho (PIATTI, 2014, p. 50).

A metodologia de alternância, adotada pelos idealizadores do curso de Pedagogia da Terra, possibilitou que os alunos estudassem e não ficassem muito tempo fora de seus lotes,

pois, a realidade do pequeno produtor, sobretudo os assentados de reforma agrária, requer constante acompanhamento das lavouras e das criações de animais. A Pedagogia da Terra é uma conquista de considerável importância para a classe trabalhadora, pois é na universidade que se formam os profissionais das mais diversas áreas, e esse curso é oferecido/realizado em universidades estatais. Relembrando sempre que empregamos o termo, “estatal” e não “público”, pois de acordo com Bezerra Neto (2013):

Ao utilizar o conceito de universidade estatal em vez de universidade pública, quero diferenciar a forma de tratamento destes dois conceitos, pois estou afirmando que compreendo que a universidade mantida pelo Estado não é pública, uma vez que, para ser de fato pública, deveria atender a todo o público, colocando-se a serviço deste, enquanto que a universidade estatal, embora seja mantida pelo Estado, com o dinheiro arrecadado de toda a sociedade, não atende aos interesses do povo (BEZERRA NETO, 2013, p. 17).

É importante frisar que a universidade mantida pelo Estado deveria atender a toda população; entretanto, mesmo com os programas sociais de acesso à educação criados pelos governos liderados pelo PT, as universidades federais e estaduais ainda são ocupadas, em maior parte, pelas camadas médias e alta da sociedade. O número de universidades existentes no Brasil ainda é pequeno e não atende a toda a sociedade, principalmente a classe trabalhadora, que com muito sacrifício pode frequentá-la. Os vestibulares criados como instrumento de exclusão das camadas mais baixas nas universidades, sempre cobram que os estudantes das escolas públicas saibam conteúdos que lhes foram negligenciados pela escola.

No estado de São Paulo o curso teve sua primeira oferta no ano de 2008, numa parceria entre os movimentos sociais, o PRONERA e a UFSCar. Todavia, a discussão sobre a implementação do curso começou em 2006, quando os movimentos sociais e o INCRA procuraram a universidade para implementar curso de Pedagogia da Terra e um de Agronomia. (BEZERRA NETO, 2013).

A primeira turma de Pedagogia da Terra escolheu como sua patronesse Helenira Rezende de Souza Nazareth, guerrilheira torturada até a morte, no que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. De acordo com Silva (2013), a escolha deste nome como patronesse e identidade da turma, teve como objetivo fortalecer o protagonismo feminino na luta contra a hegemonia do capital. A turma teve predominância feminina, desde o vestibular até a formatura, como destaca Silva (2013):

A Turma Helenira Rezende era composta em sua maioria por mulheres, tinha um público jovem, em geral, filhos de assentados, que tiveram a vida em um acampamento, assentamento e a luta pela terra como pontos fundamentais nas histórias de vida (SILVA, 2013, p. 77).

O vestibular foi ofertado no ano de 2007, contou com sessenta e um (61) inscritos para sessenta (60) vagas. Destas, foram ocupadas cinquenta e oito (58). Entretanto, devido às condições objetivas da vida, formaram-se apenas quarenta e um (41) alunos. As desistências se deram por motivos diversos, como a não adaptação ao curso e a dificuldade de conciliar a vida no campo com as aulas, e tarefas que o curso pedia. Os alunos da turma entraram na universidade no ano de 2008 e se formaram no ano de 2011 (SILVA, 2013).

A segunda turma escolheu como patronesse Carolina Maria de Jesus, escritora e poetiza negra, assim como a primeira turma, a escolha do nome da patronesse foi um momento muito importante na formação da identidade da turma. A escolha, em especial de Carolina Maria de Jesus, como homenageada, foi uma maneira de resgatar a história dessa figura nacional, considerada uma das mais importantes escritoras do Brasil. Esta turma começou a ser pensada assim que a primeira se formou, sendo bastante discutida durante os anos de 2012 e 2013, aproveitando a experiência da turma anterior. Assim se repensou o projeto político pedagógico do curso e as possibilidades que deveriam ser geradas com a segunda turma.

O início efetivo da segunda turma ocorreu em 2014, contando com trinta e oito (38) cursistas assentados, filhos de assentados e acampados, pessoas vindas de outros estados brasileiros, como, Minas Gerais, Paraná e Pará. Contudo, devido às condições objetivas de vida dos estudantes, algumas pessoas foram desistindo ao longo do curso. Os motivos das desistências foram semelhantes aos da primeira turma, e no ano de 2018 formaram-se quinze (15) pedagogos.

Ambas as turmas entraram na universidade por meio de vestibular específico. O total de pedagogos formados pela UFSCar no Estado de São Paulo foi de cinquenta e seis (56) pessoas, formados devido à junção de forças entre universidade e movimentos sociais. Em princípio não há diferença de formação entre o curso de “Pedagogia Regular” e o “Pedagogia da Terra”, mas destaca-se a forma de acesso a ambos os cursos e algumas diferenças nas disciplinas optativas.

O acesso à Pedagogia Regular é realizado mediante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou transferência interna, sendo ofertado anualmente. O ingresso no curso de Pedagogia da Terra é feito por meio de um vestibular adaptado para pessoas oriundas do campo, e não há oferta em fluxo contínuo, pois, só pode ocorrer por convênios entre o INCRA e a universidade. Toda a parte pedagógica da segunda turma foi elaborada por professores ligados ao GEPEC. Os professores que ministraram as aulas para a segunda turma também eram os

professores vinculados ao Grupo. A primeira turma contribuiu para a criação do GEPEC e a segunda para a organização do III Seminário.

A metodologia assumida pela coordenação do curso foi a da alternância, que cobrava dois modelos de trabalhos dos alunos, o tempo escola (TE) e o tempo comunidade (TC). No TC o aluno se voltava para o assentamento e desenvolvia atividades propostas durante as aulas na universidade. No TE as atividades eram desenvolvidas na instituição, assistiam às aulas e realizavam as atividades presenciais. Durante o TC os alunos desenvolveram estágios obrigatórios a partir do terceiro semestre em escolas localizadas nos assentamentos, preferencialmente, ou em escolas da zona urbana que atendessem o público assentado. Foram realizados estágios na Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e Gestão Escolar.

Com a finalidade de preparar os alunos para os estágios em suas comunidades, a coordenação em parceria com os movimentos sociais, preparou um tempo intensivo de treinamento para a realização do estágio curricular em uma escola dentro de um assentamento, chamado de Oficina de Capacitação Pedagógica (OCAP). Lima e Bezerra (2013) descrevem a OCAP como:

[...] uma proposta pensada pelos Movimentos Sociais e tem como objetivo desenvolver oficinas de formação para educadores dos cursos de Licenciatura da Terra. Constitui-se em momentos formativo de grande relevância, possibilitando aos educandos experienciar a prática de atuação pedagógica em salas de aulas, oferecendo, assim subsídio para o desenvolvimento da prática do estágio no TC (LIMA; BEZERRA, 2013, p. 72).

As oficinas de capacitação pedagógica foram pensadas para aprimorar a prática docente dos graduandos, pois o estágio é um momento muito importante na formação dos alunos (LIMA; BEZERRA, 2013). Durante os cursos de Pedagogia da Terra, o estágio supervisionado sempre foi um desafio. Devido à extensão territorial do país, as OCAPs foram uma maneira encontrada de fazer um preparo supervisionado com os alunos e professores.

3.2.3 Escola da Terra – Aperfeiçoamento

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), foi instituído através da portaria do MEC nº 86, de 1 de fevereiro de 2013. Esse Programa criou uma ação de formação continuada para professores que trabalhavam em escolas localizadas na área rural, conhecido como Programa Escola da Terra, visando melhor formação para os alunos dessas escolas (MEC, 2013). O campo brasileiro abriga boa parte das matrículas escolares, mesmo com a forte política de fechamento das escolas do campo, Melo (2018) aponta que em 2018 eram:

[...] 6,3 milhões de matrículas no campo em 76.229 escolas, ou seja, 12,4% do total de estudantes matriculados no Brasil estão no campo. Um total de 71,37% das escolas do campo tem turmas multisseriadas e representa 22% das matrículas totais campo (MELO, 2018, p. 54).

Os dados acima apresentados são de considerável importância para descrevermos o curso. Em primeiro lugar, a quantidade de escolas existentes nas áreas rurais e, em segundo, a quantidade de escolas com classes multisseriadas, ou seja, 71,37% das escolas rurais possuíam turmas em diferentes etapas de aprendizado no mesmo espaço. Menezes, Moreira e Zientarski (2016) destacam que:

As escolas multisseriadas e unidoctentes são um desafio às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam, historicamente, um quadro da ausência do Estado e de gestão deficitária, bem como de esvaziamento do conteúdo teórico desenvolvido em seu interior (MENEZES; MOREIRA; ZIENTARSKI, 2016, p. 15).

Vemos que as escolas com classes multisseriadas podem ser um desafio para os professores, pois convivem com a falta de infraestrutura, ausência de recursos pedagógicos e formação deficiente, problemas constatados nessas escolas. Nesse contexto, se insere o curso de aperfeiçoamento Escola da Terra, exclusivo para professores de multisseriadas. O Escola da Terra é voltado para os professores que atuam nessas salas, visando uma melhor forma de ensinar os seus alunos. Os objetivos do Programa são de promover a formação continuada desses professores e oferecer recursos didáticos que atendam as especificidades das escolas (MEC, s/d).

O GEPEC promoveu um primeiro curso na UFSCar no ano de 2017. A metodologia utilizada foi semelhante à metodologia da alternância, assim como a da Pedagogia da Terra, com trabalhos desenvolvidos no tempo escola e no tempo comunidade. Após esta turma houve nova oferta que se encerrou no final de 2021. Atualmente não há nenhuma turma de aperfeiçoamento em andamento. Para complementação aos cursos de aperfeiçoamento, o Escola da Terra originou um curso de especialização.

Para a primeira turma foram ofertadas cento e vinte vagas (120) para professores do Estado de São Paulo, que atuavam em escolas do campo com classes multisseriadas. Todavia, devido aos trâmites burocráticos e a demora na efetivação do curso, houve algumas desistências, reduzindo para 96 cursistas matriculados, tendo formado noventa e um (91). Mesmo com as dificuldades burocráticas que ocasionou a desistência de alguns cursistas e a desistência de outros durante o desenvolvimento do curso, os resultados foram satisfatórios. A troca de experiências entre cursistas e professores foi enriquecedora para ambos. Nessa primeira oferta, foram montados polos em cidades que reuniam um maior número de cursistas.

No ano de 2021, o GEPEC contribuiu com a organização da segunda oferta. Desta vez, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), contou com a parceria da Coordenação Geral da Educação Indígena, do Campo, Quilombola e de Tradições Culturais (CGICQTC/DMESP), da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) e do Ministério da Educação (MEC). A proposta inicial era de que houvesse encontros presenciais, assim como ocorreu nos outros cursos, mas devido à crise sanitária que o país enfrenta, as aulas aconteceram de maneira remota, mediante a utilização da plataforma *Google Meeting*. Assim como a oferta anterior, foram disponibilizadas cento e vinte (120) vagas para o estado de São Paulo, desses, vinte e um (21) desistiram do curso, sendo assim, foram formados noventa e nove (99) professores.

Considerando que no Brasil as políticas públicas educacionais relacionadas ao campo, são tratadas em segundo plano, a oferta, a manutenção e a conclusão dessas duas turmas podem ser consideradas eventos de resistência contra o modelo de educação imposto à classe trabalhadora. O formato e metodologia dos cursos foram pensados exclusivamente para a realidade do professor que atua no campo. Com essas duas ofertas, foram formados cento e noventa (190) cursistas que atuam e atuaram em escolas do campo, ou em escolas da zona urbana que recebem alunos do campo, com o diferencial de entender que a educação deve ser única e de qualidade, indiferente de onde acontece.

3.2.4 Especialização em Educação do Campo

O curso de especialização em Educação no Campo com duração de dois anos, teve início em 2016 e foi finalizado no segundo semestre de 2017. O edital de seleção e o desenvolvimento foi planejado e executado pela coordenação do curso de Pedagogia da Terra. O público a que se destinava o curso era para os egressos de cursos realizados pelo PRONERA, como a Pedagogia da Terra ou Licenciatura em Educação do Campo e professores que atuassem nas escolas do campo. A proposta do curso foi de capacitar os professores, proporcionando-lhes a possibilidade de desenvolver análise crítica da realidade, com vistas a intervir sobre ela.

A metodologia utilizada foi a da alternância com trabalhos desenvolvidos no tempo comunidade e tempo escola, dividido em quatro etapas com estudos intensivos no período da manhã e tarde. Já no tempo comunidade eram realizadas as atividades extraclasse com orientação mensal de um monitor do curso. A oferta do curso foi realizada com cinquenta (50) vagas para o público já especificado. Cinquenta e uma (51) matrículas foram efetuadas, mas apenas quarenta e um (41) alunos concluíram o curso. No processo de desenvolvimento do

curso, verificamos que ocorreram sete (7) desistências devido às condições objetivas de vida dos cursistas e três (3) reprovações. Os resultados foram considerados satisfatórios.

A maioria dos cursistas (82%), desenvolveu os trabalhos solicitados nas normas exigidas e participação nas aulas presencias, proporcionando para a troca de conhecimento entre os professores da universidade e os professores das escolas básicas (cursistas). O Educação no Campo foi ofertado pela UFSCar e o GEPEC responsável pela parte burocrática de seleção e pedagógica do curso. No ano de 2018 o Grupo elaborou o projeto da reoferta, entretanto, devido à burocracia interna, não foi atendido. É importante destacar que em sua primeira edição os professores que participaram do curso vieram de vários estados do Brasil, ou seja, alunos provenientes do Rio Grande do Sul, da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo, demonstrando a importância do GEPEC no contexto nacional.

Em 2022 ocorreu uma nova oferta em parceria com o Ministério da Educação, estando em desenvolvimento de forma remota. A proposta inicial era de que as vagas fossem prioritariamente para os cursistas que participaram do curso de Aperfeiçoamento, contudo, a universidade não aceitou esse critério, sendo assim, foram recebidas inscrições de professores que não participaram do aperfeiçoamento, totalizando oitenta e sete (87) cursistas. Concomitantemente com o curso de Especialização em parceria com o Ministério da Educação, o GEPEC lançou um edital de seleção para o curso de Especialização em Educação no Campo, em parceria com o PRONERA. Até o momento, já foi elaborado o edital de seleção e efetuada a sua divulgação.

4 GEPEC: PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2020

Durante seus dez anos de existência, o GEPEC contribuiu para a conclusão de sessenta e duas (62) pesquisas, entre teses e dissertações, como veremos na Tabela 6. “T” é referente a teses apresentadas e defendidas como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, “D” referente a dissertações apresentadas e defendidas como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Tabela 6: Pesquisas de Mestrado e Doutorado Concluídas com Auxílio do GEPEC

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
T	-	-	1	2	4	4	3	4	5	3	2	28
D	4	4	5	7	3	3	3	1	-	3	1	34

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

No transcorrer do período 2010 a 2020, o GEPEC muito tem contribuído para a formação acadêmica de pesquisadores, proporcionando um amplo espaço de diálogo e debates entre os participantes. Como exposto na Tabela 6, foram formados vinte e oito (28) doutores e trinta e quatro (34) mestres. Além das pesquisas apresentadas neste texto, há também as pesquisas de Iniciação Científica (IC), Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) na graduação, bem como a participação dos pesquisadores do Grupo na supervisão de pós-doutorados e a contribuição destes como professores na graduação e nos cursos de aperfeiçoamento e especialização promovidos pelo GEPEC.

4.1 Indicadores e Considerações sobre a Produção do Conhecimento por meio das Pesquisas de Mestrado e Doutorado

Para conhecer o foco das pesquisas desenvolvidas e concluídas pelo Grupo, apresentamos as pesquisas realizadas no transcorrer dos anos 2010 até 2020 – recorte temporal estabelecido para o desenvolvimento da pesquisa. Iniciaremos a apresentação ano a ano, começando pelo ano de 2010, quando da criação do grupo. No ano de 2010, o Grupo proporcionou a formação de quatro (4) mestras, três (3) de mestrado em Educação no PPGE/UFSCar e uma (1) mestra em Educação Especial no PPGEES/UFSCar.

Tabela 7: Defesas 2010

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Camila Timpani Ramal	Luiz Bezerra Neto	A educação do campo e a realidade do município de Vitória da Conquista (BA)	Sem palavras-chave	Mestrado	CAPES
Janaina Ribeiro de Rezende	Luiz Bezerra Neto	Os sentidos da formação em Pedagogia da Terra: o caso das militantes do MST no estado de São Paulo	Educação do Campo; Pedagogia da Terra; Movimentos Sociais e Educação	Mestrado	CAPES
Juliana Guedes dos Santos Marconi	Luiz Bezerra Neto	Passado presente: anarquismo e construtivismo na educação brasileira	Educação; Anarquismo; Escola Nova; Construtivismo	Mestrado	CAPES
Natália Neves Macedo	Kátia Regina Moreno Caiado	Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Paulistas	Formação inicial de professores; Curso de pedagogia; Educação Inclusiva	Mestrado	CNPq

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

A primeira pesquisa aqui apresentada, de acordo com sua autora, se remete ao desenvolvimento histórico da educação no campo no Brasil, sendo apontados aspectos históricos sobre o movimento que, na década de 40 do século XX, ficou conhecido como ruralismo pedagógico, que tinha por objetivo a “fixação” do homem no campo. A pesquisadora estabeleceu um paralelo entre aquelas ideias e a atual formação para o meio rural, procurando demonstrar como ainda é possível encontrar resquícios do ruralismo pedagógico no município de Vitória da Conquista/BA.

Janaína Ribeiro de Rezende obteve seu título de mestre em Educação no PPGE/UFSCar. Em sua dissertação, tratou de investigar a formação de pedagogos formados pelos cursos de Pedagogia da Terra, dando ênfase à história de vida e de luta de onze (11) pedagogas que atuam ou atuaram no MST no estado de São Paulo com vistas a evidenciar pontos em comum entre os sujeitos da pesquisa e pontos divergentes, e ainda, a inserção delas no Movimento Sem Terra.

Juliana Marconi obteve seu título de mestre em Educação no PPGE/UFSCar, com a pesquisa que trouxe alguns apontamentos sobre a influência da metodologia utilizada pelos anarquistas e suas relações com o construtivismo para a educação brasileira. Em sua dissertação discute a relação entre as propostas apresentadas e implementadas pelos anarquistas e a abertura e fechamento de escolas em São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940.

Natália Neves Macedo obteve o título de mestre em Educação Especial no PPGEES/UFSCar com uma pesquisa que discutiu como a Educação Especial é tratada nos

curso de pedagogia de três universidades estaduais paulistas. Para tanto, analisou o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e a grade de disciplinas de cada curso nas universidades envolvidas na pesquisa (MACEDO, 2010).

No ano de 2011, o GEPEC colaborou para a formação de mais quatro (4) mestres, sendo três (3) mestres em Educação e um (1) mestre em Educação Especial, conforme dados disponibilizados na Tabela 8.

Tabela 8: Defesas 2011

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Samila Bernardi do Vale	Luiz Bezerra Neto	O assentamento Dezesete de abril e seu projeto de escola integral para o campo	Meio Rural; Movimento Social; Educação no Campo	Mestrado	CAPES
Rodolfo de Jesus Chaves	Luiz Bezerra Neto	Contribuições dos movimentos sociais na democratização do acesso à educação: a luta do MST em São Paulo pelo acesso à educação	Educação Rural; Educação do Campo; Reforma Agrária; Movimento sem terra	Mestrado	CAPES
Tammy Ticiani Locali	Luiz Bezerra Neto	O Impacto do Trabalho Infantil na Educação: Um estudo das crianças que trabalham no setor de semi-jóias em Limeira	Trabalho Infantil; Educação; Familiar/Domiciliar; Trabalho Terceirizado; Trabalho Exploratório	Mestrado	FAPESP
Rosângela Aparecida Silva da Cruz	Kátia Regina Moreno Caiado	Ensino médio no estado de São Paulo: desafios na escolarização de alunos com deficiência	Direito à educação; Ensino médio; Educação especial; Sala de Recursos; Acesso e Permanência; Condições de trabalho docente	Mestrado	CNPq

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Samila Bernardi do Vale obteve seu título de mestre em Educação com uma dissertação que discutiu o projeto de implementação de uma escola que funcionava em tempo integral no campo. Durante a pesquisa a autora identificou a concepção de educação adotada pela escola e levantou alguns questionamentos sobre a necessidade de uma especificidade para a educação escolar da população que vive no e do campo. Nesse caso, a especificidade dos conteúdos e das formas educacionais também estavam entre os pontos defendidos pelos movimentos sociais do campo.

Rodolfo de Jesus Chaves em sua dissertação realizou discussões sobre possíveis contribuições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a educação dos trabalhadores rurais. Defendeu que os trabalhadores sem terra entendem que a educação de qualidade, além do direito pela terra são direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, aponta que o movimento luta para conseguir que os assentados por programas de reforma agrária

tenham acesso ao saber escolar, importante para os trabalhadores do campo. O recorte temporal escolhido para a pesquisa foi da década de 80 do século XX até a década de 2000.

Tammy Ticiani Locali em sua dissertação de mestrado em Educação abordou o trabalho infantil, em específico, o trabalho infantil relacionado à produção de semi-joias e bijuterias na cidade de Limeira/SP, conhecida nacionalmente como capital brasileira das semi-joias. As fábricas terceirizam o trabalho de produção para algumas pessoas realiza-lo em casa, com isso a família acaba atribuindo algumas funções para as crianças, pois só assim conseguem bater as metas e entregar a mercadoria conforme exigido pelos patrões. As crianças são obrigadas a sacrificar seus fins de semana, partes das noites e até períodos em que deveriam estar na escola, pois precisam colocar sua força de trabalho a serviço das empresas, que sob o argumento de contratação do trabalho de adultos, acaba se utilizando do trabalho infantil.

Rosângela Aparecida Silva da Cruz em sua dissertação de mestrado em Educação Especial procurou demonstrar os desafios que os alunos com deficiência que frequentam o Ensino Médio no estado de São Paulo enfrentam para ter acesso à escola. A autora compreendeu a realidade desses alunos, buscando abranger os profissionais que os atendem e as condições objetivas desse atendimento.

Em 2012 o GEPEC contribuiu para a formação de cinco (5) mestres, sendo dois (2) em Educação e três (3) em Educação Especial, nesse mesmo ano tivemos também a formação de uma (1) doutora em Educação Especial.

Tabela 9: Defesas 2012

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Ana Tatiana Staine Cardoso Gobato	Luiz Bezerra Neto	Educação do e no campo: escola do Assentamento Monte Alegre	Educação do Campo; Educação no Campo; Educação em Assentamentos	Mestrado	Sem bolsa
Monica Fernanda Botiglieri	Luiz Bezerra Neto	Formação e qualificação de pequenos produtores rurais - A experiência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral	Pequenos produtores; Trabalho rural; educação do campo	Mestrado	CAPES
Caroline Veloso da Silva	Kátia Regina Moreno Caiado	O trabalho pedagógico no ensino de espanhol para alunos com deficiência visual: um estudo na perspectiva histórico-cultural	Língua Estrangeira; Ensino de Espanhol; Abordagem Histórico-Cultural; Deficiência Visual; Trabalho Pedagógico	Mestrado	Sem Bolsa
Larissa de Souza Martins	Kátia Regina Moreno Caiado	Educação especial no estado de São Paulo: análise documental do período de 1989 a 2010	Estado de São Paulo; Educação especial; Políticas Públicas	Mestrado	CAPES

Amanda Silva Aragão	Kátia Regina Moreno Caiado	O Ensino de Química para alunos cegos: os desafios do Ensino Médio	Ensino de química; deficiência visual; elaboração conceitual	Mestrado	CAPES
Adriana Cunha Padilha	Kátia Regina Moreno Caiado	O trabalho do professor de Educação Especial: considerações sobre a profissionalização docente	Trabalho; Docente; Educação Especial	Profissão Educação	Doutorado Sem Bolsa

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Ana Tatiana Staine Cardoso Gobato defendeu sua dissertação e obteve o título de mestre em educação no ano de 2012. Sua pesquisa se baseou em três escolas do município de Araraquara/SP, selecionadas por fazerem parte de um programa chamado Escola do Campo, implementado e desenvolvido pelo município em questão. Em sua discussão a autora apresenta a questão das especificidades da Educação do Campo, questionando se tem que haver diferença entre estas escolas e as escolas urbanas, devido ao local em que a escola está inserida.

Mônica Fernanda Botiglieri obteve seu título de mestre em Educação com pesquisa desenvolvida sobre a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Visando capacitar pequenos produtores, a pesquisa versou sobre as condições em que os cursos eram ofertados e se de fato atendiam aquilo que se propunham, ou seja, a formação dos pequenos agricultores. Além disso, também apontou aspectos históricos da organização do órgão.

Caroline Veloso da Silva obteve seu título de mestre em Educação Especial com uma pesquisa que apontou alguns aspectos relacionados ao ensino de espanhol para alunos cegos e com baixa visão. Sua pesquisa foi pautada na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica, buscando compreender como estas teorias pedagógicas compreendiam esta forma de transmissão de conhecimentos para os alunos com estas deficiências específicas.

Larissa de Souza Martins obteve seu título de mestre em Educação Especial com uma pesquisa que analisou as políticas públicas sobre a matrícula de alunos com deficiências no estado de São Paulo entre os anos de 1989 e 2010. Para a coleta dos dados buscou decretos e leis que falavam acerca do tema na época. Ao considerar o recorte temporal a autora destacou que o número de matrículas de pessoas com deficiência aumentou no Ensino Fundamental regular, sobretudo, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto as matrículas no Ensino Médio regular oscilaram ano a ano.

Amanda Silva Aragão em sua dissertação de mestrado em Educação Especial apontou uma solução possível para o ensino de química para alunos cegos. A pesquisa foi desenvolvida em uma cidade do interior de São Paulo. Durante o desenvolvimento da pesquisa foi elaborado

um plano de aula sobre atomística, o que se transformou em um material didático pedagógico baseado na Pedagogia Histórico-Crítica e disponibilizado para a utilização da escola, com vistas a atender estes alunos.

Adriana Cunha Padilha apresentou em tese de doutorado em Educação Especial aspectos relacionados às condições de trabalho de professores de Educação Especial no estado de São Paulo em seu cotidiano. Outro aspecto observado foi que além da falta de organização sindical por parte dos trabalhadores da categoria, também há a falta de valorização desses profissionais por parte das comunidades e dos poderes públicos.

Dando continuidade à exposição, podemos observar que no ano de 2013 (Tabela 10), o Grupo contribuiu para a formação de cinco (5) mestres e um (1) doutor em Educação e de dois (2) mestres e uma (1) doutora em Educação Especial. Este ano na história do Brasil é bastante significativo, pois marcou o início dos movimentos direitistas que levaram ao golpe de Estado no Brasil em 2016.

Tabela 10: Defesas 2013

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Paula Silva	Manoel Nelito Matheus Nascimento	Pedagogia da Terra na UFSCar: uma análise acerca da proposta metodológica e das práticas educativas da Turma Helenira Resende	Formação de Educadores; Proposta Metodológica; Política Educativa; Pedagogia da Terra	Mestrado	CAPES
Júlia Mazinini Rosa	Maria Cristina dos Santos	O programa Escola Ativa e a gestão participativa em escolas no campo	Escola Ativa; Gestão Participativa; Educação do campo	Mestrado	FAPESP
Adriana do Carmo de Jesus	Maria Cristina dos Santos	Nos caminhos da educação do campo em Matão: um olhar acerca da implementação da proposta nas escolas do campo no município	Educação do Campo; Políticas Públicas; Organização do Ensino	Mestrado	CAPES
Jaqueline Daniela Basso	Luiz Bezerra Neto	As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar	Escola no Campo; Turma multisseriadas; Condições de Escolarização; Estado de São Paulo	Mestrado	CNPq
Andrea Carolina Lopes de Aguiar	Luiz Bezerra Neto	Estudo sobre os problemas de infraestrutura e políticas públicas para escolas que atendem aos sujeitos rurais no município e distritos de São Carlos	Educação do Campo; Políticas Públicas e infraestruturas; Escolas urbanas e rurais	Mestrado	CNPq
Wiama de Jesus Freitas Lopes	Luiz Bezerra Neto	Profissionalidade docente na educação do campo	Profissionalidade docente; Escolas multisseriadas; Educação do campo	Doutorado	CNPq

Érika Soares de Melo	Kátia Regina Moreno Caiado	Ações colaborativas em contexto escolar: desafios e possibilidades do ensino de química para alunos com deficiência visual	Educação especial; inclusão escolar; ações colaborativas em contexto; práticas pedagógicas no ensino de química para alunos com deficiência visual	Mestrado	CAPES
Aline Dozzi Tezza Loureiro	Kátia Regina Moreno Caiado	A educação especial no município de Porto Ferreira/SP: 1972 a 2011	Educação especial; políticas públicas; associação dos pais e amigos dos excepcionais	Mestrado	CAPES
Maria Edith Romano Siems-Marcondes	Kátia Regina Moreno Caiado	Educação Especial em Roraima: História, Política e Memória	Educação Especial; História da Educação; História da educação especial; Excepcionais; História de Roraima	Doutorado	CAPES

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Seguindo com as formações realizadas no ano de 2013, temos Paula da Silva que obteve seu título de mestre em Educação com a dissertação que discutiu e apresentou alguns aspectos históricos sobre o curso de formação de professores da “Turma Helenira Rezende”. Primeira turma do curso de Pedagogia da Terra do estado de São Paulo, cuja oferta foi realizada pela UFSCar entre os anos de 2008 e 2011, e contou com a parceria do PRONERA/INCRA, movimentos sociais ligados ao campo e a universidade.

Julia Mazinini Rosa obteve seu título de mestre em Educação, com uma dissertação que explicitou a história do “Programa Escola Ativa”, que trouxe uma metodologia de ensino baseado em modelo de escola ativa, importado da Colômbia e adaptado para o Brasil no ano de 1997. Segundo o governo da época, o objetivo era de melhorar o aprendizado das escolas do campo que contavam com muitos professores trabalhando com salas multisseriadas. Além dos aspectos da história, também discutiu a possibilidade da participação da comunidade no gerenciamento da escola. A pesquisa se concentrou na cidade de São José do Rio Pardo/SP, um dos municípios onde o curso de aperfeiçoamento foi realizado durante o ano de 2010.

Adriana do Carmo de Jesus abordou em dissertação de mestrado em Educação o tema da implementação do modelo de educação do campo no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Matão, situada no interior do estado de São Paulo. Nesse município havia na época da pesquisa, três escolas localizadas na área rural e em alguns momentos se aproximavam e se distanciavam do Movimento Por Uma Educação do Campo, tal qual defendido pelos movimentos sociais e avalizado pelo Ministério da Educação.

Jaqueline Daniela Basso, para obter seu título de mestre em educação, realizou sua pesquisa procurando descrever e analisar as condições da educação escolar no campo paulista,

bem como a interferência dos organismos internacionais de financiamento da educação para a população do campo. Trouxe para a discussão a investigação sobre a necessidade, ou não, de se efetivar uma educação do meio rural, no sentido de se observar se deveria ser uma educação como demandavam os movimentos sociais ou no campo, tal qual defendia os pesquisadores vinculados ao GEPEC.

Andréa Carolina Lopes de Aguiar em sua pesquisa de mestrado, apresentou as políticas públicas voltadas para a educação no e do campo em duas vilas rurais: Água Vermelha e Santa Eudóxia, localizadas no município de São Carlos/SP. Buscou explicitar as diferenças de infraestrutura existentes entre as escolas localizadas nas áreas urbanas e aquelas localizadas no em áreas rurais, dado que estas últimas sempre foram tratadas como as primas pobres das primeiras.

Wiama de Jesus Freitas Lopes obteve seu título de doutor em Educação com uma tese que abordou os problemas da formação profissional dos professores que atuavam em uma comunidade ribeirinha da Ilha de Marajó/PA. Além disso, analisou a situação de trabalho desses profissionais e como a ação educativa nas salas multisseriadas da comunidade interferem na formação deles. Wiama Lopes discutiu ainda as relações de poder e controle estabelecidas naquelas comunidades, dado que, de alguma forma estas relações acabam interferindo no trabalho dos professores.

Érika Soares de Melo obteve seu título de mestre em educação especial com a pesquisa em que demonstrou o resultado do trabalho em conjunto de uma professora de educação especial e uma professora de química em uma escola especializada em atendimento de pessoas cegas. Para a autora, a parceria rendeu bons resultados como a adaptação de materiais para as aulas práticas, apesar dos poucos investimentos realizados pelos governos nesta área.

Aline Dozzi Tezza Loureiro obteve seu título de mestre em Educação Especial com uma pesquisa que discutiu as reais “contribuições” da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE) para a inclusão de pessoas com deficiência. Revisitou a ausência ou omissão do Estado em criar políticas públicas de inclusão mais efetivas para as crianças com deficiências, em especial, no município de Porto Ferreira/SP.

Maria Edith Romano Siems-Marcondes em sua tese de doutorado em Educação Especial apontou os principais elementos históricos da constituição da Educação Especial no estado de Roraima. Considerou desde os primeiros institutos criados para atender a esses alunos, até a elaboração de uma rede de ensino especializada no estado.

Dando sequência à nossa exposição, esclarecemos que no ano de 2014 a atuação do GEPEC proporcionou a formação de três (3) mestres em Educação e quatro (4) doutores, sendo três (3) em Educação e um (1) em Educação Especial.

Tabela 11: Defesas 2014

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Carolina Moraes Gimenes	Maria Cristina dos Santos	Resgate Histórico das Escolas Rurais em São João da Boa Vista/SP	Educação; Educação Rural; Educação no Campo; São João da Boa Vista	Mestrado	Sem bolsa
Jose Leite Santos Neto	Manoel Nelito Mateus Nascimento	Trabalho e educação no assentamento Guarani	Trabalho; Educação; Educação no Campo; Parcerias Agroindustriais	Mestrado	CAPES
Victor Hugo Junqueira	Maria Cristina dos Santos	Educação, Trabalho e Ideologia: análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto/SP	Agronegócio; Educação; Ideologia; Trabalho; Cursos tecnológicos em Agronegócio	Mestrado	Sem Bolsa
Elianeide Nascimento Lima	Luiz Bezerra Neto	Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de São Paulo: impactos, contradições e perspectivas	Estado; políticas públicas em educação; educação do campo	Doutorado	CAPES
Lucineia Chiarelli	Luiz Bezerra Neto	Custo-aluno-qualidade nas fontes de financiamento para políticas públicas educacionais nos campos paranaenses	Educação; Políticas públicas; financiamento; contabilidade; custo-aluno-qualidade	Doutorado	Sem Bolsa
Vanderlei Amboni	Luiz Bezerra Neto	A Escola no Acampamento do MST: Institucionalização e Gestão Estatal da Escola Itinerante Carlos Marighella	MST; Reforma agrária; educação do campo; acampamento; escola itinerante; organização escolar	Doutorado	Fundação Araucária
Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves	Kátia Regina Moreno Caiado	Alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos em assentamentos paulistas: Experiências do PRONERA	Educação especial; educação de jovens e adultos; educação do campo; assentamento; PRONERA	Doutorado	CAPES

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Carolina Moraes Gimenes apresentou em sua dissertação de mestrado em Educação alguns fragmentos da história da educação rural de São João da Boa Vista/SP, onde analisou as formas de atuação de algumas escolas da zona rural. Algumas já não funcionavam mais, pois haviam sido fechadas ao longo dos anos. Para dar conta de seu objeto de pesquisa a autora utilizou o conceito de totalidade, partindo da história geral da educação rural no país, investigando também a situação do estado, e por fim da cidade *locus* da pesquisa.

José Leite Santos Neto em sua dissertação de mestrado em Educação realizou um levantamento sobre a história do Assentamento Guarani, um assentamento fruto da luta conjunta de alguns movimentos sociais. O autor analisou a relação entre trabalho e educação, demonstrando como esta relação foi importante para a formação dos assentados.

Victor Hugo Junqueira em sua dissertação aborda as relações entre o agronegócio e a educação na região de Ribeirão Preto/SP. Vale lembrar que nessa região o agronegócio é muito presente e a cidade orgulha-se de exibir o título de “Capital Brasileira do Agronegócio”. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram analisados dois projetos, o “Agronegócio na Escola” e o Projeto “AGORA”, ambos presentes na Educação Básica da região e com forte presença nas escolas utilizadas pelos usineiros como instrumento de controle sobre os setores da sociedade que vendem sua força de trabalho para a burguesia proprietária do “agronegócio”.

Elianiede Nascimento Lima defendeu a tese que possibilitou a obtenção do seu título de doutora em Educação. Sua tese teve como objetivo principal compreender as políticas públicas voltadas para a educação no campo no estado de São Paulo, analisando como elas vêm sofrendo a interferência de políticas decorrentes do neoliberalismo. Também apresentou um contraponto ao modelo de Estado Capitalista, no caso o modelo de Estado defendido por Marx.

Lucinéia Chiarelli em sua tese de doutorado em Educação, analisou as despesas realizadas pelas escolas urbanas vis a vis às rurais do estado do Paraná no processo de ensino aprendizagem da classe trabalhadora. Foram analisadas trinta e seis (36) escolas situadas em dois municípios (Arapongas e Apucarana). As análises se concentraram nos custos de manutenção com a educação, sendo considerado o Custo Aluno-Qualidade (CAQ). Neste sentido, o fechamento de escolas no campo constituiu-se em um dos pontos de investigação.

Vanderlei Amboni obteve seu título de doutor em Educação com uma pesquisa sobre a escola itinerante, localizada em um acampamento do MST no Estado do Paraná. O problema central da tese gira em torno da institucionalização e da gestão desta escola, discutindo-se como se administra uma escola que ensina sobre a exploração da classe trabalhadora em meio a um sistema capitalista.

Táisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves em sua pesquisa de doutorado constatou que, apesar de existir na lei a garantia de Educação Especial para jovens e adultos fora da idade escolar, esta não é a realidade da maioria dos deficientes oriundos da classe trabalhadora. Afirma que a literatura produzida a respeito da temática é escassa, bem como a falta de incentivo para este grupo por parte do poder público. Assim os índices de analfabetismo no campo são

mais elevados e quando associados com a Educação Especial, o número aumenta, por isso, em sua tese apresenta a situação educacional da pessoa jovem e adulta com deficiência no campo.

Em 2015 o GEPEC auxiliou na formação de três (3) mestres, dois (2) em Educação e um (1) em Educação Especial. Contribuiu também para levar quatro (4) doutores à defesa, assim distribuídos, um (1) doutor em Educação e três (3) doutores em Educação Especial.

Tabela 12: Defesas 2015

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Ana Flávia Flores	Maria Cristina dos Santos	Grupos Escolares Rurais na antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP)	Grupos escolares; grupos escolares rurais; Usina Tamoio	Mestrado	CNPq
Taís Buch Pastoriza	Kátia Regina Moreno Caiado	Ensino de geografia para alunos com cegueira no Ensino Fundamental I: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica	Ensino de geografia; educação especial; pedagogia histórico-crítica; cegueira	Mestrado	CAPES
Deise de Sales Rustichelli	Kátia Regina Moreno Caiado	A supervisão de ensino: atuação na educação especial	Supervisão de ensino; educação especial; deficiência intelectual	Mestrado	Bolsa Mestrado-Escola de Formação Professores
Cleivane Peres dos Reis	Luiz Bezerra Neto	Por entre trilhas e sonhos (des) caminhos da educação de crianças, jovens e adultos do campo no Tocantins	Estado; Políticas públicas; educação do campo	Doutorado	Sem bolsa
Juliana Vechetti Mantovani	Kátia Regina Moreno Caiado	A educação da pessoa com deficiência e comunidades remanescentes de quilombos do Estado de São Paulo	Educação especial; educação escolar quilombola; pessoas com deficiência; comunidades remanescentes de quilombos	Doutorado	FAPESP
Michele Aparecida de Sá	Kátia Regina Moreno Caiado	Educação e escolarização da criança indígena com deficiência em terra indígena araribá	Educação Especial; educação escolar indígena; indígenas com deficiência	Doutorado	CAPES
Ana Paula Fernandes	Kátia Regina Moreno Caiado	A Escolarização da Pessoa com Deficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Paraense	Educação especial; educação; educação especial no campo; população ribeirinha; formação de professores	Doutorado	Sem bolsa

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Ana Flávia Flores obteve seu título de mestre em Educação com uma pesquisa que consistiu na análise da criação dos grupos escolares rurais a partir do ano de 1930. Em seu trabalho deu ênfase aos grupos escolares localizados na Antiga Usina Tamoio, situada no município de Araraquara/SP. Para atender os trabalhadores para a usina, foram instalados três grupos escolares criados entre os anos de 1930-1940.

Taís Buch Pastoriza obteve seu título de mestre em Educação com uma pesquisa que investigou a ação pedagógica de uma escola rural instalada na cidade de Salto, interior de São Paulo. No 5º ano dessa escola havia uma aluna que tinha deficiência visual. No desenvolvimento da pesquisa foi evidenciada a falta de formação continuada tanto dos professores, quanto dos auxiliares de sala, bem como a escassez de materiais didáticos adaptados para que a aluna pudesse avançar em seus estudos.

Deise de Sales Rustichelli obteve seu título de mestre em Educação Especial ao pesquisar sobre o trabalho dos supervisores de ensino de Educação Especial em classes especiais e salas de recursos. A metodologia utilizada para a investigação foi a pesquisa bibliográfica, pautada na Pedagogia Histórico-Crítica.

Cleivane Peres dos Reis obteve seu título de doutora em Educação com uma pesquisa que analisou as políticas de educação básica no campo em Tocantins, a partir da década de 1990, momento em que a influência de organismos internacionais interferia diretamente na educação brasileira. Isso fez com que a educação no campo em Tocantins não atendesse às necessidades dos trabalhadores, pois muitas escolas rurais foram fechadas e os trabalhadores expulsos de suas terras para servirem de mão de obra barata nos meios urbanos.

Juliana Vechetti Mantovani finalizou o doutorado Em Educação Especial com uma tese que abordou a educação para pessoas com deficiências que moram em comunidades remanescentes de quilombos no estado de São Paulo. Sua pesquisa evidenciou o quão recente é a preocupação com a alfabetização de pessoas que vivem em áreas quilombolas e, em especial, pessoas com deficiência.

Michele Aparecida de Sá obteve seu título de doutora em Educação Especial apresentando uma tese que discutiu alguns aspectos da educação escolar indígena na terra indígena Araibá/SP. A autora concluiu que mesmo que nas escolas indígenas haja crianças com deficiências, não há atendimento especializado, devido ao descaso do poder público com os indígenas e, em particular, com as pessoas com deficiências.

Ana Paula Fernandes obteve seu título de doutora em Educação Especial com a defesa de uma tese que apontou como se dá o acesso à educação escolar das pessoas com deficiência de uma comunidade ribeirinha no interior do Pará. Para a realização da pesquisa observou cinco (5) escolas da comunidade. Um problema que se destacou em sua pesquisa foi a questão do transporte escolar rural, dado que os veículos não estão adaptados para o transporte de pessoas com deficiência.

No ano de 2016, marcado pelo golpe midiático-jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Vana Rousseff, legitimamente eleita, dois trabalhos de mestrado foram concluídos na área de Educação Especial. O GEPEC contribuiu com a formação de três (3) mestres, sendo dois (2) em Educação Especial e um (1) em Educação e de três (3) doutores em Educação, conforme podemos observar na Tabela 13.

Tabela 13: **Defesas 2016**

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Patrícia Lopes Ramos Públio	Kátia Regina Moreno Caiado	Políticas de Educação Especial no Município de Sorocaba, 1988 a 2012	Educação Especial; Sorocaba; políticas públicas educacionais; ciclo de políticas	Mestrado	Sem bolsa
Lígia Oliveira	Kátia Regina Moreno Caiado	Trabalho pedagógico na educação especial: o professor de sala de recursos e sua implicação na escolarização dos alunos com baixa visão	Baixa visão; trabalho pedagógico; educação especial; tecnologia assistiva; sala de recursos; intersectorialidade	Mestrado	Sem bolsa
Andrea Margarete de Almeida Marrafon	Maria Cristina dos Santos Bezerra	O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista /SP	Escolas rurais; nucleamento; reestruturação produtiva agrícola	Mestrado	Sem bolsa
Samila Bernardi do Vale Lopes	Luiz Bezerra Neto	O impacto da reestruturação produtiva na proposta de formação da FERAESP para os trabalhadores	Formação; reestruturação produtiva no campo; sindicalismo; FERAESP	Doutorado	Sem bolsa
Mírian Helena Goldschmidt	Luiz Bezerra Neto	Os limites das políticas públicas/estatais para o campo hoje e a possibilidade de uma superação	Estado; políticas públicas/estatais; meio rural; meio urbano; educação	Doutorado	Sem bolsa
Elen de Fátima Lago Barros Costa	Maria Cristina dos Santos	Trabalho e carreira docente nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia	Trabalho docente; educação profissional e tecnologias; institutos federais	Doutorado	PROQU ALIS/IF/MA

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Patrícia Lopes Ramos Públio obteve seu título de mestre em Educação Especial. Em sua pesquisa investigou sobre o processo de implementação de diferentes políticas públicas voltadas para a Educação Especial no município de Sorocaba/SP. O recorte temporal definido para a investigação foi o período que se estendeu entre 1988 a 2012.

Lígia Oliveira obteve o título de mestre em Educação Especial com uma pesquisa que focou na atuação de professores da rede pública do estado de São Paulo. Por meio da pesquisa buscou discutir sobre a didática que os professores das salas de recursos de alunos com cegueira ou baixa visão utilizam no processo de ensino e aprendizagem. A análise se deu a partir de documentos obtidos entre os anos de 2012 e 2015.

Andrea Margarete de Almeida Marrafon obteve seu título de mestre em Educação com uma pesquisa que abordou os problemas decorrentes do fechamento de escolas rurais e o processo de nucleação na região de São João da Boa Vista/SP. A autora, em seus estudos apontou que o fechamento de escolas do campo não é recente, constatando que este fenômeno se iniciou ainda na década de 1970, e até 2014, somente na região da pesquisa, foram fechadas 360 escolas rurais. Observou ainda, que esse fechamento serve única e exclusivamente aos interesses do latifúndio.

Samila Bernardi do Vale Lopes defendeu sua tese de doutora em Educação com uma pesquisa que apresentou dados sobre os cursos de formação profissional oferecidos pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). Apontou as contradições inerentes ao sistema capitalista em que estamos inseridos, um ponto que se destaca no trabalho é a formação técnica do movimento sindical, em detrimento da formação política que deveria a essência do sindicato.

Mírian Helena Goldschmidt obteve seu título de doutora em Educação com uma pesquisa que apontou alguns dados sobre o que são políticas públicas e quais são voltadas para o campo. A autora também abordou o tema da especificidade de políticas públicas para o campo e como a diferenciação de rural e urbano faz com que não enxerguemos a totalidade da sociedade, assim as políticas públicas sempre serão pensadas de maneira desarticulada.

Elen de Fátima Lago Barros Costa obteve seu título de doutora em Educação no ano com uma pesquisa que analisou as mudanças nas carreiras dos docentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Maranhão.

Dando continuidade à nossa exposição sobre as teses e dissertações defendidas por pesquisadores no interior do GEPEC, chegamos ao ano de 2017, quando o Grupo colaborou para a formação de um (1) mestre em Educação e quatro (4) doutores, sendo dois (2) doutores em Educação e dois (2) doutores em Educação Especial.

Mariany Cristina Fardin Preto obteve seu título de mestre em Educação com uma pesquisa que descreveu e caracterizou como se dá o acesso à Educação Infantil no campo na região de Bragança Paulista/SP (Tabela 14). A autora estabeleceu como recorte temporal o período de 2015-2017. De acordo com Fardin a região foi escolhida por ficar próxima a alguns grandes centros urbanos.

Monica Fernanda Botiglieri Moretti obteve seu título de doutora em Educação com uma pesquisa que abordou a influência de organismos multilaterais internacionais, como o

Banco Mundial (BM) no gerenciamento das políticas públicas direcionadas à Educação no Campo (Tabela 14). Em seu texto a autora faz uma incursão pelos projetos do BM para a educação rural no Brasil e demonstra como tais projetos do neoliberalismo econômico se adaptam e se entranham nos discursos políticos, fazendo com que em alguns aspectos discursos da direita e da esquerda se aproximem.

Tabela 14: Defesas 2017

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Mariany Cristina Fardin Preto	Maria Cristina dos Santos	Condições materiais no atendimento escolar à educação infantil no campo: região de Bragança Paulista/SP (2007 a 2015)	Educação infantil; educação do campo; Bragança Paulista; Escola rural	Mestrado	CAPES
Monica Fernanda Botiglieri Moretti	Luiz Bezerra Neto	O Banco Mundial, o neoliberalismo e a educação do campo no Brasil	Banco Mundial; neoliberalismo e educação; educação do campo	Doutorado	Sem bolsa
Sidiney Alves da Costa	Luiz Bezerra Neto	Políticas Públicas/Estatais e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: estudo do PRONERA no Sudoeste baiano.	Estado; políticas públicas/estatais; PRONERA; educação; movimentos sociais e educação	Doutorado	Secretaria Estadual Administração Estado da Bahia
João Henrique Nascimento e Silva	Kátia Regina Moreno Caiado	Federação Nacional das APAES, hegemonia e propostas educacionais (1990-2015)		Doutorado	CAPES
Anaí Cristina da Luz Stelmachuk	Kátia Regina Moreno Caiado	Avaliação Pedagógica e Deficiência Intelectual: formação de profissionais da rede pública	Avaliação. Deficiência intelectual. Educação Especial. Formação continuada	Doutorado	CAPES

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Sidiney Alves da Costa obteve seu título de doutor em Educação com uma pesquisa que apontou como se dão os cursos de formação oferecidos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e como afetam a vida dos assentados. O *locus* definido para a realização da pesquisa foi Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e o recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1998 a 2015.

João Henrique Nascimento e Silva obteve seu título de doutor em Educação Especial e em sua pesquisa discutiu sobre a Federação Nacional das APAES. Embora esta Federação tenha sido criada no ano de 1963, o período utilizado pelo pesquisador abrangeu os anos de 1990 a 2015.

A tese de doutorado em Educação Especial de Anaí Cristina da Luz Stelmachuk analisou como é realizada a avaliação dos alunos classificados como suspeitos de serem pessoa

com deficiência intelectual. Também abordou o tema da formação dos profissionais que efetuam esse diagnóstico, a pesquisa foi realizada em um município do Paraná. No ano de 2018 o GEPEC contribuiu com a formação de cinco (5) doutores em educação. A partir desta data, a professora Kátia Regina Moreno Caiado passou a atuar no Campus de Sorocaba e deixou de assumir novas orientações na Educação Especial.

Victor Hugo Junqueira obteve o título de doutor em Educação com uma pesquisa que analisou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a educação do meio rural. Compreendeu como se deu o acesso à educação escolar para as pessoas que viviam no campo entre o século XIX e o início dos anos 1990.

Tabela 15: Defesas 2018

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Pesquisa
Victor Hugo Junqueira	Maria Cristina dos Santos	Políticas de educação rural no Estado de São Paulo (1889-1994): disputas e conflitos de classe pela hegemonia no bloco no poder	Educação rural. Estado. Políticas Educacionais. História da Educação. Estado de São Paulo.	Doutorado	Sem bolsa
Adriana do Carmo de Jesus	Maria Cristina dos Santos	Os bastidores da educação primária: criação e expansão das escolas isoladas rurais no interior paulista	Escola Isolada, Escola Rural, Educação Primária Paulista, Primeira República	Doutorado	CAPES
Jaqueline Daniela Basso	Luiz Bezerra Neto	O ruralismo pedagógico no estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas	Ruralismo pedagógico; história da educação rural; formação docente para o meio rural; escolas normais rurais; curso de especialização agrícola; escolas agrícolas; clubes agrícolas escolares	Doutorado	CAPES
Suze da Silva Sales	Luiz Bezerra Neto	Política de formação de professores: análise da institucionalização do curso de educação do campo da universidade federal do Tocantins: Campus de Arraias	Políticas Públicas. Licenciatura em Educação do Campo. Formação de Professores. Movimentos Sociais Organizados ligados a terra. SECADI/MEC.	Doutorado	Sem bolsa
Klivia de Cassia Silva Nunes	Luiz Bezerra Neto	Escolas multisseriadas e os ideários pedagógicos: um estudo sobre as escolas do e no campo na região do Bico do Papagaio/TO	Concepções pedagógicas. Prática docente. Política de educação do e no campo. Escolas multisseriadas. Pedagogia histórico-crítica	Doutorado	Sem bolsa

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Adriana do Carmo de Jesus em sua tese de doutorado em Educação investigou a criação das escolas isoladas no interior de São Paulo durante o período que compreendeu os anos de 1889 a 1921. De acordo com a autora, foi possível discutir sobre a criação e ampliação dessas escolas, observando como este fenômeno aconteceu com o desenvolvimento econômico

do país. Para a fundamentação da pesquisa foram utilizados documentos oficiais datados das primeiras décadas do século XX.

Jaqueline Daniela Basso em seu doutorado em Educação defendeu uma proposta de pedagogia utilizada para tentar manter o homem no campo. A tentativa de “fixação” do homem no meio rural por meio da educação ficou conhecida como ruralismo pedagógico, um movimento muito presente no Brasil, sobretudo nos anos de 1930 e 1940, época em que o êxodo rural se tornava inevitável devido à crescente industrialização que ocorria nos centros urbanos. Conforme destaca a autora sua pesquisa buscou apontar como esse movimento influenciou a educação no estado de São Paulo.

Suze da Silva Sales obteve seu título de doutora em Educação com uma tese em que analisou a implementação do curso de licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins (Campus Arraias). Para a autora a conquista do curso é oriunda das lutas dos movimentos sociais que tem em sua pauta a educação pública e de qualidade. Uma parte do período de doutoramento foi realizado em Portugal (Universidade de Lisboa), ocasião em que foram apresentados pontos em comum da realidade brasileira e portuguesa e pontos divergentes verificados nos dois países.

Klívia de Cássia Silva Nunes obteve o título de doutora em Educação com pesquisa realizada na região do Bico do Papagaio em Tocantins. Em sua pesquisa a autora analisou as concepções pedagógicas presentes no dia a dia dos professores que atuam em classes multisseriadas nessa região, verificando se conhecem as teorias pedagógicas adotadas pela Educação do Campo.

No ano de 2019, o penúltimo de nossas análises, vivenciamos inúmeros ataques às universidades por parte do governo eleito em 2018. O GEPEC proporcionou a formação de três (3) mestres e três (3) doutoras em Educação. O ano de 2019 é significativamente peculiar, pois inaugurou a suspensão das aulas presenciais em todas as instituições de ensino em nosso país, consequência da intensificação da pandemia causada pelo COVID-19.

Viviane Aparecida Ribeiro de Almeida apresentou em sua dissertação de mestrado em Educação uma pesquisa que compreendeu como um conjunto de formandos no curso de Pedagogia da Terra estava desenvolvendo seus trabalhos no campo (Tabela 16). Para dar conta do trabalho foi realizado um resgate histórico sobre os egressos da primeira Turma de Pedagogia da Terra da UFSCar, a primeira ocorrida no estado de São Paulo. Esse curso foi realizado em uma parceria entre universidade e movimentos sociais com financiamento do

PRONERA/INCRA, que proporcionou a quarenta e uma (41) pessoas oriundas de acampamentos e assentamentos o acesso a um diploma de nível superior.

Arlindo Lins de Melo Júnior obteve seu título de mestre em educação com uma pesquisa que apontou o estudo a respeito dos desafios encontrados por professores e educadores sociais que atuam em uma comunidade caiçara no município de Iguape/SP (Tabela 16). De acordo com o autor, a pesquisa contou com a participação de sete (7) professores e cinco (5) educadores sociais que apontaram os problemas encontrados na formação educacional dos caiçaras.

Danielle Volpian Marques abordou em sua pesquisa de mestrado em Educação o protagonismo das mulheres na reforma agrária. A pesquisa foi realizada em uma agrovila localizada no município de Promissão/SP, em que existe uma cooperativa chamada Flores do Campo que, desde 2011, fabrica pão. A pesquisa focou no processo de trabalho e educação inerentes a organização das mulheres.

Tabela 16: Defesas 2019

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Estudos
Viviane Aparecida Ribeiro de Almeida	Maria Cristina dos Santos	Inserção profissional dos egressos da primeira turma de pedagogia da terra da universidade federal de São Carlos/SP (2008-2011)	Egressos; Pedagogia da Terra; Política Pública; Ingresso trabalho.	Mestrado	Sem bolsa
Arlindo Lins de Melo Júnior	Kátia Regina Moreno Caiado	Trajetórias dos professores e educadores sociais caiçaras da cidade de Iguape	Educação do Campo. Formação de Professores. Trajetória de Professores. Trajetória de Educadores Sociais. Caiçaras. Pedagogia Histórico-Crítica.	Mestrado	CAPES
Daniele Volpian Marques	Maria Cristina dos Santos	Os processos educativos na construção de uma cooperativa de mulheres de um assentamento de reforma agrária	Mulher rural; trabalho; qualificação profissional; grupo produtivo	Mestrado	Sem bolsa
Maria Cláudia Zaratini Maia	Luiz Bezerra Neto	Direito é luta: O Legado do Pronera para uma Educação Socialmente Referenciada	Direito à educação no campo; cursos de direito do PRONERA; educação jurídica	Doutorado	Sem bolsa
Dilsilene Maria Ayres de Santana	Luiz Bezerra Neto	Educação e formação humana: direito à educação e classes multisseriadas no meio rural brasileiro	Direito à educação; educação básica; classes multisseriadas; meio rural	Doutorado	Sem bolsa
Rosana Ramos de Souza	Luiz Bezerra Neto	A nucleação escolar no assentamento Vila Amazônia em Parintins/AM e a precarização das condições de acesso, permanência e qualidade social da educação no campo	Nucleação escolar; educação; assentamento	Doutorado	Sem bolsa

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Maria Claudia Zaratini Maia obteve o título de doutora em Educação com uma pesquisa que abordou o problema da formação jurídica numa perspectiva contra hegemônica, que foi possível graças a existência de convênios do PRONERA com as universidades. A primeira turma de direito baseada na Pedagogia da Alternância se formou no ano de 2012 no estado de Goiás, no ano seguinte foram abertas outras turmas, mesmo com recursos escassos. Segundo a autora, esta é uma conquista muito importante para a classe trabalhadora alcançar formação ao nível superior em um curso voltado para a elite econômica com a predominância das camadas médias e altas nesses cursos.

Dilsilene Maria Ayres de Santana defendeu seu doutorado em Educação apresentando uma tese que centrada no problema do fechamento de escolas e de salas multisseriadas no meio rural brasileiro. Consoante a autora, este fechamento tem sido justificado pelo poder público com a desculpa de que essas salas não têm um desempenho satisfatório quando comparado com as salas unisseriadas nas escolas urbanas.

Rosana Ramos de Souza obteve seu título de doutora em Educação com a defesa de uma tese que analisou a problemática da nucleação das escolas rurais, e como afeta negativamente os alunos que dependem do transporte escolar para ter acesso à escola. Para a autora, muitas vezes o transporte é o único meio de acesso à educação escolar que o aluno rural tem, e na maioria das vezes esse transporte é precário. A pesquisa foi realizada em um assentamento de reforma agrária no município de Parintins/AM.

No ano de 2020, último ano de referência para a análise deste trabalho, momento em que o GEPEC completou dez (10) anos de existência, contribuindo para a formação de um (1) mestre em filosofia, no mestrado profissional em rede (PROF/FILO) e duas (2) doutoras em educação.

Tabela 17: Defesas 2020

Nome	Orientador	Título da Pesquisa	Palavras-chave	Nível da Pesquisa	Bolsa de Estudos
Mateus Henrique Turini	Luiz Bezerra Neto	Dos fundamentos à prática de um ensino histórico-crítico de Filosofia	Baralho Filosófico; ensino de filosofia; pedagogia histórico-crítica	Mestrado	CAPES
Helena Quirino Porto Aires	Luiz Bezerra Neto	Análise dos desafios e perspectivas do curso de licenciatura em educação do campo, campus de arraiais, estado do Tocantins	Licenciatura em educação no campo; formação de professores; educação por alternância; materialização; trabalho	Doutorado	Sem bolsa
Alessandra de Sousa dos Santos	Maria Cristina dos Santos	O Manual do Professor do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD-Campo)	Manual didático; manual do professor; educação do campo; PNLD-campo	Doutorado	CNPq

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020)

Mateus Henrique Turini obteve seu título de mestre em filosofia com uma pesquisa que se baseou nos pressupostos teórico-metodológicos do ensino de filosofia pautado na Pedagogia Histórico-Crítica. Segundo o autor, a pesquisa foi realizada em uma escola estadual do interior do estado de São Paulo. Por ser um curso profissionalizante que tinha a obrigatoriedade de criação de um produto, foi criado um material didático pedagógico para o ensino de filosofia chamado Baralho Filosófico.

Helena Quirino Porto Aires concluiu o doutorado em Educação com a defesa de uma tese focada no curso de licenciatura em Educação do Campo (LEDOC), oferecido pela Universidade Federal do Tocantins (Campus Arraias). A autora dedica boa parte da pesquisa na análise do como essa formação de nível superior institucionalizada contribui para a formação da classe trabalhadora.

Alessandra de Sousa dos Santos, obteve seu título de doutora com uma tese em que analisou os conceitos adotados nos manuais dos professores das escolas do campo. Esses conceitos que vem do PNLD-Campo, apresenta um recorte temporal que vai de 2013 a 2018. O texto versa sobre a discussão da concepção de aprendizagem, conteúdo e trabalho adotados por esse programa e como esses instrumentos são utilizados na formação dos alunos na sociedade capitalista.

Conforme apresentamos no desenvolvimento desta dissertação, as pesquisas de mestrado e de doutorado apontadas discutem diversos assuntos relacionados à educação escolar, educação no campo, luta pela terra e direitos dos cidadãos. É importante ressaltar que das vinte e oito (28) teses de doutorado e trinta e quatro (34) dissertações de mestrado, quarenta (40) tiveram apoio de agências de fomento à pesquisa, tais como CNPq, CAPES e FAPESP. Para melhor compreensão das pesquisas realizadas ao longo destes dez (10) anos, disponibilizamos na Tabela 18 a quantidade das dissertações e teses distribuídas em nove (9) categorias.

Tabela 18: Categorias das Pesquisas Apresentadas

Categoria	Pesquisas Concluídas
Trabalho e Educação	2
Formação de Professores	5
Educação no Campo	17
História da Educação	6

Educação Especial no Campo	18
Exploração de Trabalho Infantil	1
Escolas Multisseriadas no Campo	3
Nucleação de Escolas	2
Políticas Públicas sobre Educação	7

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

A partir da observação dos dados da Tabela 18, é possível perceber que as pesquisas abrangem um imenso leque de temas que envolvem a educação escolar no campo e a luta pela terra. Essa produção de conhecimento sistematizado, por meio da formação de mestres e doutores, expressa a relevância social e a importância histórica do GEPEC. Os resultados das pesquisas são mais que requisitos para a obtenção de um título de mestre ou doutor, são resultados que mostram a realidade de determinados locais, muitas vezes esquecidos pelo poder público.

As pesquisas indicadas na Tabela 18, adotam como referencial teórico o método materialista histórico, referencial teórico adotado pelo GEPEC. As pesquisas em questão buscam entender em sua totalidade a realidade concreta e pensada em todos os aspectos contraditórios. Além da explicação sobre determinados assuntos, as pesquisas também realizam o registro histórico do seu *locus*, importante para a preservação da identidade do lugar e do povo onde foram realizadas. Destacamos que em tempos de obscurantismo, negacionismo e xenofobia que assolam o nosso país, que a realização de pesquisas em científicas em todas as áreas do conhecimento humano se fazem imprescindíveis tanto para o desenvolvimento científico quanto para enfrentar o esvaziamento dos direitos humanos, sociais, constitucionais da população brasileira.

4.2 Divulgação da Produção Científica do Grupo

Esta subseção apresenta a produção acadêmica do GEPEC transcorrer dos dez (10) anos (2010-2020) de sua existência. Destacamos o quantitativo de artigos, livros e capítulos de livros publicados por seus membros e a respectiva classificação no QUALIS/CAPES. Na sequência, disponibilizamos os seminários organizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo e a quantidade de trabalhos apresentados em cada um.

O GEPEC, visando melhores formas de interação e socialização de suas pesquisas, bem como de textos publicados por outros autores, conta com o auxílio de um *website* para a

divulgação do conhecimento científico. O *website* está registrado com o domínio *gepec.ufscar.br*. Esta é uma ferramenta que possui um grande alcance de público. Tendo isto como pressuposto, há a disponibilização de obras e coleções literárias de maneira gratuita, além de usar o próprio *website* como ferramenta de divulgação dos cursos que organiza, das teses, dissertações e livros produzidos pelo Grupo.

O *website* conta com oito abas: Página Inicial, Sobre, Cursos, Participantes, Publicações, Links, Eventos e Contato. Na “Página Inicial” há sempre breves informes de atividades acadêmicas que o Grupo promove e realiza. Atualmente, há o *link* para o site do próximo evento internacional que acontecerá em outubro de 2022, bem como um *link* que redireciona para a inserção no grupo de e-mails, onde são enviados mensalmente textos que serão discutidos nas reuniões mensais.

Na aba “Sobre” está explicitado de forma resumida como se deu o início oficial do Grupo no ano de 2010, aponta as instituições que contribuíram para a sua formação e quais eram as perspectivas dos membros que o fundaram, assim como os objetivos do Grupo e suas linhas de pesquisa. Na aba “Cursos”, são destacados os cursos que foram e estão sendo oferecidos pelo Grupo, como o Pedagogia da Terra, cursos de aperfeiçoamento e as três (3) ofertas do curso de especialização em Educação no Campo, sendo que duas dessas ofertas estão em andamento atualmente.

A aba “Participantes”, apresenta os pesquisadores, estudantes e demais membro do Grupo. A aba “Publicações”, por sua ordem disponibiliza as os livros e coleções que são de domínio público, os textos produzidos e apresentados nos seminários realizados pelo GEPEC. Esta aba disponibiliza ainda, grande parte das obras de Marx e Engels, Gramsci, dentre outros autores, de forma totalmente gratuita. A aba “Links” viabiliza o acesso a outros grupos de estudos e pesquisas, instituições oficiais, organizações sociais direta ou indiretamente associadas à educação para as populações que vivem e trabalham no campo.

A aba “Eventos”, traz informações relacionadas aos eventos que o Grupo realizou e irá realizar, além de informações relativas sobre as datas e textos de referências para as discussões das reuniões do Grupo que ocorrem mensalmente. Por fim, a aba “contato” é um link direto para que pessoas que tenham alguma dúvida entrem em contato com a coordenação do grupo.

Embora não seja possível contabilizar os acessos, os membros do GEPEC são frequentemente abordados por pessoas que relatam ter acessado o site, chamando a atenção para

a importância do mesmo. Vale destacar que no início era possível contabilizar os acessos e, podíamos perceber que os pesquisadores sobre educação do campo faziam uso constante do mesmo. Com o tempo, os contadores foram retirados e deixamos de saber sobre este dado importante.

4.2.1 Artigos Publicados em Periódicos Indexados

A produção acadêmica dos membros do GEPEC pode ser verificada por meio das suas publicações, sendo ingrediente que se destaca ao falarmos sobre sua história. Nesta subseção nos ocupamos de evidenciar a quantidade de artigos publicados por seus membros em revistas nacionais e internacionais. Aclaramos que as nossas investigações e coleta de dados foram concentradas em três plataformas digitais de relevada importância para a realização de pesquisas acadêmico-científicas, a saber: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (“Diretório dos Grupos de Pesquisa” e “Currículo Lattes”), e Plataforma Sucupira.

A primeira busca foi realizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa, com vistas a dar início à coleta de dados sobre o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo, suas linhas de pesquisa e seus integrantes. Na sequência passamos à observação de seus respectivos Currículos Lattes, com o propósito de examinar a produção acadêmica no período em que esteve/está vinculado ao GEPEC, em especial os artigos completos publicados em periódicos. Por fim, tendo ciência da quantidade de artigos e dos nomes dos periódicos acessamos a Plataforma Sucupira, momento em identificamos os seus respectivos “Qualis. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é a responsável pela criação do sistema de indicador de qualidade “QUALIS”, e o descreve da seguinte maneira:

O Qualis-Periódicos é baseado nas informações fornecidas pelos programas da Área na plataforma Sucupira, ano a ano. Não é um conjunto de periódicos escolhidos pela coordenação como os melhores da Área. Refletem exatamente onde os docentes da Área têm publicado os resultados de suas pesquisas. Uma vez registrados, esse conjunto é classificado em estratos de qualidade, desde A1, o mais elevado, a A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, este com peso zero. O processo é repetido cada novo ano considerando as informações fornecidas pelos Programas para o respectivo ano. Ao final do período de avaliação, o Qualis completo é atualizado e os indicadores de produtividade intelectual são gerados, tanto em números absolutos quanto em números relativos aos pontos que a Área atribui a cada estrato (CAPES, s/d).

Conforme podemos observar no fragmento acima, os conceitos oscilam de A1 (o mais elevado) até C (igual a zero). Abaixo veremos um quadro com os conceitos e a quantidade de pontos que são referentes ao mesmo:

Tabela 19: Qualis Periódicos

A1	100 Pontos
A2	85 Pontos
B1	70 Pontos
B2	55 pontos
B3	40 pontos
B4	25 pontos
B5	10 ponto
C	0 pontos

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Considerando que o GEPEC conta com um significativo número de integrantes e colaboradores e, conseqüentemente, tem uma substancial produção bibliográfica sobre a Educação e, mais especificamente, sobre a Educação no/do Campo, organização dos dados foi dividida em dois períodos, ou seja, de 2010 a 2015 e de 2016 a 2020. As nossas exposições são complementadas com tabelas e gráficos que ilustram a produção por linha e produção geral por ano. A pesquisa foi realizada utilizando-se o nome do periódico e número do ISSN, sendo assim, no item “Qualis”, as revistas que não o apresentaram empregamos a sigla “SQ”.

Tabela 20: Publicações de 2010 a 2015

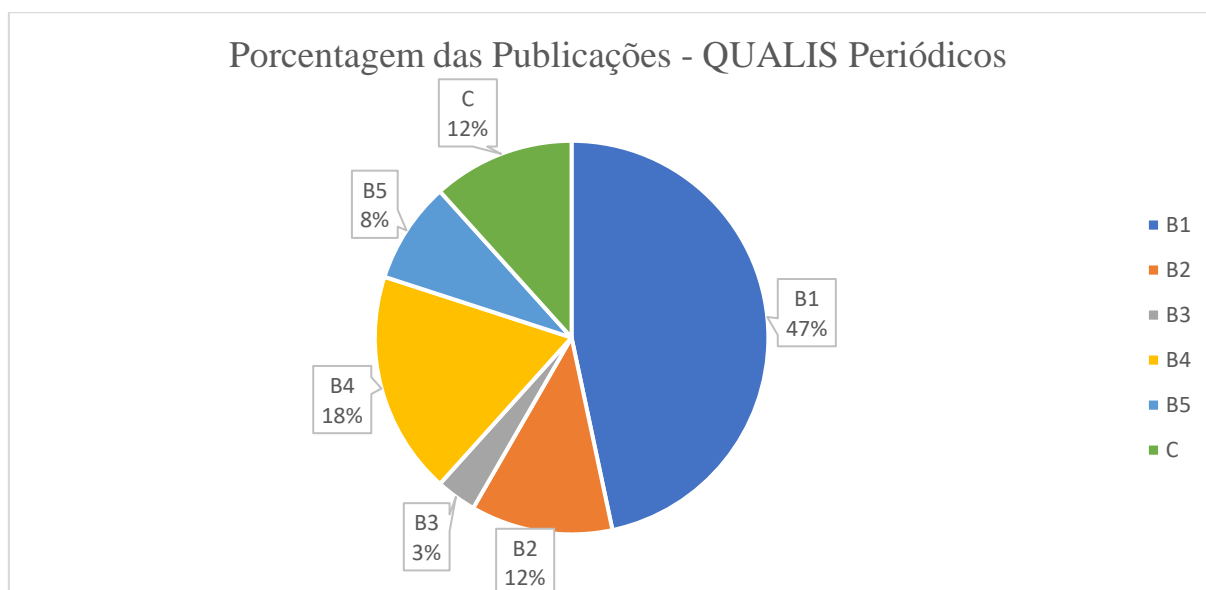
Ano	Classif. Livro			Ano	Classif. Livro			Ano	Classif. Livro			Ano	Classif. Livro			Ano	Classif. Livro			Ano	Classif. Livro		
10	L2	L3	L4	11	L2	L3	L4	12	L2	L3	L4	13	L2	L3	L4	14	L2	L3	L4	15	L2	L3	L4
A1																							
A2																							
B1	4				3				2	1			3	3	1		3	4	1		3		
B2					1								2				1	1			2		
B3	1								1												1		
B4			1		1				1				2	5					1				
B5					2				2								1						
C						2			1	1					2		1						
SQ																							

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Entre os anos de 2010 e 2015 foram produzidos sessenta e um (61) artigos, publicados não só no estado de São Paulo e no Brasil, mas também em revistas do exterior, fazendo com

que a abrangência das produções acadêmicas tivesse um alcance de nível internacional. A maior parte dos artigos foi publicada em revistas com “Qualis” B1, o terceiro do *ranking* que a CAPES elaborou até o momento do desenvolvimento dessa investigação. Para termos uma ideia mais visual de como essas publicações estão divididas, observemos o Gráfico 2:

Gráfico 2: Porcentagem das Publicações



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Como constatamos na Tabela 20 e no Gráfico 2, há uma significativa quantidade de publicações durante os seis (6) primeiros anos de atividades do GEPEC. Passemos agora para o segundo período (Tabela 21 – 2016-2020). Constatamos que algumas revistas até o momento de finalização desta pesquisa se encontram sem o “Qualis”, pois não estavam na Plataforma Sucupira.

Tabela 21: Publicações de 2016 a 2020

Class	Ano	Classif. Livro				Ano	Classif. Livro				Ano	Classif. Livro				Ano	Classif. Livro								
		L2	L3	L4			L2	L3	L4			L1	L2	L3	L4		L1	L2	L3	L4					
Pr	16					17					18					19					20				
A1																	1								
A2				1		1						1											1		
B1		3	1			1						4						1							
B2		3	3	1		4	2	1			2	6	1				1	5	2	1			2	1	
B3		3				1							1				1	2							

Ao falar sobre as publicações do grupo, optamos por iniciar pelas publicações em periódicos, visto que estes têm um alcance maior. A sua maioria se dá em periódicos que ficam em plataformas *on-line* e são sempre publicações atuais, além de serem avaliadas por equipes formadas por pares. Passemos agora para os livros publicados pelo Grupo também conceituados pela CAPES, por de um QUALIS diferenciado, conforme disposto nas Tabela vinte (20 e vinte e um (21), ou seja, L1, L2, L3 e L4.

4.2.2 Livros Organizados e Publicados por Membros do Grupo

Em sua trajetória até o ano de 2020, o GEPEC produziu livros que contam e preservam a história dos homens e mulheres que vivem no campo e história da educação nacional. A produção ligada diretamente aos membros do Grupo totaliza seis (6) livros, descritos a seguir:

Tabela 22: Livros Produzidos pelo GEPEC

Título	Ano	Número Capítulos	Tema Central
Versão Beta: sob o signo da palavra	2011	11	Alfabetização de Jovens e Adultos
Educação Para o campo em discussão: Reflexões sobre o programa Escola Ativa	2011	9	O programa escola ativa
Na luta pela terra a conquista do conhecimento	2013	9	Discute sobre a implementação do curso de Pedagogia da Terra na UFSCar.
Pedagogia histórico crítica e educação no campo História, Desafios e Perspectivas atuais	2016	12	Os avanços da PHC na educação no campo.
Educação rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação no campo	2017	1	As aproximações do movimento por uma educação do campo e o ruralismo pedagógico.
Trabalho e educação: estudos sobre o rural brasileiro	2017	12	Discussão sobre a educação das pessoas que vivem no campo
Políticas “públicas” e educação rural no contexto da América Latina	2019	10	Discussão de como se dá a educação escolar no Brasil e na América Latina.
Formação de professores para escolas rurais no estado de São Paulo: o ensino em salas multisseriadas	2021 ³	12	A formação de professores que atuam em classes multisseriadas no Estado de São Paulo.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

“Versão Beta: sob o Signo da Palavra” publicado em 2011 foi o primeiro livro organizado e publicado pelo Grupo. Foi derivado da Revista Versão Beta, que publicou onze (11) textos de onze (11) grupos sobre a temática da alfabetização de jovens e adultos, tendo como título “Alfabetização de Jovens e Adultos e a Prática de Escrita de Pedagogos e Pedagogas do Campo: Desafios da Pedagogia”. Os trabalhos foram feitos por alunos do

³ Embora o texto apareça com data de publicação em 2021, foi organizado no ano anterior.

primeiro curso de Pedagogia da Terra realizado na UFSCar. Para a escrita dos trabalhos, os alunos usaram suas experiências vividas na Oficina de Capacitação Pedagógica (OCAP), que será melhor apresentada na subseção em que trataremos sobre os cursos de “Pedagogia da Terra”.

Como dito acima os textos escritos e publicados neste livro são relatos de experiência dos alunos da Pedagogia da Terra, a elaboração do material é decorrente da prática do estágio supervisionado do curso. Os textos demonstram a articulação da fundamentação teórica aprendida em sala de aula e, em especial, a alfabetização de jovens e adultos com as práticas da sala de aula.

“Educação para o Campo em Discussão: Reflexões sobre o Programa Escola Ativa”, também publicado em 2011, constitui uma coletânea organizada pelos membros que contribuíram na formação do GEPEC. A temática abordada foi o Programa Escola Ativa, a sua origem e implementação no Brasil. Além disso, se discutiu as implicações dessa formação e as possíveis contribuições que o Programa proporcionaria para os estudantes da classe trabalhadora do campo, sem deixar de considerar todos os problemas que o Programa carregava desde a sua origem no México, passando pela sua implantação na Colômbia e sua transposição para o Brasil, principalmente nas regiões mais pobres, onde estavam presentes os maiores conflitos de terra do país.

“Na Luta pela Terra: A Conquista do Conhecimento”, foi publicado no ano de 2013, contou com a participação de alguns estudantes da primeira turma de Pedagogia da Terra. O livro foi dividido em três (3) partes, sendo que na primeira foi realizada uma discussão sobre as dificuldades para a implementação do curso de Pedagogia da Terra na UFSCar, deixando claro que a criação de um curso para trabalhadores não é fácil, dado que na sociedade capitalista, a universidade está inserida num processo de luta de classes e, a classe trabalhadora nem sempre está organizada para defender seus interesses, saindo muitas vezes na defesa dos interesses da classe dominante.

Na segunda parte se optou por focar nas atividades pedagógicas desenvolvidas no curso, procurando relacionar teoria à prática, visando demonstrar que sem uma teoria pedagógica revolucionária não é possível uma prática revolucionária, logo o compromisso político e a competência técnica devem estar sempre alinhados para o desenvolvimento do trabalho do professor. Por fim, a terceira parte foi constituída por um conjunto de resumos das pesquisas realizadas pelos alunos durante o tempo comunidade, expresso nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). O livro também traz a importância do PRONERA para realização

do curso, sem deixar de considerar a importância do papel da união dos movimentos sociais e a universidade estatal, que por meio dessa parceria possibilitou o ingresso de cinquenta e oito (58) assentados e filhos de assentados ao curso, dos quais, quarenta e um (41) tiveram a chance de alcançar um diploma universitário.

“Pedagogia Histórico Crítica e Educação no Campo: História, Desafios e Perspectivas atuais”, foi publicado em *e-book* pela editora Navegando e impresso pela Editora Pedro e João no ano de 2016. Esse livro constitui numa coletânea com diversos artigos que buscam ampliar a compreensão da PHC e como se relaciona com a Educação no Campo. O livro foi organizado a partir de alguns textos disponibilizados por pesquisadores que participaram das mesas de palestras nos seminários dos anos de 2013 e 2015, contando também com trabalhos apresentados por pesquisadores do Grupo.

Aqueles que pesquisam sobre educação no campo numa perspectiva materialista ou que se utilizam da PHC para ampliar seu campo de conhecimento, contam com mais um importante trabalho do GEPEC. Isto porque a publicação do livro contribuiu para a compreensão dos avanços que a Pedagogia Histórico-Crítica pode proporcionar para a população do campo. Os textos escritos por referências na área da Educação, Educação no Campo e Pedagogia Histórico-Crítica, abordam questões relacionadas às práticas educativas no campo.

“Educação Rural no Brasil: do Ruralismo Pedagógico ao Movimento por uma Educação no Campo”, publicado em *e-book* pela Editora Navegando e impresso pela Editora Pedro e João no ano de 2017, é uma adaptação da tese de doutorado de Luiz Bezerra Neto, o líder do GEPEC. A tese foi defendida no ano de 2003 na Faculdade de Educação da UNICAMP e o autor optou por deixar o livro o mais próximo possível da tese original, pois considerou importante o momento em que o texto foi escrito, embora alguns pequenos ajustes para o formato de livro foram necessários.

O texto discute a proposta de educação escolar no campo brasileiro, cujo foco era a permanência dos trabalhadores no campo, visto por alguns pedagogos da década de 1910 até a década de 1940 como “habitat natural do homem brasileiro”. Foi uma perspectiva que ficou conhecida como ruralismo pedagógico, movimento que pretendia “fixar” o homem no campo por meio da pedagogia. Nesse sentido, o modelo de Educação do Campo, defendido por alguns setores do MST, aproxima ambos os modelos pedagógicos, pois os dois movimentos pretendiam fixar o homem no campo por meio da educação escolar. Todavia, ambos erram ao

não se atentarem ao fato de que o homem permanece no campo quando lhe é proporcionada condições objetivas de vida para tal e não pelo modelo de escola proporcionado.

“Trabalho e Educação: Estudos sobre o Rural Brasileiro”, publicado em 2017 pela Editora Pedro e João, também nos formatos impresso e *e-book*, foi escrito um ano após o golpe parlamentar com apoio jurídico e midiático de 2016. O livro é uma coletânea de artigos escritos por membros do Grupo, cujos textos versam sobre as condições em que a educação da população rural brasileira está disponibilizada em nosso país. O livro foi dividido em três (3) partes, sendo: Trabalho e Educação no Campo, Política Educacional e Educação Rural.

Os doze (12) textos apresentados no livro revisitam a denúncia sobre o desmonte da educação sofrido após o golpe sobre a presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido, a denúncia se estende às formas que o capital encontra para desmobilizar os trabalhadores em um período de crise e conseguir ampliar seus ganhos, com grande aumento de concentração de rendas. O fechamento das escolas no meio rural também é investigado, explicitado e explicado como um forte golpe do agronegócio sobre os trabalhadores do meio rural.

“Políticas ‘Públicas’ e Educação Rural no Contexto da América Latina”, foi publicado em 2019 pela Editora Pedro e João, nos formatos de *e-book* e impresso. Até o momento da finalização desta pesquisa, este foi o penúltimo livro organizado pelo GEPEC. Cabe destacar que a coletânea conta com a contribuição de professores da Colômbia e de Cuba. A obra traz a discussão sobre as condições de acesso à educação escolar do campo na América Latina, tendo sido elaborado a partir do seminário que o grupo organizou em 2017. Os dois primeiros capítulos são transcrições das primeiras palestras internacionais, nas quais os palestrantes abordaram a educação no campo em seus países (Cuba, Colômbia e Brasil).

“Formação de Professores para Escolas Rurais no Estado de São Paulo: O Ensino em Salas Multisseriadas”, foi publicado em *e-book* e impresso no ano de 2021. Foi o último livro organizado pelo Grupo até o momento. Em seus doze (12) capítulos são apresentados e discutidos temas relacionados à formação de professores que atuam com multissérie e escolas unidocentes no Estado de São Paulo. A coletânea é resultado dos trabalhos desenvolvidos durante a primeira turma de aperfeiçoamento Escola da Terra. É uma obra introdutória para as discussões sobre Educação no Campo, apresentando um panorama de como a educação rural se estabeleceu no Brasil, com destaque para a realidade educacional no estado de São Paulo. Um diferencial de seus diferenciais se encontra nas discussões sobre metodologia e aproximações didáticas e pedagógicas pautadas na Pedagogia Histórico-Crítica.

Por serem livros compostos por uma significativa quantidade de diferentes escritos, realizamos apenas uma apresentação geral de seus conteúdos. Salientamos, que o GEPEC ao produzir os livros, optou por disponibilizá-los de maneira gratuita, alguns sob forma de *e-book* das editoras Navegando e Pedro e João, ou na versão em PDF para aqueles que estão apenas na versão impressa. Os arquivos ficam disponíveis para *download* no site do GEPEC, um modo de proporcionar o acesso ao debate que ocorre sobre a Educação no Campo, conforme apontamos anteriormente.

4.2.3 Eventos Acadêmico-Científicos GEPEC/UFSCar

Os grupos de estudos e pesquisas para divulgar sua produção e conhecer as produções de pesquisadores de outros grupos e regiões, desenvolvem diversas atividades no âmbito acadêmico. Dentre essas atividades estão os eventos de divulgação científica, também conhecidos como congressos, seminários e simpósios. Apresentamos na Tabela 23 os dados obtidos dos relatórios enviados para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), bem como as temáticas dos trabalhos apresentados e sua concentração nas diversas regiões do país e do mundo.

Tabela 23: Seminários e Simpósios do GEPEC

Ano	2011	2013	2015	2017	2021
Data	19 a 21 de outubro	15 a 18 de outubro	27 a 30 de outubro	26 a 28 de julho	20 a 22 de outubro
Título do Evento	I Seminário sobre Educação do Campo	II Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo	III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo	I Seminário Internacional e V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo	Simpósio: Capitalismo e Educação no Campo em Tempos Pandêmicos
Tema do Evento	O Campo Brasileiro e suas Especificidades no Estado de São Paulo	Educação do Campo: Conteúdo e Método	Educação no Campo: História, Desafios e Perspectivas Atuais	Políticas Públicas Educacionais: A Experiência Cubana e Colombiana	Educação no Campo durante a Pandemia
Inscritos	134	388	629	418	114
Eixos Temáticos	6	5	12	9	4
Trabalhos Apresentados	32	158	276	184	26
Trabalhos Publicados no Site do grupo	26	154	265	93	23

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Cabe apontar que as mudanças na nomenclatura do seminário de 2013 para o de 2015 não se deram por acaso, pois demarcam a afirmação do GEPEC frente ao debate sobre a

educação escolar para a população rural. Naquele momento o Grupo adotou e passou a externalizar que empregaria a denominação “educação no campo”, ou seja, que em todos as suas publicações e eventos defenderia uma educação escolar igual para todos, indiferente do lugar em que a pessoa viva.

O Grupo sempre organizou seus trabalhos e realiza suas respectivas publicações a partir de eixos temáticos, entretanto, ao desenvolver esta pesquisa optamos por elaborar uma reorganização dos trabalhos em sete (7) categorias, na medida em que as temáticas das categorias estavam presentes em quase todos os eventos, com exceção de 2011.

- T-1 – Educação no Campo: essa temática foi a mais complexa para elaborar, devido à vasta gama de assuntos que engloba, mas, delimitamos como temática principal, dado que o Grupo de Estudos e Pesquisas versa sobre a educação no campo. O diferencial em relação a outros grupos que trabalham com a mesma temática está no fato de que o GEPEC advoga por uma educação unitária no campo.
- T-2 – Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA): essa temática tratou do acesso à educação de pessoas com deficiência que moram no campo, igualmente pessoas privadas do direito à educação escolar na idade correta.
- T-3 – Políticas Públicas: essa temática é muito ampla, dado que quase todas as políticas implementadas por órgãos estatais são consideradas por pesquisadores e agentes políticos como políticas públicas. Apresenta textos sobre as políticas voltadas para o campo e para a educação dos povos camponeses, sobretudo no que diz respeito ao acesso à educação escolar.
- T-4 – Formação de Professores: apresenta discussões sobre a formação de professores que atuam no campo e aborda os projetos que visam tal aspecto, como os programas financiados pelo PRONERA.
- T-5 – Trabalho e Educação: apresenta pontos importantes das categorias marxistas de trabalho, discutindo como o trabalho atua na determinação da formação do ser humano.
- T-6 – Currículo: apresenta elementos sobre o que se é ensinado e aprendido nas escolas, em especial, nas escolas do campo, que currículo é adotado e se há diferença dos currículos entre as escolas urbanas e rurais.

- T-7 – Memória: esta última temática, disponibiliza textos que fazem resgate histórico de alguns temas, como formação de comunidades rurais, escolas, bem como o resgate da trajetória histórica de alguns professores e pesquisadores que se tornaram importantes para o país.

Discorreremos sobre alguns detalhes que julgamos importantes ocorridos durante os seminários organizados pelo GEPEC. Entre os dias 19 e 21 de outubro de 2011 foi realizado o I Seminário Nacional sobre Educação do Campo. O processo de organização do evento contou com a contribuição de professores da Universidade de São Paulo (Campus Ribeirão Preto), UFSCar (Campus São Carlos) e Universidade Estadual de Campinas. Apesar de ser o primeiro evento do GEPEC, recebeu colaboração financeira da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar e apoio da FAPESP. As mesas redondas e palestras ocorreram no anfiteatro Bento Prado, localizado na área norte da UFSCar.

No período da manhã do dia 19 aconteceu a abertura do evento, que teve a participação da então diretora do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), Profa. Dra. Wanda Aparecida Machado Hoffman e do coordenador do GEPEC Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto. Após a abertura, ocorreu a primeira mesa redonda, tendo como tema “Desenvolvimento do Campo no Brasil”, com a participação dos professores Oriowaldo Queda como conferencista e Marcos Cassin como debatedor. No período da tarde, foi realizada a primeira sessão de comunicação e lançamento de livros, seguido por uma sessão cultural.

No dia 20 para a realização da segunda mesa redonda do evento, com o tema “Projetos de Educação para o Campo”. Estava prevista a presença da Profa. Dra. Celi Taffarel, entretanto, devido à dificuldade para a locomoção da Bahia para São Carlos, sua presença foi substituída pelo Prof. Dr. José Claudinei Lombardi da UNICAMP como conferencista. Luiz Bezerra Neto atuou como debatedor e Manoel Nelito Nascimento como mediador. No período da tarde houve sessões de comunicação, lançamento de livros e sessão cultural.

No dia 21, último dia do evento, a terceira e última mesa redonda teve como tema “Políticas Públicas para a Educação do Campo”, a mesa foi composta exclusivamente por mulheres, sendo elas, Profa. Dra. Maria do Socorro Xavier Batista, como conferencista, Profa. Mestre Cleivane Peres dos Reis, como debatedora e Maria Cristina dos Santos como mediadora. No período da tarde foi realizado o Fórum Paulista de Educação e o encerramento do evento.

As sessões de comunicação conforme apontamos acima ocorreram nos dias 19 e 20 e foram realizadas na área sul, nas salas de aula do prédio AT8 e na sala de reuniões do CECH,

para ter uma apresentação melhor de todos os trinta e dois (32) trabalhos recebidos. Os trabalhos foram distribuídos em seis eixos temáticos: 1) Educação do Campo, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, treze (13) trabalhos; 2) Educação do Campo e Trabalho, dois (2) trabalhos; 3) Educação do Campo Formação e Trabalho Docente, quatro (4) trabalhos; 4) Educação do Campo, Escola, Currículo e Projeto Pedagógico, três (3) trabalhos; 5) Educação no Campo e Educação de Jovens e Adultos (EJA), três (3) trabalhos; 6) Educação Especial na Educação do Campo, sete (7) trabalhos.

Dos trinta e dois (32) trabalhos apresentados no seminário, vinte e seis (26) estão disponíveis para a consulta no site do GEPEC. Os trabalhos expostos apresentaram temas pertinentes ao campo e a educação rural. Por ser o primeiro seminário de um Grupo com pouco mais de um ano de existência, foi considerado produtivo, sobretudo porque contou com pesquisadores de várias regiões do país e tornou o Grupo conhecido nacionalmente. O evento serviu como uma espécie de semente para o desenvolvimento do GEPEC.

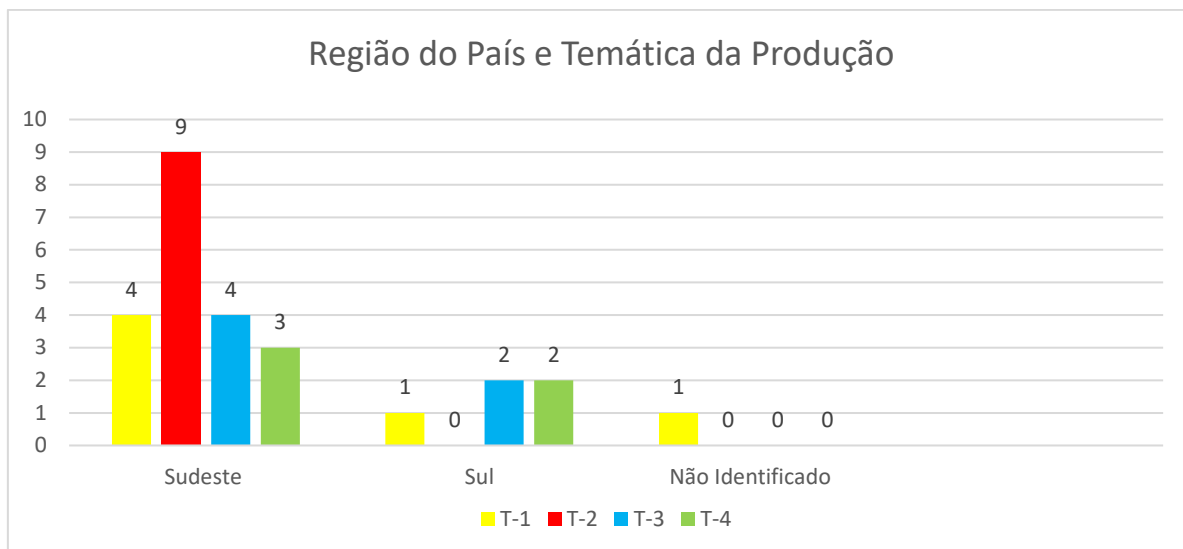
Tabela 24: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2011

Temática	%
Movimentos Sociais	19
Educação no Campo	39
Educação Especial e EJA	23
Políticas Públicas Educacionais	19

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Os trabalhos apresentados tiveram a predominância de universidades federais e estaduais, contudo, houve a participação de duas instituições de ensino privadas. Neste primeiro seminário os trabalhos apresentados vieram apenas das regiões Sul e Sudeste do país. Dentre os trabalhos apresentados alguns não deixaram evidências do seu local e nem a instituição de origem. Para termos uma melhor noção de como as temáticas estão divididas por região, recorreremos ao Gráfico 4, que está dividido em região Sudeste, região Sul e não identificado.

Gráfico 4: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2011



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

De acordo com o que podemos analisar no Gráfico 4 a produção disponibilizada aponta a predominância das regiões Sudeste e Sul do país com os maiores índices de produção, sendo que quatro (4) abordaram os Movimentos Sociais, nove (9) a Educação no Campo, quatro (4) a Educação Especial e EJA e três (3) as Políticas Públicas Educacionais. A região Sul em relação à região Sudeste apresentou números significativamente inferiores, ou seja, enquanto a região Sul contribuiu com o evento com cinco (5) trabalhos, a região Sudeste apresentou vinte (20) trabalhos.

No transcorrer dos dias 15, 16, 17 e 18 de outubro de 2013 foi realizado II Seminário de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, organizado pelo GEPEC. O seminário ocorreu em conjunto com a IV Jornada de Educação Especial no Campo, com diversas atividades e compartilhamento de resultados das pesquisas sobre o contexto educacional do campo, em especial, do campo em São Paulo.

O evento teve início às 17 horas do dia 15 de outubro, com o credenciamento dos inscritos e a abertura oficial aconteceu às 19 horas com a presença do então vice-diretor do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) Prof. Dr. Arthur Autran. Após a solenidade, o Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes foi o primeiro professor palestrar sobre o tema: Movimentos Sociais e Capitalismo no Campo Brasileiro. No período matutino do dia 16, o professor emérito da UNICAMP, Prof. Dr. Dermeval Saviani realizou sua conferência, tendo como tema os Pressupostos da Pedagogia Histórico Crítica e suas Possibilidades na Educação do Campo. No período da tarde, foi realizada a primeira sessão de comunicações e em seguida apresentação de relatos de experiência.

No dia 17, a Profa. Dra. Lígia Márcia Martins iniciou os trabalhos e proferiu uma palestra tendo como tema As Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a Educação no Campo. Após o almoço houve a segunda sessão de comunicações, realizadas entre as 14:00 e 16:30 horas. Após esse horário as Profas. Mestras Michele Aparecida de Sá, Juliana Vechetti Mantovani, Taísa Linduenha Gonçalves e Ana Paula Fernandes todas da UFSCar, apresentaram trabalhos sobre a IV Jornada de Educação Especial no Campo. O encerramento do evento se deu no dia 18 com a palestra do Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas, tendo como tema As Contribuições de Pistrak para a Educação do Campo.

O seminário recebeu trezentos e oitenta e oito (388) inscrições de professores e pesquisadores, representando sessenta e sete (67) instituições de ensino e pesquisa de vinte e quatro (24) estados da federação, além do Distrito Federal. Dessas inscrições, cento e cinquenta e oito (158) foram para apresentar trabalhos, sendo vinte e dois (22) pôsteres, vinte e dois (22) relatos de experiência e cento e quarenta e quatro (144) trabalhos publicados nos anais do evento. Os trabalhos foram divididos em cinco (5) eixos temáticos, para facilitar as exposições: 1) Educação do Campo, Movimentos Sociais e Políticas Públicas; 2) Educação do Campo e Trabalho; 3) Educação do Campo e Trabalho Docente; 4) Educação do Campo, Escola, Currículo, Projeto Pedagógico e EJA; 5) Educação Especial na Educação do Campo. Do total de cento e cinquenta e oito (158) trabalhos apresentados, cento e cinquenta e quatro (154) estão disponíveis para a consulta no site do GEPEC.

Para a otimizar a descrição dos resultados obtidos durante a realização da presente pesquisa, separamos os trabalhos por temáticas e verificamos a sua distribuição pelas diferentes regiões geográficas de nosso país. Conforme podemos observar o segundo seminário do GEPEC teve um número maior de participantes e de trabalhos em comparação ao primeiro. Além das temáticas que caracterizaram os trabalhos do primeiro seminário – Movimentos Sociais, Educação no Campo, Educação Especial e EJA, e Políticas Públicas Educacionais, constatamos a incidência de outras temáticas no segundo seminário, a saber: Formação de Professores; Trabalho e Educação; Currículo; e Memória.

Tabela 25: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2013

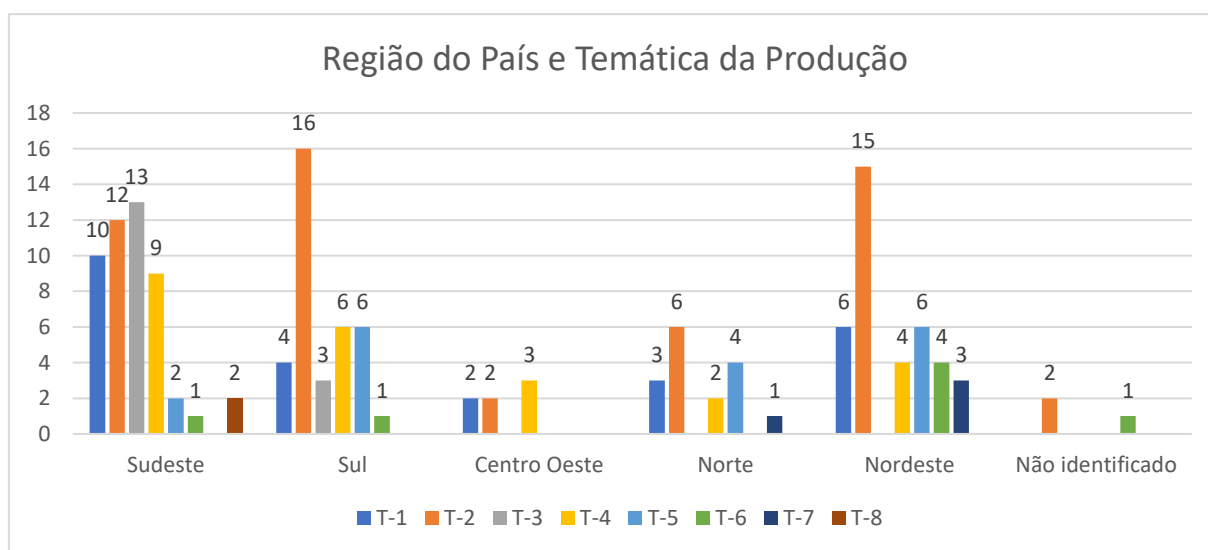
Temática	%
Movimentos Sociais (T1)	15
Educação no Campo (T2)	38
Educação Especial e EJA (T3)	11

Políticas Públicas Educacionais (T4)	14
Formação de Professores (T5)	14
Trabalho e Educação (T6)	5
Currículo (T7)	2
Memória (T8)	1

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Novamente, a ampla maioria dos trabalhos foi proveniente de alunos, professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino e, apenas cinco (5) trabalhos de instituições privadas. Em decorrência da materialização de sua segunda edição, o evento passou a contar efetivamente com recursos advindos de agências de fomento, fundamentais para a organização, realização e sucesso do evento. Os trabalhos expostos trouxeram importantes reflexões sobre o campo, as políticas públicas para o campo e a educação rural de modo geral. Passamos à análise das temáticas e distribuição/concentração dos trabalhos apresentados por região (Gráfico 5).

Gráfico 5: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2013



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Os dados do Gráfico 5 indicam que a região Sudeste contribuiu com quarenta e nove (49) trabalhos para o II Seminário GEPEC, sendo que dez (10) se ocuparam da Temática 1 (Movimentos Sociais), doze (12) se concentraram na Temática 2 (Educação no Campo), treze (13) da Temática 3 (Educação Especial e EJA), nove (9) da Temática 4 (Políticas Públicas Educacionais), dois (2) da Temática 5 (Formação de Professores), um (1) da Temática 6 (Trabalho e Educação).

A região Sul, por sua vez, participou do evento com a apresentação de trinta e seis (36) trabalhos, dos quais quatro (4) trataram dos Movimentos Sociais (Temática 1), dezesseis (16) versaram sobre a Educação no Campo (Temática 2), três (3) abordaram a Educação Especial e EJA (Temática 3), seis se ocuparam da discussão sobre as Políticas Públicas Educacionais (Temática 4), outros seis (6) se concentraram na Formação de Professores (Temática 5), um (1) teve por objeto de pesquisa Trabalho e Educação (Temática 6).

Sete (7) trabalhos representaram a participação da região Centro-Oeste no evento, sendo que dois (2) abordaram os Movimento Sociais (Temática 1), dois (2) da Educação no Campo (Temática 2) e três (3) apresentaram discussões sobre as Políticas Públicas Educacionais (Temática 4). A região Norte, por seu tempo, colaborou para o evento com a apresentação de dezesseis (16) trabalhos, a saber: três (3) sobre Movimentos Sociais (Temática 1); seis (6) sobre Educação no Campo (Temática 2); dois (2) sobre Políticas Públicas Educacionais (Temática 4); quatro (4) sobre Formação de Professores (Temática 5); um sobre Currículo (Temática 7).

Trinta e oito (38) participantes – alunos, professores e pesquisadores – representaram a região Nordeste no II Seminário do GEPEC, superando a participação da região Sul. Os trabalhos apresentados por temáticas ficaram assim distribuídos: seis (6) abordaram os Movimentos Sociais (Temática 1); quinze (15) se debruçaram sobre a Educação no Campo (Temática 2); quatro (4) trataram das Políticas Públicas Educacionais (Temática 4); seis (6) se concentraram na Formação de Professores (Temática 5); quatro (4) focalizaram Trabalho e Educação (Temática 6); três (3) versaram sobre o Currículo (Temática 7).

Do dia 27 ao dia 30 de outubro de 2015 aconteceu o III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e V Jornada da Educação Especial no Campo em conjunto com a XIII Jornada Regional do HISTEDBR. Durante o processo de credenciamento dos inscritos no primeiro dia do evento, alguns integrantes do GEPEC realizaram as exposições de suas pesquisas. A abertura oficial aconteceu às 19:00 horas com participação do Prof. Dr. Demerval Saviani e da Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos, que apresentaram os pressupostos do GEPEC e do HISTEDBR.

No dia 28 de outubro ocorreu a primeira mesa redonda, tendo por mediador o Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto e como debatedores o Professor Dermeval Saviani e a Profa. Dra. Maria Cristina Vargas. O tema foi “Educação no Campo: História e Perspectivas Atuais”. No período da tarde como atração cultural foi realizado um cine-debate com o filme Escola Quilombo. No dia 29 a discussões sobre a “Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação no Campo foram realizadas pelo Prof. Dr. Cláudio Félix dos Santos da Universidade Estadual do Sudoeste da

Bahia (UESB) e Prof. Dr. Paulino José Orso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). A conferência de encerramento que teve como objeto de debate “Trabalho e Escola no Campo” foi proferida pela Profa. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O III Seminário do GEPEC recebeu participantes do distrito federal e de vinte e cinco (25) estados brasileiros, apenas o Acre não contou com representação. Foram efetuadas seiscentas e vinte e nove (629) inscrições, assim distribuídas: duzentas (200) comunicações orais; vinte e sete (27) relatos de experiência; e quarenta e nove (49) pôsteres, que preencheram os doze (12) eixos temáticos do evento, a saber:

Eixo 1 – Educação no Campo e Movimentos Sociais; Eixo 2 – Educação no Campo e Políticas Públicas; Eixo 3 – Educação no Campo, Marxismo e Formação Humana; Eixo 4 – Educação no Campo, Trabalho e Formação Docente; Eixo 5 – Administração da Escolas no Campo; Eixo 6 – História das Instituições Escolares no Campo; Eixo 7 – Educação Especial na Educação no Campo; Eixo 8 – Questões Teórico-Metodológicas da História da Educação; Eixo 9 – Política Educacional; Eixo 10 – História, Historiografia da Educação; Eixo 11 – Pedagogia Histórico-Crítica; Eixo 12 – Organização Sindical e Luta pela Educação Pública.

Tabela 26: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2015

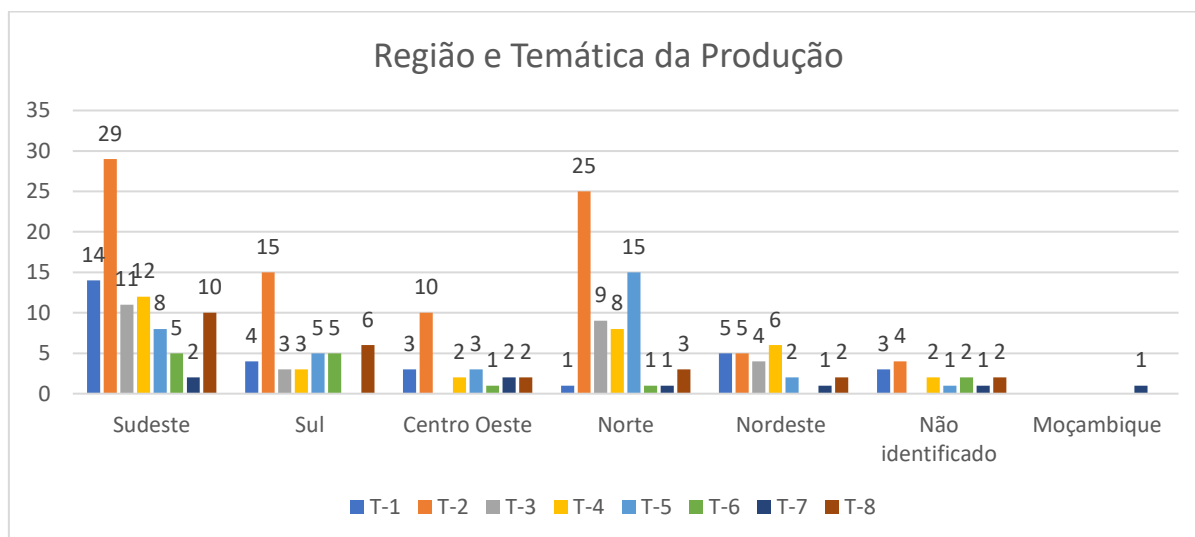
Temática	%
Movimentos Sociais (T1)	11
Educação no Campo (T2)	34
Educação Especial e EJA (T3)	10
Políticas Públicas Educacionais (T4)	13
Formação de Professores (T5)	13
Trabalho e Educação (T6)	5
Currículo (T7)	4
Memória (T8)	10

Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Os trabalhos apresentados, em sua maioria, vieram de professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino. Entretanto, houve um aumento significativo de trabalhos provenientes de instituições privadas (dezoito). Nesta edição do evento, o número de trabalhos também aumentou, sendo que dos duzentos e setenta e seis (276) trabalhos apresentados no

seminário, duzentos e sessenta e cinco (265) estão disponíveis para a consulta no site do GEPEC, e trazem importantes reflexões sobre o campo e a educação rural (Gráfico 6).

Gráfico 6: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2015



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

De acordo com os dados do Gráfico 6 a região Sudeste contribuiu para o evento com noventa e um (91) trabalhos assim divididos: quatorze (14) pesquisas sobre Movimentos Sociais; vinte e nove (29) sobre Educação no Campo (maior índice desta região); Educação Especial e EJA onze (11) trabalhos; doze (12) sobre Políticas Públicas Educacionais; oito (8) sobre Formação de Professores; cinco (5) sobre Trabalho e Educação; dois (2) sobre Currículo; e dez (10) sobre Memória.

A região Sul nessa edição do evento apresentou quarenta e uma (41) pesquisas assim distribuídas: quatro (4) sobre Movimentos Sociais; quinze (15) se ocuparam da Educação no Campo; três (3) discutiram a Educação Especial e EJA; três (3) sobre Políticas Públicas Educacionais; cinco (5) sobre Formação de Professores; cinco (5) sobre Trabalho e Educação; seis (6) sobre Memória. A região Centro-Oeste que na edição anterior havia colaborado com apenas sete (7) pesquisas, ampliou significativamente a sua contribuição ao apresentar vinte e três (23) trabalhos no III Seminário do GEPEC, que se dedicaram às seguintes temáticas: Movimentos Sociais (3); Educação Especial e EJA (2); Políticas Públicas Educacionais (3); Formação de Professores (1); Trabalho e Educação (1); Currículo (2); Memória (2).

A região Norte, que havia participado do evento anterior com dezesseis (16) trabalhos ampliou as suas contribuições de forma substantiva, ou seja, sessenta e três (63) pesquisas foram expostas no processo de desenvolvimento das atividades do III Seminário (2015), e discutiram as seguintes temáticas: vinte e cinco (25) trabalhos sobre Movimentos Sociais; vinte e cinco

(25) sobre Educação no Campo; nove (9) sobre Educação Especial e EJA; oito (8) sobre Políticas Públicas Educacionais; quinze (15) sobre Formação de Professores; uma sobre Trabalho e Educação; uma (1) sobre Currículo; e três (3) sobre Memória.

A região Nordeste que havia ocupado a segunda posição na quantidade de pesquisas apresentadas no evento de 2013 (38 trabalhos), sofreu um decréscimo expressivo do envolvimento de seus alunos, professores e pesquisadores, pois a sua colaboração se limitou à exposição de vinte e cinco (25) trabalhos: cinco (5) estudos se voltaram para os Movimentos Sociais; outros cinco (5) para a Educação no Campo; quatro (4) focalizaram a Educação Especial e EJA; seis (6) se dedicaram às Políticas Públicas Educacionais; duas (2) versaram sobre a Formação de Professores; uma (1) sobre currículo; e, duas (2) se voltaram para as discussões sobre a Memória.

Entre os dias 26 e 28 de julho de 2017 foi realizado o IV Seminário Nacional e I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa sobre Educação no Campo. O processo de credenciamento dos participantes ocorreu no período da manhã do primeiro dia do evento. Os trabalhos foram iniciados com apresentações culturais de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), destaque para a participação de alunos que frequentaram o curso de Pedagogia da Terra da UFSCar. A abertura oficial teve início às 10:00 horas e 30 minutos e na solenidade estavam presentes o então vice-reitor Prof. Walter Libardi, a coordenadora do PPGE/UFSCar Profa. Rosa Maria Moraes Anuciato de Oliveira e o coordenador do GEPEC Prof. Luiz Bezerra Neto.

A primeira mesa do evento teve o propósito de expor de forma panorâmica os contextos que caracterizam as realidades da educação destinadas/ofertadas às populações que vivem e trabalham no campo em nosso país. Os debates foram desenvolvidos pela Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos e pelo Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto, e mediadas pelo Prof. Dr. Marcos Cassin da Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto). No período da tarde as apresentações dos trabalhos foram materializadas, seguidas por uma palestra proferida pela Profa. Dra. Virgínia Maria Matos Fontes que teve como tema central “A Dominação de Classes e Educação para o Campo”.

Na manhã do dia 27 ocorreram as apresentações de trabalhos e, em seguida, uma atividade cultural do grupo “Vem Dançar” que apresentou o espetáculo “Terra”. Após a Conferência Internacional entre Cuba e Colômbia com a participação dos professores Juan Carlos Rodríguez Cruz (Universidade de Holguín/Cuba) e Alfonso Torres Carrello (Universidade Pedagógica Nacional/Colômbia). As discussões gravitaram em torno da temática

“Políticas Públicas Educacionais: As Experiências Cubana e Colombiana”. No período da tarde foram desenvolvidas as apresentações de trabalhos e pôsteres e, para finalizar o dia, houve lançamento de livros.

No dia 28 as atividades tiveram início com uma roda de conversa mediada pela Profa. Darlene Gomes de Queiroz com o tema “Educação no Campo, Políticas Públicas e o Fechamento de Escolas do Campo”. Na sequência dos trabalhos contamos com uma atração desenvolvida por artistas do projeto “Doce Flautistas”. A retomada das atividades teóricas se encaminhou para a mesa de encerramento do evento com a participação da Profa. Dra. Ana Carolina Galvão Marsilgia e do Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos, tendo como tema “Políticas Educacionais e Concepções Pedagógicas na Atualidade da América Latina”.

Tabela 27: Trabalhos Divididos por Temáticas do Seminário de 2017

Temática	%
Movimentos Sociais (T1)	12
Educação no Campo (T2)	44
Educação Especial e EJA (T3)	5
Políticas Públicas Educacionais (T4)	12
Formação de Professores (T5)	7
Trabalho e Educação (T6)	4
Currículo (T7)	8
Memória (T8)	8

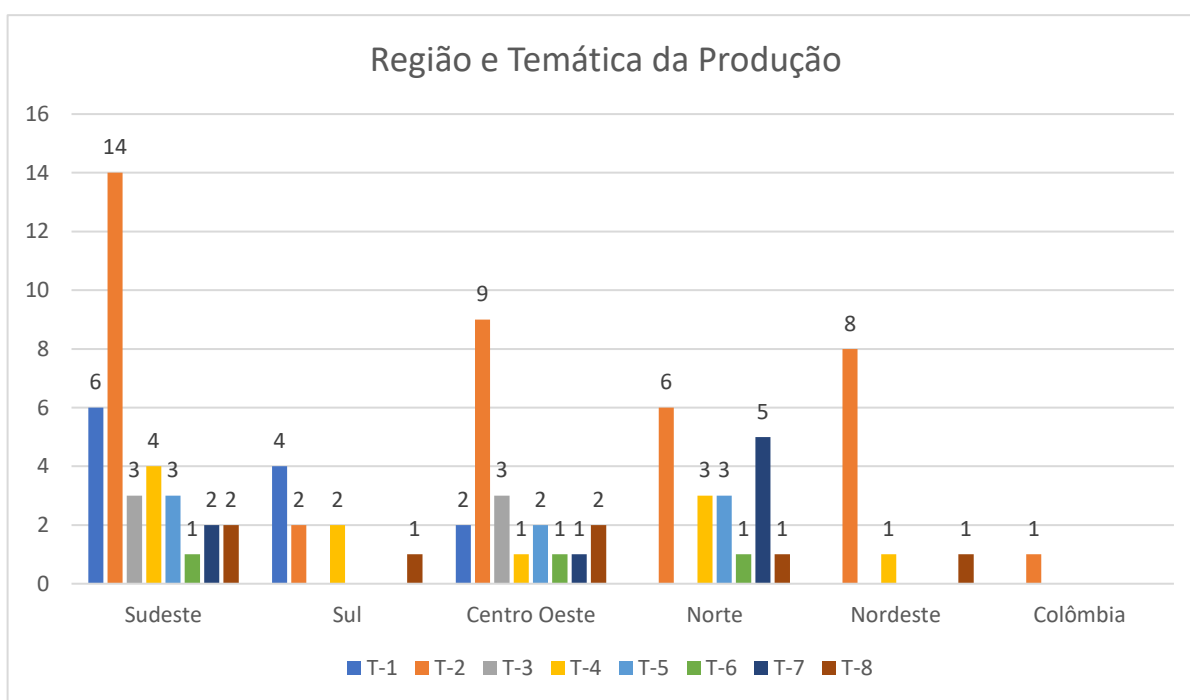
Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

Este seminário recebeu quatrocentos e dezoito (418) inscrições, advindas de dezesseis (16) estados do país e os trabalhos apresentados totalizaram cento e oitenta e quatro (184), sendo eles: dezessete (17) relatos de experiência; vinte e nove (29) pôsteres; e cento e trinta e oito (138) comunicações ou resumos expandidos. Os trabalhos foram distribuídos em nove (9) eixos temáticos, a saber: 1) Educação no Campo: Movimentos Sociais; 2) Educação no Campo: Políticas Públicas/Estatais; 3) Educação no Campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana; 4) Educação no Campo: Formação e Trabalho Docente; 5) Educação no Campo: Administração/Gestão Escolar; 6) Educação no Campo: História das Instituições Escolares; 7) Educação no Campo: Educação Especial; 8) Educação no Campo: Pedagogia Histórico-Crítica; 9) Educação no Campo: Organização Sindical.

Vejamos na Tabela 27 a distribuição dos trabalhos nas diferentes temáticas. Novamente a predominância da participação foi das instituições públicas de ensino, apenas cinco (5) trabalhos foram provenientes das instituições privadas de ensino. Na edição de 2017 houve uma significativa redução do número de inscritos, pois não contou com a parceria da Jornada do HISTEDBR. Do total de cento e oitenta e quatro (184) trabalhos apresentados no seminário, noventa e três (93) estão disponíveis para a consulta no site do grupo, os trabalhos expostos trazem importantes reflexões sobre o campo e a educação rural.

Novamente a região Sudeste figurou na primeira posição com a apresentação de trinta e cinco (35) trabalhos e uma surpresa muito positiva, a região Centro-Oeste que nas duas edições anteriores ocupava a quinta posição subiu para a segunda posição, apresentando vinte e um (21) trabalhos. A região Norte, manteve a média de suas contribuições para o evento contando com dezenove (19) trabalhos apresentados, seguida pela região Nordeste com 10 (dez) inscritos no evento e a surpresa negativa ficou por conta da redução da representação da região Sul com apenas nove (9) inscrições, conforme podemos observar no Gráfico 7.

Gráfico 7: Região do País e Temática da Produção do Seminário de 2017



Fonte: Elaboração do Autor (2022)

Quanto à distribuição/concentração dos trabalhos por temáticas podemos verificar que a região Sudeste apresentou seis (6) trabalhos sobre Movimentos Sociais, quatorze (14) sobre Educação no Campo, três (3) abordaram a Educação Especial e EJA, quatro se ocuparam das Políticas Públicas Educacionais, três (3) se concentram nas discussões sobre Formação de

Professores, um (1) sobre Trabalho e Educação, dois sobre Currículo e outros dois (2) sobre Memória.

Os trabalhos apresentados pela região Sul ocuparam apenas quatro (4) temáticas, sendo que quatro (4) trataram do debate sobre Movimentos Sociais, dois (2) sobre Educação no Campo, dois (2) sobre Políticas Públicas Educacionais e um (1) sobre Memória. A região Centro-Oeste, de sua parte, apresentou dois (2) trabalhos sobre a temática Movimentos Sociais, nove (9) sobre Educação no Campo, três (3) sobre Educação Especial e EJA, um (1) sobre Políticas Públicas Educacionais, dois (2) sobre Formação de Professores, um (1) sobre Trabalho e Educação, um (1) sobre Currículo e dois (2) sobre Memória.

A região Norte não apresentou trabalhos apenas na Temática 1 (Movimentos Sociais) e na Temáticas 2 (Educação Especial e EJA), todavia, as discussões acerca da Educação no Campo figuram em seis (6) trabalhos. As temáticas Políticas Públicas e Formação de Professores contaram com três (3) trabalhos cada uma. Na Temática 6 (Trabalho e Educação) um (1) trabalho, na Temática 7 (Currículo) cinco (5) trabalhos e na Temática 8 (Memória) um (1) trabalho. A região Nordeste colaborou com IV Seminário Nacional e I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa sobre Educação no Campo com a apresentação de oito (8) trabalhos na Temática 2 (Educação no Campo), um (1) trabalho na Temática 4 (Políticas Públicas Educacionais) e um (1) na Temática 8 (Memória).

As temáticas Movimentos Sociais (1), Educação no Campo (2), Educação Especial e EJA (3) e Políticas Públicas Educacionais (1) configuraram nas quatro edições dos seminários GEPEC. Ao realizarmos a análise percentual dos trabalhos inscritos nas Temáticas 1, 2, 3, e 4, obtivemos os seguintes resultados: Movimentos Sociais ocupou a ordem 18,0% das inscrições/trabalhos apresentados; Educação no Campo atingiu 38,75%; Educação Especial e EJA alcançou 12,25% e Políticas Públicas Educacionais 14,5%.

Conforme apontamos anteriormente novas temáticas foram inseridas no evento a partir de 2013, nessa direção temos os seguintes percentuais considerando as edições de 2013, 2015 e 2017: Temática 5 (Formação de Professores) com 11,33%; Temática 6 (Trabalho e Educação) 4,66%; Temática 7 (Currículo) 6,33%; e, por fim, Temática 8 (Memória) 4,66%.

Apesar de ultrapassar o recorte temporal estabelecido para a realização desta pesquisa, entendemos ser conveniente disponibilizar algumas informações sobre o Simpósio Capitalismo e Educação no Campo em Tempos Pandêmicos, realizado de forma virtual nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2021. Às 09:00 horas do dia 20 de outubro os trabalhos/atividades tiveram início

pelo canal do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC/UFSCar) no *YouTube*. A primeira mesa que teve por tema central das discussões uma “Análise do Capitalismo e da Educação na Atualidade”, contou com a participação do Prof. Dr. José Claudinei Lombardi (UNICAMP) e da Profa. Dra. Marise Nogueira Ramos (UERJ), sendo mediada pelo Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto (UFSCar).

No dia 21 de outubro, a segunda mesa para debates e discussões sobre o “Direito à Educação” foi composta pelo Prof. Dr. Vanderlei Amboni (UNESPAR) e pela Profa. Dra. Cleivane Peres dos Reis (UFT), com a mediação da Profa. Dra. Maria Cláudia Zaratini Maia (FIB). Neste segundo dia de evento, no período da tarde, aconteceram as apresentações de trabalhos, por meio de duas salas na plataforma *Google Meeting*. A finalização das atividades ocorreu no dia 22 de outubro, com a realização da mesa que se ocupou da discussão sobre “Educação durante a Pandemia”, composta pela Profa. Dra. Ana Carolina Galvão Marsiglia (UFES) e Profa. Dra. Celi Tafarell (UFBA), mediada pela Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos (UFSCar). Ainda no dia 22 no período da tarde, tivemos duas sessões de apresentações de trabalhos por meio da plataforma do *Google Meeting*.

O Simpósio recebeu cento e oito (108) inscrições e vinte e três (23) trabalhos foram apresentados: nove (9) relatos de experiência e catorze (14) resumos expandidos, distribuídos em quatro (4) eixos temáticos: 1) Ensino Remoto Emergencial e a Educação no Campo mediado por Tecnologias Digitais em Tempos Pandêmicos; 2) Política Educacional para as Escolas do Campo: Desigualdade Social e Exclusão Digital em Tempos Pandêmicos; 3) Trabalho Docente: A Intensificação e Precarização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo em Tempos Pandêmicos; 4) Movimentos Sociais do Campo e Educação Escolar em Tempos Pandêmicos. No momento presente a organização dos anais do evento se encontram em estágio de finalização, assim sendo não temos dados suficientes para especificar a quantidade de trabalhos/artigos serão publicados.

Não poderíamos deixar de apontar que nos encontramos às vésperas da realização do II Seminário Internacional e V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/UFSCar), que acontecerá entre os dias 19 e 21 de outubro de 2022. Os eixos temáticos são os seguintes: 1. Educação no Campo: Movimentos Sociais; 2. Educação no Campo: Políticas Públicas/Estatais; 3. Educação no Campo: Marxismo, Trabalho e Formação Humana; 4. Educação no Campo: Formação e Trabalho Docente; 5. Educação no Campo: Administração/Gestão Escolar; 6. Educação no

Campo: História da Educação e Instituições Escolares no Campo; 7. Educação no Campo: Teorias e Práticas Pedagógicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso da classe trabalhadora aos direitos fundamentais do ser humano e bens de consumo permanece sendo negado. No sistema capitalista em que vivemos é inculcada a ideia de que as possibilidades para ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, ter as condições básicas para a manutenção da vida e aquisição de bens duráveis e não duráveis dependem do mérito, e a realidade não difere quando nos remetemos ao campo educacional/educativo.

As questões sociais, em especial a educação, foram historicamente negligenciadas em nosso país. Maior atenção e preocupação com a atual Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) foram materializadas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Os recursos destinados ao financiamento da educação brasileira contaram com a participação direta de instituições multilaterais internacionais, destaque para a ação e atuação do Banco Mundial no “gerenciamento” do campo social em toda a sua extensão e em todas as partes do mundo.

Apesar de relativamente tímidas, as políticas de educação desenvolvidas na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) não podem ser desconsideradas se comparadas às gestões anteriores. De qualquer modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional saiu do âmbito das discussões e foi materializada, mesmo não considerando todo o envolvimento e participação dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira para uma educação pública, gratuita, laica e de boa qualidade. No que diz respeito ao Ensino Superior, as portas foram definitivamente abertas para a plena atuação da iniciativa privada na educação⁴.

Mesmo vinculadas às determinações do capital econômico neoliberal, as gestões presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) buscaram atender às necessidades básicas da população brasileira, não apenas aumentando os recursos para a saúde, educação, habitação, infraestrutura, segurança pública, dentre outros,

⁴ Consultar: SANTOS, Flávio Reis. Capitalismo, tecnocracia e educação: da utopia social saintsimoniana ao (neo)liberalismo econômico friedmaniano. Jundiaí/SP: Paco, 2015.

mas implementando programas das diversas ordens para atender às populações em condições de vulnerabilidade. Conforme apontamos no corpo deste texto foram inúmeros os projetos programas destinados à educação e à melhoria de sua qualidade, fatos que também não podem ser negados.

As gestões que ocuparam o poder executivo máximo do Brasil no interregno 2003-2016, consideraram inúmeras pautas e reivindicações da população e dos movimentos sociais em nosso país, respondendo com a construção e implementação de políticas públicas de acesso e permanência da classe trabalhadora na Educação Básica e no Ensino Superior. O acesso à bens e serviços e, sobretudo, à universidade para a ampla maioria da classe trabalhadora muito incomodou a burguesia.

Em 2015 os investimentos/recursos destinados à Educação Superior jamais tinham sido vistos na história de nosso país. Além da criação de trinta e nove (39) Institutos Federais, foram implementadas treze (13) novas Universidades Federais, o ensino superior expandiu suas aplicações em 242%, no período 2004-2015” (BRASIL, 2018, p. 45). Durante as gestões do Partido dos Trabalhadores, a educação não foi tratada como gasto, mas sim como investimento.

No ano de 2016, com a instalação do governo golpista liderado pelo MDB e PSDB, foi criada a Emenda Constitucional 95/2016, que estipulou um teto de gastos para a educação e outros setores da sociedade. Com esse teto o orçamento deve servir apenas para manter as despesas de natureza obrigatória, sendo congelado os gastos por 20 anos.

Com o golpe consumado, a população começou a sentir os nefastos efeitos de um governo neoliberal, todos os setores da sociedade começaram a sofrer cortes orçamentários. Dentre as consequências negativas da injusta deposição de Dilma Rousseff da presidência da república, está o desmonte da educação brasileira, intensificado com instalação de um governo conservador, autoritário, machista, misógino, homofóbico e negacionista. Os ataques direcionados à educação pública é a externalização do sentimento da elite de que a classe trabalhadora não precisa de formação de qualidade, disseminando calúnias e mentiras sobre a escola e a educação públicas.

Inserido nesse contexto de substantivas transformações políticas, econômicas e sociais, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo, muito têm contribuído para os debates e discussões sobre Educação, em especial, sobre a Educação destinada para as populações que vivem e trabalham no campo. Nessa direção, o GEPEC procurou sistematizar tais contribuições para o processo formativo (inicial e continuado) para estudantes, professores,

pesquisadores que identificam com a Educação no Campo, sustentado pela fundamentação teórica marxiana/marxista e pela Pedagogia Histórico-Crítica.

Esses referenciais teóricos exprimem a singularidade e importância do GEPEC no desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão na Educação Superior e, sobretudo, na produção e difusão do conhecimento, particularmente, por meio da realização de eventos acadêmico-científicos. Conforme pudemos observar, a partir do II Seminário o número de inscritos e de publicações aumentaram, alcançando o seu ápice no ano de 2015 com a parceria com a Jornada HISTEDBR, que contribuiu para a ampliação da visibilidade do evento. Nesse sentido, a expectativa era de que os números continuassem crescendo. No entanto, houve uma diminuição significativa das inscrições em 2017, pois comparado ao evento anterior verificamos uma redução de duzentos e onze (211) inscritos, muito provavelmente em decorrência do conturbado contexto político e econômico do Brasil naquele momento.

O Seminário que deveria acontecer em 2020 foi adiado em consequência da pandemia de COVID-19. Apesar de considerar a importância da interação entre os participantes durante a realização do seminário, os membros do GEPEC ao considerar e ponderar sobre a difícil situação sanitária que o país e mundo enfrentaram, decidiram pela não realização do evento presencialmente. Ao longo da sua existência o GEPEC tem contribuído de forma significativa para a formação de novos pesquisadores, bem como para a construção e divulgação do conhecimento e para o avanço da compreensão da Educação no Campo e da Educação do Campo.

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo constitui importante espaço para a discussão sobre as realidades que caracterizam a vida e o trabalho no campo por meio das análises, interpretações e reflexões sobre a educação para as populações do campo, bem como para o conhecimento e reconhecimento da importância da ação e atuação dos movimentos sociais na luta e em defesa da reforma agrária e da educação, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

6 REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Andréa Carolina Lopes de. Escola do campo em discussão: estudo sobre os problemas de infraestrutura e políticas públicas para escolas que atendem aos sujeitos rurais no município de São Carlos. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- AIRES, Helena Quirino Porto. Análise dos desafios e perspectivas do curso de licenciatura em educação do campo, campus de Arraias, estado do Tocantins. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12742>.
- ALMEIDA, Viviane Aparecida Ribeiro de. Inserção profissional dos egressos da primeira turma de pedagogia da terra da Universidade Federal de São Carlos/ SP (2008-2011). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11887>.
- AMBONI, Vanderlei. A escola no acampamento do MST: institucionalização e gestão estatal da escola itinerante Carlos Marighella. Repositório Institucional UFSCar, São Carlos – SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2356/6516.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- ARAGÃO, Amanda Silva. Ensino de química para alunos cegos: desafios no ensino médio. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- BASSO, Jaqueline Daniela. As escolas no campo e as salas multisseriadas no Estado de São Paulo: um estudo sobre as condições da educação escolar. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- BASSO, Jaqueline Daniela. O ruralismo pedagógico no estado de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940: as escolas normais, os cursos de especialização, as escolas técnicas e os clubes agrícolas. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9843>.
- BEZERRA NETO, Luiz. A difícil, mas necessária relação entre os movimentos sociais e a universidade: educação e movimentos sociais: práticas pedagógicas, desafios e novos rumos. **BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, MCS; LEITE NETO, J. Na luta pela terra, a conquista do conhecimento. São Carlos: Pedro e João**, p. 13-64, 2013.
- BITTAR, Marisa. A pesquisa em educação no Brasil e o campo. Revista HISTEDBR On-line, v. 9, n. 33, pág. 3-22, 2009.
- BOTIGLIERI, Monica Fernanda. Formação e qualificação de pequenos produtores rurais a experiência da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral -CATI. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- CAIADO, Katia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 93-104, 2011.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.

- CAVALCANTE, Maria Suelayne Pedroza; MAIA, Dr^a Madeline Gurgel Barreto. A importância dos grupos de estudos e de pesquisas para a formação docente dos estudantes de pedagogia. Editora Realize, 24 out. 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58520>.
- CHAVES, Rodolfo de Jesus. Contribuições dos movimentos sociais na democratização do acesso à educação: a luta do MST em São Paulo pelo acesso à educação. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- CHIARELLI, Lucinéia. Estudo sobre a cultura de gastos educacionais: os casos de Arapongas e Apucarana (PR). 2014. 165 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- COSTA, Elen de Fátima Lago Barros. Trabalho e carreira docente nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8847>.
- COSTA, Jaqueline Severino; CUNHA, Marina Silva. Determinantes do desemprego no Brasil no período de 1981 a 2005: uma análise enfatizando a qualificação do indivíduo em um contexto de maior abertura comercial. *Análise Econômica*, v. 28, n. 53, 2010.
- COSTA, Roberta; BORENSTEIN, Miriam Süsskind; PADILHA, Maria Itayra. Grupo de estudos de história do conhecimento da enfermagem e saúde (GEHCES): produção de conhecimento na pós-graduação stricto sensu. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 22, p. 71-78, 2013.
- COSTA, Sidiney Alves. Políticas públicas/estatais e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: estudo dos efeitos do PRONERA no sudoeste baiano. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9025>.
- CRUZ, Rosangela Aparecida Silva da. Ensino médio no estado de São Paulo: desafios na escolarização de alunos com deficiência. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, da constituição de um campo acadêmico. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2011.
- DOS SANTOS, Patric Oberdan; NETO, Luiz Bezerra. EDUCAÇÃO NO CAMPO E CONDIÇÕES DE ACESSO À ESCOLA: diagnóstico dos meios de transportes para o acesso à escola no Assentamento Guarani. **Luiz Bezerra Neto José Leite dos Santos Neto**, p. 111.
- DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. *Revista Perspectiva*, v. 24, n. 1, p. 89-110, 2006.
- ETCHEVERRIA, Teresa Cristina. Educação continuada em grupos de estudos: possibilidades com foco no ensino da geometria. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.
- FÉLIX, Edilaine Heleodoro. A pesquisa nos grupos de pesquisa: cibernética pedagógica-laboratório de linguagens digitais-LLD. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.
- FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. A escolarização da pessoa com deficiência nas comunidades ribeirinhas da Amazônia Paraense. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7256>.

FERREIRA, Luciana Rodrigues; DE ARAÚJO, Josenilson Guilherme. Papel do CNPq no fomento à pesquisa em educação: análise sobre o perfil do bolsista produtividade em pesquisa. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 13, n. 3, pág. 1013-1031, 2019.

FLORES, Ana Flávia. Grupos escolares rurais na antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7604>.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Grupos de Pesquisa: limites e possibilidades na construção de novas condições para a produção do conhecimento. *Motrivivência*, n. 36, p. 268-290, 2011.

GIMENES, Carolina Moraes. Resgate histórico das escolas rurais em São João da Boa Vista - SP. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

GIMENES, Jucelene. Contribuições de um grupo de estudos para a formação matemática de professoras que lecionam nas séries iniciais. Dissertação de mestrado (pós-graduação em matemática). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro – SP, 2006.

GOBATO, Ana Tatiana Staine Cardoso. Educação no Campo: escola do assentamento Monte Alegre. 2012. 271 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

Gohn, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]. 2006, v. 14, n. 50 [Acessado 20 Setembro 2022], pp. 27-38. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>>. Epub 15 Set 2006. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>.

GOLDSCHMIDT, Mírian Helena. Os limites das políticas públicas/estatais para o campo hoje e a possibilidade de uma superação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7678>.

GOMES, Eustáquio. País tem história universitária tardia. *Jornal da Unicamp*, v. 191, n. 7, 2002.

GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho et al. Programa Escola Ativa: educação do campo e trabalho docente. 2009.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Alunos com deficiência na educação de jovens e adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA. 2014. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

HAAS, Celia Maria; PARDO, Rosangela da Silva. Programa Universidade para Todos (PROUNI): efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 718-740, 2017.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista brasileira de educação*, p. 108-130, 2000.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 2, 2015.

- HAYASHI, Carlos Roberto Massao; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. O campo da história da educação no Brasil: um estudo baseado nos grupos de pesquisa. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 15, p. 167-184, 2010.
- JARDILINO, José Rubens Lima; BAUER, Carlos. Educação Brasileira: dos anos dourados à década perdida? *EccoS Revista Científica*, v. 9, n. 2, p. 251-258, 2007.
- JESUS, Adriana do Carmo de. Nos caminhos da escola do campo: processo de implantação da educação do campo no município de Matão, SP. 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- JESUS, Adriana do Carmo de. Os bastidores da educação primária: criação e expansão das escolas isoladas rurais em municípios do interior paulista (1889 –1921). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10442>.
- JUNQUEIRA, Victor Hugo. Educação, trabalho e ideologia: análise da relação agronegócio e educação na região de Ribeirão Preto SP. 2014. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- JUNQUEIRA, Victor Hugo. Políticas de educação rural no Estado de São Paulo (1889-1994): disputas e conflitos de classe pela hegemonia no bloco no poder. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10875>.
- LICHTNOW, Daniel; VON WANGENHEIM, Christiane Gresse; VON WANGENHEIM, Aldo. Uma abordagem para gerência do conhecimento em grupos de pesquisa. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Computação (CBCOMP)*, Itajaí. 2001.
- LIMA Jardilino, José Rubens, BAUERr, Carlos Educação Brasileira: dos anos dourados à década perdida? *EccoS Revista Científica [en linea]*. 2007, 9 (2), 251-258 [fecha de Consulta 17 de Febrero de 2021]. ISSN: 1517-1949. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71590201>.
- LIMA, Elianeide Nascimento. Políticas públicas para a educação do campo no estado de São Paulo: impactos, repercussões, contradições e perspectivas. 2014. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- LIMA, Elianeide Nascimento; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. A PRÁTICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA TERRA DA UFSCAR: LIÇÕES, APRENDIZADOS E DESAFIOS. In. **BEZERRA NETO, L.; BEZERRA, MCS; LEITE NETO, J. Na luta pela terra, a conquista do conhecimento. São Carlos: Pedro e João**, p. 60-90, 2013.
- LIMA, Eunice Ladeia Guimarães. Instituto Isolado de Ensino Superior - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente - 1959-1976: uma instituição além das fronteiras. 2005. 2 v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104832>>.
- LOCALI, Tammy Ticiane. Um estudo sobre trabalho e educação das crianças no setor de jóias e bijuterias em Limeira. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- LOPES, Samila Bernardi do Vale. Movimento sindical e educação: a formação política e a qualificação técnica propostas pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado

de São Paulo-FERAESP. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8315>.

LOPES, Wiama de Jesus Freitas. Profissionalidade docente na educação do campo. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LOUREIRO, Aline Dozzi Tezza. A educação especial no município de Porto Ferreira-SP: 1972 a 2011. 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. A Crise da democracia brasileira. Uberlândia/MG: Navegando, 2017.

MACEDO, Natalia Neves. Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas Paulistas. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MAIA, Maria Claudia Zaratini. Direito é luta: o legado do Pronera para uma educação socialmente referenciada. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12162>.

MANTOVANI, Juliana Vechetti. A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7326>.

MARCONI, Juliana Guedes dos Santos. Passado presente: anarquismo e construtivismo na educação brasileira. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MARQUES, Danielle Volpian. Trabalho e educação: o caráter educativo da organização das mulheres do Assentamento Reunidas, Agrovila Campinas em Promissão/SP. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12013>.

MARRAFON, Andrea Margarete de Almeida. O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7536>.

MARTINS, Larissa de Souza. Educação especial no estado de São Paulo: análise documental do período de 1989 a 2010. 2012. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MELO JÚNIOR, Arlindo Lins de. Trajetórias dos professores e educadores sociais da cidade de Iguape – SP. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11425>.

MELO, Érika Soares de. Ações colaborativas em contexto escolar: desafios e possibilidades do ensino de química para alunos com deficiência visual. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MENEZES, H.C.M. MOREIRA, I.E.de L.ZIENTARSKI, C. ESCOLA DA TERRA E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: FORMAÇÃO DOCENTE. Extensão em Ação, Fortaleza, v.3, n.12, Out./Dez. 2016. 12

MORETTI, Monica Fernanda Botiglieri. O Banco Mundial, o Neoliberalismo e a Educação do Campo no Brasil. 211f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

MORETTI, Monica Fernanda Botiglieri. O Banco Mundial, o neoliberalismo e a educação do campo no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9302>.

NOSELLA, Paolo. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, p. 177-183, 2010.

NUNES, Klivia de Cássia Silva. Escolas multisseriadas e os ideários pedagógicos: um estudo sobre as escolas do e no campo na região do Bico do Papagaio. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10356>.

NUNES, Klívia de Cássia Silva; DOS SANTOS, Maria Cristina. Educação no Campo e a Pedagogia Histórico-Crítica: reflexões teórico-metodológicas sobre o processo educativo. 2021.

OLIVEIRA, Lígia Maria Nogueira. Trabalho pedagógico na educação especial: o professor de sala de recursos e sua implicação na escolarização dos alunos com baixa visão. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7921>.

PADILHA, Adriana Cunha. O trabalho de professores de educação especial: análise sobre a profissão docente no estado de São Paulo. 2012. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PASTORIZA, Taís Buch. Ensino de Geografia para alunos com cegueira no ensino fundamental: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8408>.

PIATTI, Célia Beatris. Pedagogia da alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. *Boletim GEPEP*, v. 3, n. 5, p. 48-64, 2014.

PRETO, Mariany Cristina Fardin. Condições materiais no atendimento escolar à educação infantil no campo: região de Bragança Paulista/SP (2007 a 2015). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9264>.

PÚBLIO, Patrícia Lopes Ramos. Políticas de educação especial no município de Sorocaba, de 1988 a 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7916>.

RAMAL, Camila Timpani. A educação do campo e a realidade do município de Vitória da Conquista (BA). 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

REIS, Cleivane Peres dos. Estado, luta de classes e políticas públicas de educação para o campo no Tocantins: territórios em disputa. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

REZENDE, Janaína Ribeiro de. Os sentidos da formação em Pedagogia da Terra: o caso das militantes do MST no estado de São Paulo. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

- ROSA, Júlia Mazinini. O programa Escola Ativa e a gestão participativa em escolas no campo. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador et al. Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre educação interprofissional (EIP): narrativas em foco. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, p. 1511-1523, 2018.
- RUSTICHELLI, Deise de Sales. O supervisor de ensino: atuação na educação especial. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8456>.
- SÁ, Michele Aparecida de. Educação e escolarização da criança indígena com deficiência em Terra Indígena Araribá. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- SALES, Suze da Silva. Política de formação de professores: análise da institucionalização do curso de educação do campo da Universidade Federal do Tocantins – campus de Arraias. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10042>.
- SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. Documento de trabalho, pg. 8 a 91. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, NUPES, 2019. Disponível em: <https://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>.
- SANTANA, Dilsilene Maria Ayres de. Educação e formação humana: direito à educação e classes multisseriadas no meio rural brasileiro. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11667>.
- SANTOS NETO, José Leite dos. Trabalho e educação no Assentamento Guarani. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- SANTOS NETO, José Leite dos. O retrato do rural e do urbano em filmes como aporte para fundamentos do trabalho pedagógico: a interface entre cinema e educação. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.48.2019.tde-30072019-152257. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-30072019-152257/publico/JOSE_LEITE_DOS_SANTOS_NETO_rev.pdf.
- SANTOS, Alessandra de Sousa dos. O manual do professor do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD-Campo). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13477>.
- SANTOS, Ana Lúcia; AZEVEDO, Janete Maria Lins. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9gS5G9MGJfFn9C6fwMtx7vp/?format=pdf&lang=pt>.
- SANTOS, Flávio Reis. Capitalismo, tecnocracia e educação: da utopia social saintsimoniana ao (neo)liberalismo econômico friedmaniano. Jundiaí/SP: Paco, 2015.
- SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica na educação do campo. **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo: histórias, desafios e perspectivas atuais**. São Carlos: Pedro & João Editores e Navegando, p. 16-43, 2016.

SAVIANI, Dermeval. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, v. 93, n. 234, 2012.

SAVIANI, Dermeval. O Inep, o diagnóstico da educação brasileira e a Rbep. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 93, n. 234, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica*. 11 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. Antônio Joaquim Severino. – 23. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SIEMS-MARCONDES, Maria Edith Romano. *Educação especial em Roraima: história, política e memória*. 2013. 359 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SILVA, André Luiz Batista da. *A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo*. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, 2020.

SILVA, Caroline Veloso da. *O trabalho pedagógico no ensino de espanhol para alunos com deficiência visual: um estudo na perspectiva histórico-cultural*. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SILVA, Paula da. *Pedagogia da terra na UFSCar: uma análise acerca da proposta metodológica e das práticas educativas da turma Helenira Resende*. 2013. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SOUZA, Rosana Ramos de. *A nucleação escolar no assentamento Vila Amazônia em Parintins/AM e a precarização das condições de acesso, permanência e qualidade social da educação no campo*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12288>.

STEFANINI, Deborah Maria. *O programa escola ativa no estado de São Paulo: Implantação de uma política pública para escolas multisseriadas do campo*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 6, n. 3, p. 12-23, 2011.

STELMACHUK, Anáí Cristina da Luz. *Avaliação pedagógica e deficiência intelectual: formação de profissionais da rede pública*. 2017. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8937>.

TURINI, Mateus Henrique. *Dos fundamentos à prática de um ensino histórico-crítico de filosofia*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12669>.

VALE, Samila Bernardi do. *O assentamento Dezessete de Abril e seu projeto de escola integral para o campo*. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.